

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E
CONTÁBEIS – ICEAC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Daniele Gouvêa da Silva

**UMA ANÁLISE SOBRE A RELEVÂNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NO
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO RS**

**Rio Grande
2016**

DANIELE GOUVEA DA SILVA

**UMA ANÁLISE SOBRE A RELEVÂNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NO
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO RS**

*Monografia submetida ao Instituto de Ciências
Econômicas, Administrativas e Contábeis da
Universidade Federal de Rio Grande, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.*

Orientadora: Prof. Msc. Patrícia Franzoni.

**Rio Grande
2016**

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, que me possibilitou chegar até esse momento tão desejado.

A minha família de sangue e de coração também só tenho que lhes dizer, muito obrigado. A minha mãe Ceci que sempre me apoiou e entendeu minhas ausências. Ao meu pai Eldes que apesar de não estar mais nessa vida foi o que me ensinou os princípios primordiais para ser uma pessoa do bem e batalhar pelos meus objetivos. Agradeço em especial ao meu noivo Rogerio, que foi o meu maior incentivador durante essa jornada. Aos meus queridos sogros Rubi e Irmgard, que com carinho me apoiaram e me ajudaram a chegar até aqui. Agradeço também a todos meus familiares que longe ou perto torceram por essa conquista.

Meus sinceros agradecimentos a todos os professores que tive ao longo desta graduação, que de uma forma ou de outra repassaram seus conhecimentos. Em especial ao minha orientadora que foi solícita quando precisei me transmitindo uma palavra calma nessas horas tão cruciais no final do trabalho de conclusão de curso.

Sem citar nomes para não cometer alguma injustiça, agradeço a todos os colegas por esses anos de convívio que tivemos na FURG e também fora dela, alguns de vocês levarei a amizade para o resto da vida.

Agradeço por fim a todos os amigos, os de sempre e aos amigos que já se foram.

Obrigado a todos vocês!

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de analisar a relevância dos gastos públicos em educação no Estado do Rio Grande do Sul comparando sua evolução com o desenvolvimento educacional, socioeconômico e humano. O trabalho apresenta um panorama dos gastos educacionais de 2005 a 2015 e os resultados mais atuais dos índices de desenvolvimento do estado. Também apresenta as principais evidências sobre a importância da educação para o desenvolvimento dos indivíduos. Para atingir os objetivos propostos neste estudo utiliza-se o método descritivo. O método descritivo é um dos métodos possíveis de ser utilizado para realizar a análise da relação dos gastos públicos da educação, em relação aos indicadores de desenvolvimento IDHM, IDHM Educação, IDEB e IDESE Bloco Educação, uma vez que possibilita a identificação e a natureza desta relação. Concluiu-se que para o período analisado, o investimento financeiro realizado na educação pelo Estado não apresenta proporcionalidade com a qualidade do ensino e nem tão pouco com os índices de desenvolvimento demonstrados. Esse fato se justifica porque embora se cumpra as metas de investimento federal do gasto na educação, as metas educacionais nem sempre são cumpridas em todas as regiões e períodos observados. Contudo também se constatou que os indicadores de qualidade da educação são realmente importantes para a elaboração de políticas públicas em prol de um melhor desenvolvimento econômico da população.

Palavras-chave: educação; gastos públicos; desenvolvimento; indicadores.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 - Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). | 59 |
|--|----|

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 1- Percentual aplicado em MDE proveniente de RLIT- 2005-2015..... | 61 |
| GRÁFICO 2 - Matrículas Educação Básica de 2005 a 2015 no RS..... | 66 |
| GRÁFICO 3 - Comparação do IDHM e IDHM Educação no RS | 72 |
| GRÁFICO 4 - Evolução do IDHM e IDHM Educação no RS – 1991-2010 | 73 |
| GRÁFICO 5 - Evolução do IDESE por blocos no RS- 2007 a 2013..... | 74 |
| GRÁFICO 6 - IDEB todas as redes de ensino do RS- 2005 a 2015..... | 75 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1 - Indicadores de crescimento..... | 23 |
| QUADRO 2 - Medidas de aferição dos componentes do IDHM. | 44 |
| QUADRO 3 - Estrutura Metodológica do IDESE | 46 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| TABELA 1 – Despesa do Governo Federal FUNDEF/FUNDEB 2004 A 2014. | 33 |
| TABELA 2 - Estados Brasileiros- IDHM Educação..... | 52 |
| TABELA 3 - Estados brasileiros: IDEB observado 4ª Série/5º Ano | 53 |
| TABELA 4 - Estados brasileiros: IDEB observado 8ª Série/9º Ano | 54 |
| TABELA 5 - Estados brasileiros: IDEB observado 3ª Série Ensino Médio | 55 |
| TABELA 6 - Evolução da aplicação em MDE (Em R\$) | 62 |
| TABELA 7 - Matrículas na Educação Infantil do RS no ano de 2005 a 2015. | 67 |
| TABELA 8 - Matrículas no Ensino Fundamental do RS no ano de 2005 a 2015..... | 68 |
| TABELA 9 - Matrículas no Ensino Médio do RS no ano de 2005 a 2015..... | 69 |
| TABELA 10 - Dados Educacionais do RS de 2005 a 2014. | 70 |
| TABELA 11 - COREDE Alto da Serra do Butucarái | 77 |
| TABELA 12 - COREDE Alto Jacuí | 78 |
| TABELA 13 - COREDE Campanha..... | 79 |
| TABELA 14 - COREDE Campos de Cima da Serra | 80 |
| TABELA 15 - COREDE Celeiro..... | 81 |
| TABELA 16 - COREDE Central..... | 82 |
| TABELA 17 - COREDE Centro Sul | 83 |
| TABELA 18 - COREDE Fronteira Noroeste | 84 |
| TABELA 19 - COREDE Fronteira Oeste | 85 |
| TABELA 20 - COREDE Hortênsias | 85 |
| TABELA 21 - COREDE Jacuí Centro..... | 86 |
| TABELA 22 - COREDE Litoral | 87 |
| TABELA 23 – COREDE Médio Alto Uruguai..... | 88 |
| TABELA 24 - COREDE Metropolitano do Delta do Jacuí..... | 88 |
| TABELA 25 - COREDE Missões | 89 |
| TABELA 26 - COREDE Nordeste..... | 90 |
| TABELA 27 - COREDE Nordeste Colonial..... | 91 |
| TABELA 28 - COREDE Norte | 92 |
| TABELA 29 - COREDE Paranhana- Encosta da Serra | 93 |
| TABELA 30 - COREDE Rio da Várzea | 93 |
| TABELA 31 - COREDE Produção..... | 94 |
| TABELA 32 - COREDE Serra | 95 |
| TABELA 33 - COREDE Sul..... | 96 |
| TABELA 34 - COREDE Vale do Caí | 97 |
| TABELA 35 - COREDE Vale do Jaguarí | 98 |
| TABELA 36 - COREDE Vale do Rio dos Sinos | 98 |
| TABELA 37 - COREDE Vale do Rio Pardo | 99 |
| TABELA 38 - COREDE Vale do Taquari..... | 100 |
| TABELA 39 - Primeiras e últimas posições - IDESE Bloco Educação | 102 |
| TABELA 40 - IDESE Bloco Educação (2009-2013). | 103 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 A ECONOMIA E A EDUCAÇÃO | 11 |
| 2.1 Capital humano..... | 11 |
| 2.2 Os modelos de crescimento econômico | 22 |
| 3 O INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO | 26 |
| 3.1 A educação como bem público..... | 26 |
| 3.2 O papel do Estado na educação..... | 27 |
| 3.3 Financiamento da educação..... | 28 |
| 3.4 Os gastos públicos com a educação no Brasil | 31 |
| 3.5 Políticas públicas educacionais e o orçamento no RS | 34 |
| 4 ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO - FATOR EDUCAÇÃO | 41 |
| 4.1 A relação do crescimento e do desenvolvimento..... | 41 |
| 4.2 Indicadores utilizados | 42 |
| 4.2.1 IDH, IDHM e IDHM Educação..... | 42 |
| 4.2.2 IDESE- Bloco Educação | 45 |
| 4.2.3 IDEB..... | 47 |
| 4.3 Comparações entre os estados brasileiros..... | 51 |
| 5 GASTO PÚBLICO E O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL NO RS | 57 |
| 5.1 Caracterização do estado e o modelo de descentralização..... | 57 |
| 5.2 Análise dos gastos públicos em educação no RS | 60 |
| 5.3 Análise dos dados temporais da educação no RS. | 65 |
| 5.3.1 Índices de desenvolvimento gaúcho | 71 |
| 5.4. Comparações temporais entre cidades e COREDES..... | 77 |
| 6 CONCLUSÃO | 106 |
| REFERÊNCIAS | 109 |

1 INTRODUÇÃO

Um dos pilares mais importantes para o desenvolvimento dos indivíduos se encontra na educação. Esse fato apesar de sabido por grande parte da sociedade não repercute a tamanha relevância que a mesma possui. A educação por si é geradora de capital humano. Isso significa que o investimento feito ao ser humano através do ensino permite que o mesmo se qualifique gerando externalidades positivas para a sociedade, assim melhorando conjuntamente seu bem-estar. Corroborando Brito (2014, p.11) afirma:

O maior investimento em educação traz externalidades positivas a uma economia, tais como: uma maior consciência política e melhores cuidados com a saúde. A melhora do sistema educacional faz com que aumente o aprendizado dos estudantes e, através deste capital humano é esperado também que o produto da economia deste país aumente o que por si só já justificaria maiores e melhores investimentos na educação.

Observa-se com isso que a educação é de suma importância para a economia, pois provêm dela critérios determinantes para o crescimento e desenvolvimento econômico. Com isso o retorno desse investimento educacional pode ser discriminado por um aumento de renda, combate a pobreza, melhores condições de vida, empregos qualificados, entre tantos outros benefícios.

Para tanto é necessário entender que o investimento educacional é garantido pela Constituição Federal como direito ao cidadão, sendo esse disponibilizado de forma gratuita. Diante desse fato, como forma de propiciar uma melhor qualidade do ensino, a Constituição determinou que os Estados, Distrito Federal e Municípios investissem um percentual mínimo de 25% resultante de impostos para a manutenção do desenvolvimento da educação (art. 212).

Em âmbito estadual o Rio Grande do Sul em Constituição própria estabeleceu que o Estado investiria mais do que o estipulado pela esfera Federal. Determinando que fosse aplicado 35% da receita líquida de impostos na manutenção do ensino.

Visto isso, percebe-se que existe um esforço por parte dos governos de melhorar a qualidade de vida da população através da educação, principalmente no Rio Grande do Sul por estipular uma cota maior para essa área.

Contudo é de suma importância saber se os gastos com educação estão sendo implementados de forma apropriada através das políticas públicas existentes, verificando se os recursos aumentam na mesma proporção que o desenvolvimento educacional e socioeconômico da população gaúcha.

O que instiga é saber se é relevante a evolução dos gastos públicos com a educação para a melhoria dos indicadores socioeconômicos e educacionais, assim como constatar se os indicadores de qualidade da educação são realmente importantes para o desenvolvimento econômico da população.

Com isso o objetivo dessa monografia é verificar a existência de correlação positiva entre os gastos públicos com o ensino entre o ano de 2005 a 2015 e os indicadores socioeconômicos e educacionais. Dessa forma serão utilizados de forma comparativa os indicadores de desenvolvimento mais atuais e apropriados para o presente trabalho, os quais são: IDHM, IDHM Educação, IDESE Bloco Educação e IDEB. Conjuntamente também busca-se analisar o desempenho dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento em prol de identificar o processo evolutivo ocorrido nos últimos anos.

Os principais dados que serão utilizados no presente trabalho para a aferição dos questionamentos, são os indicadores de desenvolvimento já mencionados, assim como os gastos públicos com educação disponibilizados no relatório de prestação de contas do governador. Vale salientar que tais parâmetros são essenciais no planejamento de políticas públicas, visto que fazem jus a realidade do Estado. Para tanto o método que será aplicado é o descritivo o qual é um método possível de ser utilizado na comparação e averiguação dos dados trabalhados.

Após essa introdução, a presente monografia está dividida em cinco partes. O capítulo dois consiste em evidenciar a importância que possui a educação na economia, assim como na vida dos indivíduos. Esse por sua vez foi dividido em duas seções, sendo a primeira de caráter histórico apresentando os principais indícios de ligação entre a economia e a educação. A segunda busca mostrar a influência que a educação causa nos modelos de crescimento econômico.

No terceiro capítulo busca-se explicar o investimento em educação, evidenciando a educação como um bem público de consumo ilimitado. Com isso

nessa seção será mostrado o papel que tem o Estado como provedor do ensino, o financiamento educacional, assim como um breve panorama dos gastos educacionais do Brasil e, por conseguinte as políticas e a composição do orçamento do Rio Grande do Sul.

No quarto capítulo será mostrada a relação do desenvolvimento e do crescimento econômico. Também buscou explicar a metodologia dos índices que serão utilizados com o objetivo de mostrar suas diferenciações entre os parâmetros utilizados para cada indicador. Esse fato se torna importante por permitir dentre as diferenciações metodológicas dos índices uma visão mais ampla e fidedigna da situação educacional do Estado. Por fim objetivou-se comparar os estados com ênfase no Rio Grande do Sul, utilizando os indicadores nacionais apresentados na seção.

Já no quinto capítulo pretende-se apresentar os gastos públicos com educação assim como explorar a situação educacional do Estado. Nele além dos gastos disponibilizados pelo Relatório de Prestação de Contas do Governador, foram utilizados as matrículas da educação básica disponibilizadas pelo INEP, dados educacionais disponibilizados pelo IPEADATA, e os índices de desenvolvimento IDH, IDHM, IDHM Educação, IDESE Bloco Educação e IDEB. Não menos importante também será apresentada nesse capítulo a evolução dos COREDES através dos índices de desenvolvimento. Essa seção tem a intenção de verificar a correlação entre os gastos educacionais e os índices de desenvolvimento, observando se a evolução de ambos são proporcionais.

Por fim no sexto capítulo será apresentada a conclusão, que pretende responder todos os questionamentos presentes nessa monografia.

2 A ECONOMIA E A EDUCAÇÃO

Neste capítulo é apresentado a importância que tem a educação para a economia, visto que é um tema relevante por possuir um caráter explicativo sobre a melhora do bem-estar, os aumentos de renda e capital humano. Esta seção está separada em dois tópicos, o primeiro remete aos indícios históricos que ligam a economia com a educação e o segundo sobre a influência que a educação causa nos modelos de crescimento.

2.1 Capital humano

A importância da educação para a economia encontrou seus primeiros vestígios evidenciados na obra “A Riqueza das Nações” de Adam Smith em 1776. Um dos conceitos principais da obra é que um homem educado seria uma espécie de máquina dispendiosa. Conforme Smith (1776) *apud* Blaug (1975, p. 2), “[...] é de se esperar que o trabalho que o homem aprende a executar, muito acima dos salários usuais do trabalho comum, o indenize de todas as despesas que teve com a sua educação, rendendo pelo menos os lucros ordinários de um capital de igual valor [...]”. Para o autor da obra uma melhor divisão social do trabalho se daria através da relação do grau de educação e o desenvolvimento econômico, isto é, uma pessoa se tornaria mais eficiente do que outra através do seu investimento em se aperfeiçoar no próprio meio de produção em que se encontra. Para tanto esse investimento em se aperfeiçoar através da educação é denominado na economia como capital humano. Uma definição literal dada por Sandroni (1994, p. 41) *apud* Moretto (1997, p. 68) o explica como:

Capital humano é o conjunto de investimentos destinados à formação educacional e profissional de determinada população. [...] O termo é utilizado também para designar as aptidões e habilidades pessoais que permitem ao indivíduo auferir uma renda. Esse capital deriva de aptidões naturais ou adquiridas no processo de aprendizagem. Nesse sentido, o conceito de capital humano corresponde ao de capacidade de trabalho.

Outro economista que discutiu a relação entre educação e economia foi John Stuart Mill em 1848. Segundo Waltenberg (2002) para Mill a educação seria essencial para mudar os hábitos da população, e conseqüentemente através do seu aperfeiçoamento intelectual traria retornos positivos à economia. Mill (1983) *apud* Waltenberg (2002) diz que através da educação a sociedade poderia ser provida de bom senso e da capacidade de formar um juízo prático dado sobre as circunstâncias que a cercam. Waltenberg (2002) diz que na visão de Mill a educação era um fator favorável ao aumento da eficiência econômica podendo também interferir sobretudo no controle da natalidade. Porém ainda que o economista tivesse essa visão não se sabia de que forma seria provido a difusão desse conhecimento para a economia, ele alegava “uma coisa ainda não bem compreendida e reconhecida é o valor econômico da difusão geral da cultura e da instrução entre a população” (MILL, 1983 *apud* WALTENBERG, 2002, p. 21).

De outra forma, o autor afirma que Johan Stuart Mill defendia o princípio da não interferência, que era denominado como uma forma do Estado não interferir na regulamentação da economia, isto é, era considerado que o melhor juiz para decidir sobre o que demandar seria o próprio consumidor. Entretanto a educação era uma exceção desse princípio na visão do economista. Segundo Mill era evidente que somente o governo poderia prover a educação, visto que a população não a demandaria por não ter a consciência da importância utilitária do fator educacional.

Já na economia neoclássica um dos economistas que teve destaque sobre a área da educação foi Alfred Marshall. Ele observou que o investimento na formação do capital humano traria retornos positivos na qualidade da força de trabalho. O economista se mostrava preocupado com a educação: “O mais valioso de todos os capitais é aquele investido em seres humanos” (MARSHALL, 1979 *apud* BAYER, p. 19).

Conforme Fonseca (1992) o interesse de Marshall foi baseado na existência do elo entre a pobreza e a desigualdade social, proveniente da má distribuição de renda, advinda após a primeira revolução industrial. Para Marshall a resolução dos problemas sociais estava vinculada ao investimento na educação, o qual é determinante para a competência do fator de produção.

Não existe extravagância mais prejudicial ao crescimento da riqueza nacional do que aquela negligência esbanjadora que permite que uma criança bem-dotada, que nasça de pais destituídos, consuma sua vida em trabalhos manuais de baixo nível. Nenhuma mudança favoreceria tanto a um crescimento mais rápido da riqueza material quanto uma melhoria das nossas escolas, especialmente aquelas de grau médio, desde que possa ser combinada com um amplo sistema de bolsas de estudo, permitindo, assim, ao filho inteligente de um trabalhador simples que ele suba gradualmente, de escola em escola, até conseguir obter a melhor educação teórica e prática que a nossa época pode oferecer (MARSHALL, 1979 *apud* FONSECA, 1992 p. 81).

Fonseca (1992) ainda diz que Marshall defendeu a idealização de uma distribuição de renda e riqueza menos desigual, a fim de incentivar a formação de capital humano. Seu argumento de caráter econômico conduz a ideia de que é através do esforço concentrado na frente educacional com foco na melhoria da educação básica que se poderá obter ganhos econômicos e a redução da desigualdade social.

Não obstante, Porter (1947) esclarece no seu livro a importância que a educação tem para a economia. Na sua visão o governo precisa criar condições para o crescimento a fim de melhorar a educação, e as instituições educacionais tem que responder a esse investimento como forma de impulsionar o capital humano. Para ele a solução do mercado de trabalho não se dá na rotatividade de trabalhadores, mas sim no treinamento e no estímulo de novas habilidades ofertadas ao trabalhador. O autor também comenta que uma forma de acelerar o processo de crescimento econômico é criando vantagens competitivas através da ciência e tecnologia e do aperfeiçoamento de conhecimento e técnicas do trabalho.

Conforme Bayer (2011) as raízes da ligação da economia com a educação vinculada ao capital humano como teoria, transmitem um pouco do que o liberalismo impõe, mas também se vê ancorado em outras teorias sob as mais diversas formas de tratamento. Porém indiferente de qual prerrogativa as teorias se manifestam todas indicam que o investimento em educação se tornou a longo prazo uma fonte para o desenvolvimento econômico dos países.

Para Crawford (1994) o investimento em educação é uma forma de investimento em capital humano precisamente análogo ao investimento em maquinaria, instalações ou outra forma qualquer de capital não humano. Sua função é aumentar a produtividade econômica do ser humano.

Contudo apesar das evidências que ligam o mercado de trabalho a fatores educacionais nas obras supracitadas, foi a partir da década de 1950 com o fim da

segunda guerra mundial que os economistas começaram a investigar de forma sistemática e através de pesquisas empíricas, o efeito da educação sobre o crescimento econômico.

Neste período os economistas Schultz (1960) e Becker (1962) produziram trabalhos que comprovam a importância da educação como capital humano para a economia. Conforme Santos (2008), Schultz foi o grande precursor nos estudos sobre o capital humano e crescimento econômico. Para ele o investimento em educação era primordial e não poderiam ser reduzidos, pois o mesmo seria fator determinante para o desempenho da economia. Nas palavras de Schultz (1973, p.42):

Os investimentos na instrução não podem ser minimizados; muito ao contrário, são de tal magnitude que alteram, radicalmente, as estimativas, geralmente aceitas, do total das poupanças e da formação dos capitais, que estão em curso. Deverão ser reformulados os conceitos estabelecidos com relação aos elementos de formação do pagamento e salários (renda relativa), à distribuição da renda por pessoa e às fontes de crescimento econômico.

Santos (2008) ainda expõe que na visão de Schultz o capital humano começou a ter relevância quando se tornou perceptível a necessidade das populações dos países pobres, não exportadores de tecnologia, de investirem em qualificação através da educação formal e do incentivo as habilidades pessoais. Desta forma Schultz acreditava que a acumulação de capital humano se daria através de uma educação formalizada, de treinamentos oferecidos no trabalho, de recursos à saúde e da migração dos indivíduos. Para o autor foi através de um estudo feito nos Estados Unidos que se percebeu os benefícios do capital humano. Nele pode ser analisado que através do aumento da elasticidade-renda na demanda por educação os rendimentos provenientes da educação se tornavam mais vantajosos. Essa constatação se deu por que na medida em que ocorria a elevação na renda, o nível do consumo pelo bem representado pela educação também aumentava, oportunizando maiores chances de escolhas profissionais. Segundo Souza e Oliveira (2006), esse investimento em conhecimento produzem aumentos proporcionais no nível do PIB, em função das relações de interdependência entre os agentes produtores. Conjuntamente com o investimento em educação, a ciência e a tecnologia formam a condução para o crescimento econômico acima do crescimento demográfico.

Conforme as constatações, Schultz (1961) relacionou o rendimento com a educação, observando que a educação afeta diretamente a renda de um indivíduo e sua qualidade de vida. Schultz (1973, p.33) expressa que “ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar”. Por si esse investimento tem por consequência a formação do capital humano. Com relação a esse ponto Frigotto (1993, p.41) expõe que:

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social.

Para Schultz (1961) o capital humano é um capital que não pode ser vendido, pois já faz parte do que foi adquirido pelo homem, possibilitando que o mesmo gere uma capacidade maior de produtividade para a economia.

Dornbusch e Fischer (1992) também ressaltaram a importância do capital humano para o desenvolvimento econômico, explicando que este necessita da acumulação de fatores de produção, da melhoria na sua utilização ou de aumentos no fator produtividade. Por isso, segundo os autores, a qualidade do fator humano é um elemento decisivo e crucial. Nas palavras de Dornbusch e Fischer (1992, p.282):

[...] o trabalhador médio em países industrializados é muito mais produtivo do que o trabalhador médio em países em desenvolvimento. Em parte isto se explica porque este trabalha com mais capital fixo. Mas também se explica pelo fato dele estar mais longe da educação e do treinamento. [...] O crescimento está limitado ao tempo em que os fatores de produção levam para se acumularem; a educação é fator de crescimento mais lento, mas também é o mais poderoso.

Baseado em Bayer (2011) Schultz observou que para países que o nível de educação é escasso assim como também a qualificação da população economicamente ativa, o custo de investimento se torna ainda maior. Contudo a qualidade do esforço humano pode gerar incrementos na produtividade e conseqüentemente gerar um retorno positivo para os países.

Ainda Bayer (2011) salienta que a metodologia que Schultz usava era baseada no cálculo do nível de educação de toda população e da população economicamente ativa no período de 1929 a 1957, vinculados ao custo com a educação; do cálculo relativo ao aumento de renda no período como reflexo das

melhorias na educação; e do cálculo da constituição da economia em prol do aumento da produtividade e do crescimento econômico dos Estados Unidos. Schultz também dividiu em categorias as capacidades que contribuem para o desenvolvimento humano. Elas são baseadas no investimento em saúde em prol de uma maior expectativa de vida; de treinamentos realizados no próprio emprego; da educação formal independente do nível; dos programas de estudos para adultos fora das empresas, e da migração de famílias e indivíduos a procura da oferta de empregos.

Segundo Blaug (1975) em uma das contribuições para uma maior qualificação da educação Schultz observou em sua análise estudo que os incentivos e recursos exercidos pelos estudantes baseado no esforço dedicado aos estudos, eram menores no seria equivalente ao ensino fundamental (*elementar school*) em comparação ao incentivo dedicado o que seria equivalente ao ensino médio (*high school*), porém maior que o aumento da formação bruta de capital fixo. Conforme Barbosa Filho e Pessôa (2010) Schultz também constatou que o investimento total que a sociedade norte-americana fazia em educação correspondia a 34% do investimento total em capital físico. Baseado em outro trabalho, referente uma a análise sobre a economia ocidental em comparação as economias que focam mais no sistema produtivo de máquinas e equipamentos, Schultz (1973, p.31) afirma:

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que têm-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença [...].

Com isso o autor explica que o investimento em capital humano é o elemento que pode explicar a diferença entre o crescimento do produto e o crescimento em homens-hora e capital físico, além de explicar o aumento dos ganhos reais por trabalhador. O economista também afirma que pouco capital humano nos países pobres gerou uma limitação que impedia o melhor uso do investimento em capital físico, tornando-se um fator determinante para o crescimento econômico.

Na visão de Cunha (1980), no auge do capital humano, passou-se a idealizar que privilegiando e investindo mais em capital humano do que em recursos físicos a chance de se alcançar uma maior renda nacional seria mais promissora. Levando-se a concluir que esta teoria relacionava o crescimento e o aumento da renda ao grau de escolarização. E assim sendo, Cunha (1980, p.2) elucida, “a educação é reconhecida como uma variável, política estratégica capaz de intensificar o crescimento da renda, produzir a modernização ou construir uma sociedade justa”.

Entretanto Casari (2006) diz que Schultz (1973) salienta que existem incertezas no investimento em capital humano em conjunto com uma preocupação com a alocação de recursos. Schultz visa que a alocação precisa ser eficiente e para tal seria necessário a concorrência perfeita em produção de serviços educacionais, mercado de capitais eficientes para estudantes e inexistência de perdas privadas.

Conforme Cadaval (2010) a teoria do capital humano fornece a base teórica para o desenvolvimento dos modelos de crescimento endógeno os quais foram criados na década de 80. Para a autora houve um esforço no sentido de se entender quais variáveis internas seriam capazes de produzir um crescimento econômico de longo prazo.

Barbosa e Pessôa (2010) salienta que Schultz (1960) e Becker (1962) se utilizaram de quatro motivos econômicos como motivação de suas pesquisas. O primeiro foi de natureza macroeconômica através dos trabalhos de Robert Solow no começo de 1950. O trabalho de Solow ao que condiz ao seu modelo segundo Cadaval (2010), tinha uma estrutura baseada em uma função de produção que possuía dois fatores, o capital físico (k) e trabalho (L). Esses combinados de acordo com a tecnologia existente, originava a produção em um certo período de tempo. Contudo o modelo por sua vez mostrou que o crescimento do produto era muito maior do que o crescimento referente à elevação dos fatores de produção, capital e trabalho, os quais estavam sendo ofertados. Essa diferença de crescimento foi chamada de resíduo de Solow e representava o progresso técnico ou a acumulação de outros fatores que não estavam sendo levados em consideração no modelo.

Na visão de Mankin (2003) *apud* Bayer (2011) o modelo de crescimento econômico de Solow teve a finalidade de mostrar a interação entre o crescimento da força de trabalho, do estoque de capital e os avanços tecnológicos em uma economia, assim como o quanto é afetada a produção total de bens e serviços de um país ao longo prazo. Porém o modelo de Solow não considerava o capital

humano em sua função, assim como também o caráter endógeno da tecnologia. Esses fatores que não estavam sendo captados poderiam ser referentes à qualidade do trabalho, atribuída à média escolar da população economicamente ativa em conjunto com o nível de experiência e capacitação fornecidas ao trabalhador.

Conforme Cadaval (2010) a introdução do capital humano na economia está associada à preocupação dos economistas em ajustar o modelo de Solow com intuito de torná-lo mais próximo de um panorama mais realista. Baseado nessa linha, Schulz na década de 1960 fez inúmeras contribuições para o avanço da qualificação da educação como investimento no ser humano.

O segundo motivo foi a respeito da avaliação de política econômica. Devido a poucos recursos se fazia necessário o conhecimento por parte dos tomadores de decisões obterem uma avaliação dos retornos da educação. Becker (1962) trabalhando de forma simultânea a Schultz (1961) analisou o custo-benefício das atividades que aumentam a produtividade. Para Becker (1964) o investimento em educação contribui para o crescimento econômico, possibilitando a melhora nos rendimentos individuais e efeitos positivos na saúde e no ambiente familiar. “É importante que o governo tenha planos que estendam a educação a todos, e que esta seja de qualidade” (BECKER, 1964, p.11). Conforme Moretto (1997) o principal conceito analisado sobre capital humano por Becker (1964) é de que os indivíduos que decidem gastar em educação, treinamento, assistência médica, e aperfeiçoamento ao conhecimento já existente, são porque tem consciência de que haveria um rendimento futuro oriundo da qualificação despendida com a decisão. Baseado neste fato vale salientar que o gasto dispendido com treinamento deverão ser compensados pela elevação da produtividade. Corroborando Moraes (2005, p. 5) afirma que “a distribuição de renda no trabalho é função da educação formal e do investimento em treinamento da mão-de-obra. Portanto, trabalhadores mais escolarizados ou mais bem treinados receberão salários maiores”. Ainda por parte do trabalhador Becker (1964) salienta que a decisão sobre o investimento em educação formal dependerá do retorno marginal obtido no valor presente.

Foi baseado em seu conhecimento com intuito de aperfeiçoar o seu entendimento e avaliar sobre o ponto de vista do investimento ótimo em educação que Becker (1964) começou a desenvolver o seu trabalho. Primeiramente analisando a diferenças de atitudes que poderiam aumentar os ganhos no presente utilizando-se do consumo pessoal para melhoria da renda como forma de

investimento. Conforme Bayer (2011) o autor estudou de forma aprofundada os benefícios gerados pelo capital humano, elaborando com isso o conceito de que o homem não pode ser visto somente como um indivíduo separado da sociedade, mas sim como um membro da família e da comunidade em geral. Afirmando Becker (1964) *apud* Bayer (2011, p 17) postula: “A inversão do talento como valor futuro, formação e informação às pessoas, as permite dar um maior rendimento e produtividade na economia moderna, aproveitando o seu talento”.

Bayer (2011) ainda diz que Becker (1964) analisou a influência da educação referente à qualificação profissional a qual relaciona a empresa com a renda dos indivíduos. De forma mais explicativa a empresa se torna financiadora da educação profissional específica colaborando com a distribuição de renda e capital dentro da sociedade. A teoria considera a tomada de decisões a cerca de investir ou não na educação do trabalhador, fazendo que a empresa escolha entre o custo de oportunidade envolvido e o lucro que será gerado no futuro. Esse trabalho de Becker segundo Bayer (2011) teve como processo metodológico a análise dos gastos e receitas de uma empresa baseada na educação como forma de qualificação no local de trabalho; o cálculo do lucro das empresas baseado no nível de educação do trabalhador; a análise dos aspectos que promovem o investimento em capital humano; e a análise da distribuição de renda e capital na sociedade, assim como os investimentos individuais em capital humano através da função de oferta e demanda.

Os resultados da análise sobre o investimento em educação obtido por Becker (1964) e elucidados por Casari (2006) e Bayer (2011) que colaboraram com a economia são:

- Os rendimentos geralmente aumentam com a idade;
- As taxas de desemprego tendem a ser inversa ao nível de qualificação;
- Existe um comportamento paternalista por parte das empresas dos países subdesenvolvidos em comparação com países desenvolvidos;
- As pessoas mais jovens possuem mais escolaridade que as pessoas mais velhas e por isso mudam de emprego com mais frequência;
- A distribuição de rendimentos é positivamente inclinada dada a qualificação dos trabalhadores;

- As pessoas que possuem mais habilidades recebem mais treinamento;
- A divisão do trabalho é dependente do tamanho do mercado;
- O investidor em capital humano é mais propenso a erros que o investidor de capital tangível, visto que os resultados dependem de fatores externos, como por exemplo, a dedicação, o tempo, a habilidade entre outras.

Não obstante, Moraes (2005) também salienta que Becker (1964) discute a diferença entre o treinamento geral e o treinamento específico. Segundo o economista, um trabalhador que recebe um treinamento geral poderá ser aproveitado em qualquer empresa, porém o seu salário não será elevado. Esse fato se dá pela quantidade de indivíduos com a mesma qualificação no mercado. Diante desse fato o empregador pode contratar com facilidade outro trabalhador que tenha recebido o mesmo treinamento, reduzindo com isso o custo da contratação pela empresa. O mesmo não acontece com o trabalhador que recebe um treinamento específico. Esse por sua vez não é aproveitado com facilidade por qualquer empresa, porém possuem salários mais elevados por conta da sua qualificação. O empregador prefere pagar mais porque a oferta da mão de obra específica é escassa dificultando a chance de encontrar um substituto no mercado. Esse fato torna o trabalhador mais valorizado e melhor pago do que um trabalhador que recebeu o treinamento geral.

Conforme Bayer (2011) a educação profissional é importante para os trabalhadores, pois a mesma gera um aumento na renda. Em contrapartida as empresas preferem a educação específica, pois ela conduz a produtividade sem gerar o aumento de salários.

Entretanto Casari (2006) afirma que a análise de custo e benefício do investimento educacional por Becker é feito com base na maximização da utilidade individual, a qual o investidor em capital humano é visto como homem economicamente racional podendo prever as situações futuras do mercado. Bayer (2011) também ressalta que os resultados de Becker estão vinculados ao fator de ele assumir que o mercado de trabalho opera em concorrência perfeita e que o mesmo não considera o sexo e a idade dos trabalhadores na análise da renda.

O terceiro motivo estava em compreender as diversas regularidades vinculadas ao mercado de trabalho. Para Becker (1964) quando se leva em consideração que estudar é uma decisão econômica se possibilita racionalizar

diversos fatos percebidos no mercado de trabalho. Algumas observações seriam sobre a evolução da remuneração, rotatividade entre postos de trabalho de jovens, maior investimento em educação por parte de pessoas mais habilidosas, entre outras. Becker (1964) também investiga a desigualdade de investimento em capital humano, constatando que as pessoas mais habilidosas dispõem de um investimento maior e por consequência possuem salários mais altos o que gera uma maior desigualdade nos ganhos entre a sociedade.

Por último, o quarto motivo evidenciado por Barbosa Filho e Pessôa (2010) como impulsionador da economia da educação era entender a razão das desigualdades de renda. Inicialmente uma possibilidade era que as habilidades entre os indivíduos eram diferentes e essas diferenças seria a explicação para a desigualdade de rendimentos entre as pessoas, isso levando em consideração que essas diferenças de rendimento fossem distribuídas de forma simétrica. Porém, foi percebido que a distribuição de renda se mostrava irregular, de forma que a renda mediana era bem menor do que a renda média.

O economista Jacob Mincer (1958), após observar que outros estudiosos teorizaram que as diferenças de habilidades eram distribuídas simetricamente encontrou dificuldades em compreendê-las devido à assimetria da distribuição da renda. Segundo Barbosa Filho e Pessôa (2010), Mincer (1958) utilizando-se do conhecimento da teoria dos diferenciais compensatórios de salários criou a equação de Mincer, ou também conhecida como equação de rendimentos. A equação relaciona o salário do indivíduo que possui um dado número de anos de estudo e o salário de outro indivíduo sem estudo formal, sendo uma dos coeficientes representados pela taxa de capitalização contínua que incluía a taxa de juros de mercado igual à taxa de retorno da educação.

Segundo Cadaval (2010, p. 38) Mincer em seu trabalho “[...] enfatizou a importância de fatores não-econômicos sobre a distribuição de renda. O papel da educação sobre a distribuição de renda está intimamente relacionado aos impactos da acumulação do capital humano sobre o crescimento e o nível de renda dos países”. A partir desse estudo a economia da educação se consolidou como fator principal na economia do trabalho e foi ganhando muito mais relevância ao passar do tempo.

Conforme Barbosa Filho e Pessôa (2010) após mais de uma década de estudo sobre a área da educação relacionada ao trabalho, Mincer em 1974 publica

uma tese a qual associa o logarítmico da renda do trabalho, a variável da escolaridade do trabalhador e à experiência no local de trabalho. Outra variável que ele utiliza é o salário de um trabalhador desqualificado. No modelo a experiência no trabalho é medida pelo tempo que o trabalhador está no mercado de trabalho, esse por sua vez é calculado sobre a idade do indivíduo menos seis anos, menos o período que ele ficou na escola. O modelo também se utiliza de um vetor de variáveis de controle. O parâmetro de interesse nesse modelo continua o mesmo do primeiro evidenciado pelo autor, se diferenciando em encontrar uma estimação mais próxima da realidade. A intenção é encontrar a taxa de capitalização contínua, que representa o ganho de renda no logaritmo do salário para cada ano a mais de estudo do trabalhador.

Segundo Bayer (2011) os resultados desse estudo relevaram que a renda logaritmada cresce na mesma proporção aos anos de estudo cursados, porém o investimento em capital humano cai durante a vida ativa devido à elevação na rentabilidade e ao aumento do custo de oportunidade. Bayer (2011) ainda afirma que a curva que faz a relação entre a renda e a idade assume a forma de um “U” invertido, pois na medida em que a idade avança a renda diminui.

Essa metodologia, baseado em Barbosa Filho e Pessoa (2010), é muito criticada, pois foi constatado que o modelo possui um viés de seleção na estimativa do parâmetro. Este viés é baseado na influência que o salário sofre, pois o mesmo não é determinado apenas por características observáveis, como por exemplo, os anos de educação, mas também por variáveis não observáveis, como habilidades, e essas por muitas vezes estão correlacionadas à educação. O autor ainda salienta que atualmente existem métodos de correção desse viés através de variáveis instrumentais.

Contudo além da influência da educação na vida do trabalhador se faz necessário continuar expandindo a visão macroeconômica sobre o investimento em capital humano. Para tanto se torna imprescindível à abordagem dos principais modelos que relacionam a educação e o crescimento da renda per capita.

2.2 Os modelos de crescimento econômico

Conforme a literatura já exposta a educação está diretamente relacionada ao crescimento econômico. Baseado em Gould e Ruffin (1993) *apud* Viana e Lima

(2010) corroborando para essa teoria os autores categorizaram os indicadores em efeitos estimuladores e efeitos redutores de crescimento econômico, esses por sua vez podem ser especificados no quadro 1.

QUADRO 1 - Indicadores de crescimento

| Alavancadores do crescimento | Redutores do crescimento |
|-------------------------------------|---------------------------------|
| Escolaridade | Gastos do governo em consumo |
| Investimento em educação | Instabilidade social e política |
| Investimento em equipamento | Barreiras ao comércio |
| Nível de capital humano | Socialismo |

Fonte: Gould e Ruffin (1993) *apud* Viana e Lima (2010, p.140).

Observando os fatores, Viana e Lima (2010) constataram que de todos os citados como estimuladores de crescimento econômico três deles estão ligados a teoria do capital humano. Esses efeitos, conforme os autores tem a capacidade de influenciar o desempenho do país através do aumento do nível de educação. Para o autor é através do estímulo ao equilíbrio do capital humano que se poderão reduzir as disparidades existentes na sociedade.

Porém apesar de compreender que à educação e o crescimento da renda se correlacionam de forma positiva, o que ainda se faz questionável é o fato de saber se o impacto no produto agregado seria maior que na renda pessoal. Para tanto se faz necessário abordar alguns modelos importantes de crescimento a fim de analisar de que forma a educação está sendo absorvida na sociedade.

Citado anteriormente o modelo de Solow, conforme Mankiw (2003) foi criado com intuito de relacionar o crescimento da força de trabalho, do estoque de capital e o progresso tecnológico, assim como, saber o quanto essas variáveis afetam a produção de bens e serviços no longo prazo. Porém, esclarece Cadaval (2010), o modelo não leva em consideração um possível progresso técnico, e esse fato evita que o volume de produto aumente ao um mesmo nível de insumo, tornando o modelo inapto para justificar o crescimento de longo prazo. Tal situação existe porque as melhorias tecnológicas do modelo ocorrem de modo exógeno deixando o modelo limitado. Portanto o mesmo não consegue explicar o crescimento de longo prazo somente com os mecanismos presentes no modelo. Diante deste fato a teoria do crescimento endógeno buscou um melhor entendimento sobre as limitações e

fontes do progresso tecnológico, e no quanto isso seria benéfico para o crescimento econômico.

O crescimento endógeno teve seus primeiros trabalhos desenvolvidos na década de 1980 pelos economistas Romer (1986) e Lucas (1988). Eles por sua vez, segundo Filho e Campelo (2003) projetaram seus primeiros modelos com intuito de determinar o crescimento econômico no longo prazo levando como prioridade a acumulação de conhecimento.

Filho e Campelo (2003) diz que Romer (1986) redesenhou o modelo de Solow incluindo a busca de novas idéias que proporcionariam inovações e invenções para aumentar a lucratividade das empresas. Essa inclusão tornaria o progresso tecnológico endógeno. Uma das variáveis que é utilizada no modelo corresponde ao estoque de resultado dos gastos em pesquisa e desenvolvimento, onde se reconhece que o aprendizado obtido através de esforços privados gera a evolução do estoque público de conhecimento. A partir de uma taxa de crescimento de longo prazo esse novo conhecimento conseqüentemente, acaba criando externalidades positivas para produção tecnológica entre as firmas.

Lucas (1988) por sua vez sugere um modelo que se utiliza do capital humano como fator gerador para o crescimento econômico em longo prazo. Não obstante Macedo (2013) evidencia que o interesse de Lucas era apresentar um novo conceito embasado no efeito externo do capital humano o qual era denominado como externalidade positiva entre os agentes ou *spillover*. Diante dessa afirmação Filho e Campelo (2003) explicam que Lucas (1988) observou que através da inclusão do capital humano no modelo, a mão de obra de diversos países se diferencia por conta da qualificação do trabalho. Essa diferença em questão é decorrente do grau de instrução que o indivíduo possui, e por sua vez se tornou um fator determinante para entender os diferentes graus de crescimento econômico entre os países. O autor utilizou-se de dois modelos para evidenciar o seu trabalho.

O primeiro foi referente à existência da dependência entre o crescimento do capital humano e a contínua alocação de atividade do trabalhador ao longo do tempo. Isto é, na medida em que o capital humano foi incluso no modelo o nível de produção e o percurso de alocação do trabalhador ficou afetado, assim como o acúmulo de capital.

No segundo modelo foi considerado o esforço despendido na produção de um novo bem. Nele é referenciada a importância da produção, onde a dedicação do

trabalhador é fator essencial para se especializar no item produzido. Corroborando com os dois modelos alternativos de Lucas (1988) o economista Crawford (1994) expõe

A única maneira para os trabalhadores na sociedade do conhecimento manterem suas aptidões, perícia, saber e atuarem efetivamente como capital humano é se comprometendo com um aprendizado contínuo e vitalício, o que afetará todos os trabalhadores, tanto como indivíduos quanto como empregados ou empregadores (CRAWFORD,1994, p. 44).

Outro modelo neoclássico que incorpora o capital humano foi estimado por Mankin, Romer e Weil (1992), esse por sua vez se utilizou do método dos mínimos quadrados ordinário para concluir que o capital humano explica o crescimento de renda entre os países analisados.

Baseado na literatura exposta e analisando alguns dos modelos de crescimento existentes, percebe-se que a educação é primordial para o desenvolvimento e bem-estar dos indivíduos. É através do investimento em capital humano que se pode adquirir novas habilidades e conhecimento. Porém se faz necessário analisar a importância do gasto nesse processo e se o mesmo está sendo disponibilizado de forma eficiente.

3 O INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO

Esse capítulo visa explicar a educação como um bem de consumo ilimitado e de direito de qualquer indivíduo, assim como elucidar o processo que ele percorre até chegar na sociedade. Para tanto essa seção foi dividida em 5 partes, a primeira mostrando a educação como um bem não exclusivo e não-rival, a segunda mostrando o papel que o Estado possui na educação, a terceira explicando como a educação se financia, a quarta evidencia os gastos públicos educacionais no país e por último, divaga sobre as políticas públicas e o orçamento do Rio Grande do Sul.

3.1 A educação como bem público

É de comum entendimento que a educação é um direito do indivíduo tanto quanto um dever do Estado. Porém se faz necessário compreender primeiramente a definição de que a educação é um bem disponível, que quando consumido não se extingue, muito menos diminui a chance de outro indivíduo utilizar-se em benefício próprio.

Uma definição mais apropriada foi dada por Vasconcellos, Oliveira e Barbieri (2011, p. 336) “Bem público é aquele que não apresenta rivalidade no seu consumo. Dizemos que há rivalidade no consumo de um bem se o consumo desse bem por parte de uma pessoa reduz a disponibilidade do mesmo para outras.” Como exemplo prático considerando a educação em uma instituição de ensino, a presença de um aluno não provoca a exclusão da aprendizagem de outro. O fato de a educação ser definida como bem público, que conforme Pindyck e Rubinfeld (2010 p.602) explica que “o custo marginal de prove-los para um consumidor adicional é zero, e as pessoa não podem ser excluídas de seu consumo”, também remete a associação pela semelhança dos direitos humanos, como por exemplo, o direito a democracia, a igualdade, a liberdade entre outros. Porém diferentemente da

educação esses direitos não precisam de incentivo contínuo e de qualidade por parte do Estado.

Conforme Bobbio (2002) os direitos e as garantias que o homem possui devem ser não somente respeitados como providos pelo Estado democrático de sua nação. Corroborando a Declaração Universal dos Direitos do Homem indica que o meio de o ser humano se desenvolver é através do direito pleno à educação. Para tanto, esta diretriz evidencia a relevância do investimento educacional como direito:

Sem uma educação suficiente e de qualidade, restringe-se acentuadamente o direito a receber informações e opiniões e difundi-las sem limitação de fronteiras, por qualquer meio de expressão (artigo XIX); torna-se impossível a adequada satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais, indispensáveis para a dignidade e o livre desenvolvimento da personalidade (artigo XXII); limita-se o direito ao trabalho em condições equitativas e satisfatórias (artigo XXIII). Corta-se o direito a participar na vida cultural, a gozar das artes e a participar no progresso científico e nos benefícios que dele resultem (artigo XXVII); e, em geral, faz-se difícil ou impossível desfrutar dos direitos humanos e da cidadania e contribuir a que outros também o façam, pois uma pessoa não educada é totalmente incapaz de cumprir cabalmente com seus deveres, bem como desfrutar plenamente de seus direitos (GORCZEVSKI, 2005, p. 1291).

Neste momento percebe-se que o Estado é imprescindível para conduzir e promover recursos em prol do desenvolvimento da educação. Para isso precisa estar pautado de diretrizes que considerem a relevância dos fatores educacionais e as formas mais eficientes de condução dos gastos públicos no ensino.

3.2 O papel do Estado na educação

A responsabilidade do Estado para com a Educação se consolidou a partir da constituição de 1988, onde consta no seu artigo 6º as garantias de acesso a educação para todos os brasileiros.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A constituição também agrega ao papel do Estado a obrigatoriedade do ensino básico gratuito dos quatro aos dezessete anos de idade, assim como o acesso ao ensino aos portadores de deficiências e aos demais que não conseguiram concluir os estudos. A educação infantil é garantida conjuntamente, disponibilizando

para crianças de até cinco anos de idade creches e pré-escolas financiadas pelo Estado. Com isso Cury (2000) a partir dos artigos da constituição aduz que, o Estado tem o dever de garantir condições para que todos possam se utilizar da educação como forma de se desenvolver como pessoa, bem como praticar o exercício da cidadania e sua qualificação.

Não menos importante a lei 9394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional também aborda que a educação é um direito de todos e dever do Estado, e que o mesmo tem obrigação de criar oportunidades dos indivíduos se desenvolverem através do ensino. Esse fato se torna relevante porque todo conhecimento adquirido é uma forma de capital humano. A garantia da educação fornecida pelo Estado permite a qualquer cidadão sua evolução intelectual possibilitando uma melhor qualidade de vida. Portanto compilando os artigos 205 a 214 da CF/88, observa-se que o Estado tem o compromisso de gerenciar e melhorar a qualidade da educação do país determinando as formas de financiamento do sistema educacional.

3.3 Financiamento da Educação

O sistema de financiamento da educação possui como fonte principal a receita de impostos. Conforme a constituição Federal de 1988, o artigo 212 impõe que “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. Baseado em Abrahão (2005) *apud* Cadaval (2015) os impostos cobrados dos indivíduos e das empresas privadas se transformam em recursos para o financiamento da educação. Outro recurso importante é proveniente do salário-educação. Este por sua vez se faz presente no parágrafo 5º do artigo 212 da constituição e determina que como fonte adicional de financiamento as empresas deverão recolher a contribuição social do salário-educação. Essas medidas se tornaram fundamentais para garantir a disponibilidade de recursos necessários para a realização das responsabilidades governamentais.

Nessa mesma linha, a Emenda Constitucional nº 14 criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Essa iniciativa serviu para reforçar as determinações da

constituição sobre as receitas de impostos, e obrigar os municípios, estados e o Distrito Federal a alocarem pelo menos 15% dos impostos e transferências para a manutenção do ensino fundamental. A arrecadação desses tributos são para suprir as despesas com a remuneração de professores, aquisição e manutenção de equipamentos utilizados na escola, manter programas de transporte escolar e conceder bolsas de estudo. Vale destacar que outras despesas como a merenda são supridas por recursos advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Não obstante, vale salientar que uma das principais evoluções para a educação do Brasil se deu a partir da regulamentação do sistema educacional através da Lei de Diretrizes e Base (LDB). Essa por sua vez, conjuntamente com a criação do FUNDEF em 1996 modificaram a estrutura do financiamento da educação.

Devido ao intuito de aumentar recursos aplicados pela a União, estados e municípios o FUNDEF foi substituído em 2007 pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

As principais diferenças segundo Silva (2006), é que o FUNDEB amplia sua área de atendimento para a rede de ensino básico os quais são incluídos nesse processo o ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio, e a educação de jovens e adultos. Esse fato possibilita, segundo o Ministério da Educação (MEC), beneficiar um número maior de alunos do que no sistema do fundo anterior. Outra diferença também se deu no prazo determinado de vigência, O FUNDEB tem previsão de duração de 14 anos enquanto FUNDEF durou apenas 10 anos. Outro fator importante de mudança é a previsão de aumento de 15% para 20% dos recursos para os participantes, e a inclusão de novas origens de recursos.

Conforme dados do MEC, o FUNDEB é praticamente todo composto por recursos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo constituído de:

- Fundo de Participação dos Estados – FPE;
- Fundo de Participação dos Municípios – FPM;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;
- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – IPIexp;
- Desoneração de Exportações (LC 87/96).

A contribuição dos Estados, Distrito Federal e Municípios sobre as fontes citadas foram respectivamente 16,66% em 2007; 18,33% em 2008 e 20% a partir de 2009. Diferentemente, a contribuição dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios sobre as fontes citadas abaixo são de 6,66% no primeiro semestre de 2007; 13,33% em 2008 e 20% a partir de 2009.

- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações- ITCMD;
- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;
- Quota Parte de 50% do Imposto Territorial Rural devida aos Municípios – ITR.

O FUNDEB também arrecada recursos derivados das receitas da dívida ativa e dos juros e multas das fontes citadas anteriormente.

Vale ressaltar que além desses recursos o FUNDEB ainda é composto por uma parcela de recursos federais, sempre que no âmbito de cada Estado seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido. A complementação da União pode ser definida como:

- 2,0 bilhões de reais em 2007;
- 3,0 bilhões de reais em 2008;
- 4,5 bilhões de reais em 2009;
- e 10% do valor total do Fundo a partir de 2010.

Silva (2006) ainda discorre sobre a redistribuição dos recursos nas instituições de ensino. Ele fala que os recursos são redistribuídos conforme a proporção de alunos matriculados nas escolas cadastradas. Desses recursos 60% são para o pagamento de professores e o restante é destinado ao desenvolvimento do aluno, assim como a manutenção da escola. Portanto observa-se que a mudança de financiamento da educação através do FUNDEF para o FUNDEB gera um aumento de recursos que vem a favorecer a educação básica.

3.4 Os gastos públicos com a educação no Brasil

A importância dos gastos públicos é primordial em todos os setores da economia. Porém para que o gasto público possa ser considerado uma fonte geradora de crescimento e desenvolvimento econômico é necessário, além do investimento em capital físico, que os investimentos públicos se revertam também em capital humano, ou seja, em educação e capacitação dos indivíduos.

Com base nesse entendimento alguns autores analisaram o processo evolutivo dos gastos educacionais no Brasil. Baseado em Nunes *et al.* (2015) um estudo feito por Inouye e Pedrazzani em 2007 indicou que pessoas com um maior nível de instrução garantem uma melhor qualidade de vida, e que os gastos em educação podem contribuir para esse propósito. Para isto acontecer, conforme Franca (2013) os gastos governamentais contam com a participação das três esferas do governo, Federal, Estadual e Municipal, o qual demonstra um sistema descentralizado em prol de melhores investimentos.

Em seu estudo Franca (2013) mostrou que houve uma evolução entre os gastos do governo com a educação entre as esferas, passando de R\$ 101,4 bilhões em 2003 para R\$ 194,8 bilhões em 2010. Também a autora observou que entre o período de 1995 a 2005 os gastos educacionais acompanharam apenas o ritmo do crescimento econômico, oscilando na faixa de 4% do PIB. Entretanto a evolução do investimento começou a ocorrer a partir de 2005 onde a participação dos gastos em educação alcançaram 5% do PIB no país.

Maciel (2013) *apud* Nunes *et al.* (2015) analisando o perfil do gasto público do Brasil observou que a educação faz parte das 28 funções orçamentárias existentes na pauta governamental. Para tanto o autor também estimou a execução líquida do gasto público para o ano de 2010 constatando que 14% do total do gasto foram demandados para educação, ficando atrás apenas da previdência social que alcançou os 33% das despesas totais. O autor ainda indica que em uma análise feita para o período de 2001 a 2010 a educação apresentou uma evolução de 47,68% de taxa de crescimento, representando a quinta maior elevação em comparação com outras áreas. O presente processo evolutivo começou a se demonstrar mais intenso no ano de 2006 e foi explicado pelo aumento dos gastos federais derivados da ampliação do ensino superior e pelas transferências do FUNDEB.

Já considerando a divisão dos gastos por esferas o setor educacional representa diferentes proporções para cada nível de governo. Em uma análise feita por Franca (2013) sobre a participação relativa dos gastos por esfera entre 1995 e 2009, foi observado que a participação dos municípios no financiamento do ensino aumentou de 27,9% para 39,1%. Conforme Castro e Duarte (2008) *apud* Franca (2013) a participação dos municípios aumentou por conta das políticas públicas que priorizaram a estrutura do ensino fundamental determinando conjuntamente a repartição que iria demandar o orçamento da devida área de ensino. Corroborando Maciel (2013) *apud* Nunes (2015) informa que a educação básica e o ensino médio estão mais vinculados com os governos estaduais e municipais.

Na análise feita sobre a participação dos estados, Franca (2013) verificou que para o período de 1995 a 2009 houve uma redução de 7,1% que passou de 48,3% para 41,2% na participação relativa dos gastos. Já nos recursos federais houve uma redução de 4,1% da participação para o mesmo período. Contudo, Franca (2013) informa que apesar desse fato o gasto federal em educação aumentou consideravelmente, passando de R\$ 22,7 bilhões em 2005 para R\$ 45,7 bilhões em 2010. A explicação do aumento do gasto segundo o autor, o qual se baseou no relatório do MEC de 2012, deu-se por dois motivos: o primeiro foi por conta da legislação do FUNDEB, o qual determinou que no máximo 30% da complementação da União devida ao fundo, fossem originadas dos recursos constitucionais e que o valor restante deveria vir da diminuição de outras despesas de custeio. Devido a esse fato em 2011 os recursos adicionais ao mínimo da educação representaram 70% da complementação da União; o segundo motivo foi a eliminação progressiva do mecanismo de desvinculação de receitas da união (DRU) através da restauração integral do percentual mínimo de 18% de impostos federais para recursos educacionais.

Mendes (2015) em uma análise detalhada sobre os gastos da União com educação demonstra que do período de 2004 a 2014 a presente esfera contribuiu sempre acima da porcentagem estabelecida por lei. Em especial o autor informa que o ápice da despesa se deu nos últimos anos analisados, gastando entre os anos de 2012, 2013 e 2014 R\$ 43,1 bilhões acima do mínimo estabelecido, representando respectivamente 25,61%, 22,54% e 23,14% da receita líquida de impostos.

Segundo Mendes (2015) dos gastos da União, alguns merecem destaque pelo processo evolutivo que apresentaram nos dez anos analisados. O primeiro que

o autor destaca é o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o qual cresceu 1.100% de 2004 a 2014, representando no último ano 15% dos gastos totais. Esse por sua vez, não é considerado exatamente uma despesa, porém os juros reais cobrados pelo financiamento estudantil são negativos, caracterizando uma perda para a esfera federal. Outro ponto em relação do FIES é o de não necessitar de fiador, ocasionando uma perspectiva de inadimplência bastante alta.

O segundo gasto que obteve destaque por sua expansão foi o setor de educação profissional e tecnológica. Tal setor é o que financia o Programa Nacional de Ensino (PRONATEC). As despesas nessa área evoluíram 1.533% em termos reais entre 2004 e 2014 alcançando R\$ 7,1 bilhões no último ano analisado.

O terceiro e último setor a ser destacado pelo processo evolutivo foram as despesas do FUNDEF/FUNDEB. Essas por sua vez podem ser observadas na tabela 1:

TABELA 1 – Despesa do Governo Federal FUNDEF/FUNDEB 2004 A 2014.

| Despesa do Governo Federal em Educação FUNDEF/FUNDEB 2004 a 2014 | | | |
|---|--------------------|-----------------|--------------------------|
| Ano | R\$ milhões | % do PIB | % Receita Líquida |
| 2004 | 832 | 0,02 | 0,14 |
| 2005 | 692 | 0,02 | 0,11 |
| 2006 | 492 | 0,01 | 0,07 |
| 2007 | 2.984 | 0,07 | 0,39 |
| 2008 | 4.438 | 0,10 | 0,54 |
| 2009 | 6.764 | 0,15 | 0,83 |
| 2010 | 7.421 | 0,15 | 0,75 |
| 2011 | 10.553 | 0,20 | 1,08 |
| 2012 | 11.789 | 0,22 | 1,18 |
| 2013 | 10.604 | 0,19 | 1,00 |
| 2014 | 10.862 | 0,20 | 1,07 |

Fonte: Mendes (2015).

Dados: Sistema Siga Brasil e IBGE.

Analisando a tabela 1 observa-se que de 2004 a 2014 houve uma evolução nos gastos de 1.205%, representando no último ano 12% das despesas totais da esfera federal. Esses gastos começaram a representar um maior impacto financeiro no ano de 2007 quando as novas regras referente a aprovação do FUNDEB foram instituídas.

Em relação aos gastos por nível de ensino no Brasil, Franca (2013) constatou que na educação básica entre os anos de 2000 a 2010 a prioridade foi o ensino fundamental, o qual elevou o gasto por aluno de forma significativa. Em contrapartida o ensino superior teve o valor investido por aluno reduzido por conta da grande expansão de número de matrículas. Nesse caso o valor atribuído na presente etapa não reduziu, mas foi diluído entre a quantidade de estudantes matriculados. Essa situação, segundo a autora, diminuiu a distância de gasto por aluno entre as duas etapas de ensino. Esse fato foi explicado devido a educação superior representar 11 vezes o valor da despesa por aluno da educação básica no ano 2000, passando em 2010 a equivaler a 5 vezes o valor do gasto por estudante.

Baseado nos dados apresentados sobre as despesas do país com a educação percebe-se que existe um crescente interesse do Brasil de continuar aumentando os índices relacionados aos gastos educacionais. Prova desse fato foi a aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014 pela Lei 13.005. O plano em questão tem duração de dez anos e possui como uma das metas estabelecidas a seguinte:

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio (BRASIL, 2014).

Visto isso, nota-se que o Brasil intenciona o aumento dos gastos educacionais em prol de melhorias na qualidade do ensino. Contudo o país necessita contar com as 27 federações que o compõem para que as metas estabelecidas possam ser alcançadas. Nesse quesito o Rio Grande do Sul colabora com tal expectativa incluindo a educação na elaboração das políticas públicas e no orçamento do estado.

3.5 Políticas públicas educacionais e o orçamento no RS

É inegável a necessidade de políticas públicas para o desenvolvimento educacional. Para isso, a criação do plano nacional de educação (PNE) tem sido um dos mecanismos para direcionar as metas e estratégias necessárias para elevar o níveis de educação. Conjuntamente, o plano estadual de educação (PEE) e o plano municipal de educação (PME) se fazem instrumentos necessários de planejamento

das políticas educacionais regionais e municipais no Rio Grande do Sul, conforme o disposto na lei 13.005/2014:

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta lei (BRASIL, 2014).

No Rio Grande do Sul, conforme o ministério da educação (MEC), já houve cinco PEE até os dias atuais, sendo o primeiro constituído em 1967 o qual evidenciava a oferta de vagas ao maior número possível de alunos. Durante o seu vigor ocorreu a reforma do ensino constituindo com isso a lei 5.692/71.

Posteriormente, o plano que o sucedeu que foi do período de 1978 a 1981 teve a intenção de qualificar o processo de ensino e aprendizagem através do desenvolvimento das capacidades do educando, possibilitando com isso a qualificação necessária para o trabalho e o preparo para o exercício como cidadão. O terceiro plano foi mais além das necessidades que buscavam os planos anteriores. Em vista de que o primeiro e segundo plano intencionavam a qualificação e quantificação do ensino, o terceiro introduziu a avaliação e o acompanhamento, possibilitando modificações em prol dos objetivos traçados.

Baseado nos contextos norteadores dos planos antecedentes, o quarto plano que ocorreu entre 1987 a 1990, elaborou diretrizes que se utilizassem do planejamento científico e participativo da educação para constituir uma base democrática para as decisões políticas no sistema estadual de ensino. Vale ressaltar que esses planos sofreram durante suas vigências muitas alterações referentes a distribuição de atribuições e recursos, assim como mudanças na forma de aplicação dos planos. Porém com a adoção de um Plano Nacional de Educação de longo prazo determinado pela Constituição Federal de 1988 conjuntamente com o apoio da Lei 9394/96 LDB as metas e estratégias ficaram mais plausíveis e embasadas dentro das necessidades educacionais da sociedade.

O quinto e último Plano Estadual de Educação instituído pela Lei 14.705/2015 feito em cumprimento ao PNE aprovado pela Lei Federal 13.005/2014, tem como base assegurar a validação das diretrizes do PNE assim como estipular metas e estratégias que visam suprir os déficits educacionais do estado. Sua elaboração tem

como objetivo garantir um melhor desenvolvimento do ensino, o que tem como consequência uma melhora do bem estar social.

O plano estadual vigente tem duração de dez anos a partir da sua data de publicação e conta com nove artigos e vinte metas, conjuntamente com as ações e estratégias utilizadas para se fazer cumpridas. Vale ressaltar que o PEE serve de apoio a realização das vinte metas estabelecidas pelo PNE, contribuindo para o panorama geral de qualidade na educação da população brasileira.

Algumas das metas estipuladas afetam positivamente a educação básica do estado, elas são:

- Meta 1 - Universalizar até o final de 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade em todos os municípios e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos.
- Meta 2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que no mínimo 80% (oitenta por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada até 2019 e pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos, até o último ano de vigência do plano.
- Meta 3 - Universalizar, até o final de 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até 2019, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 70% (setenta por cento) e, até o final do período de vigência do plano, para 85% (oitenta e cinco por cento).
- Meta 4 - A partir da vigência deste Plano, universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com total garantia de atendimento aos serviços especializados e também qualificação dos professores para o atendimento destas crianças.
- Meta 5 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental, no prazo da vigência do PEE, considerando o diagnóstico individual para o estabelecimento de metas locais.

- Meta 6 - Disponibilizar educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.
- Meta 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias estaduais para o Ideb de 2015, 2017, 2019, 2021 respectivamente, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: 5.6, 5.9, 6.1, e 6.4; nos anos finais do ensino fundamental: 5.1, 5.3, 5.6 e 5.8; e no Ensino Médio: 4.6, 5.1, 5.3, e 5.5.
- Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência do PEE, para as populações do campo, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à superação da desigualdade educacional.
- Meta 9 – Aumentar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 98% (noventa e oito por cento) até 2015 e, até o final do plano, universalizar a alfabetização e reduzir em 55% (cinquenta e cinco por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Diante dessas metas supracitadas vale ressaltar que para formulação de suas diretrizes se utilizou como base o artigo 4º dessa mesma lei, onde para sua criação foram levados em consideração os dados de referência da pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD), o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica mais atualizados. Essas metas foram elaboradas de forma a partilhar o detalhamento e regulamentação das atribuições específicas com a colaboração dos entes federativos conferindo uma maior organização das políticas públicas educacionais.

Segundo a justificativa apresentada pela secretaria da educação em 2014 para a aprovação do plano, os sistemas de ensino do território estadual, quais sejam, o sistema estadual de ensino (SEE) e os sistemas municipais (SMEs), em parceria com o sistema nacional de educação (SNE) tomam para si a função de articuladores, normalizadores, coordenadores e regulamentadores do ensino em benefício do cumprimento dos objetivos. Essas atribuições reforçam a garantia das

diretrizes educacionais possibilitando o alcance das metas estabelecidas nos planos de educação.

Anteriormente ao plano também houve algumas ações derivadas de políticas públicas educacionais que foram implantadas no Rio Grande do Sul. Algumas delas ainda estão em curso, como por exemplo tem-se: RS Mais Renda, a qual tem como objetivo reduzir os índices de vulnerabilidade social no estado e estimular a continuidade dos estudos no ensino médio, complementando a renda das famílias beneficiadas pelo bolsa família; Ficha FICAI, a qual é uma forma de informar a evasão escolar e tomar as devidas providências; Plano de ações articulados-PAR, que estabeleceu uma nova lógica de colaboração entre os entes federados propiciando apoio da União para os estados e municípios onde favorecem a gestão educacional, formação de profissionais da educação, e práticas pedagógicas, de avaliação e estrutura; e repasse de recursos financeiros através do programa nacional do transporte escolar (PNATE) e programa estadual do transporte escolar (PEATE) aos municípios, com a intenção de subsidiar o transporte escolar dos alunos da rede pública estadual dos ensinos fundamental e médio que residem em zona rural.

Diante dos planos e objetivos dados as políticas públicas apresentadas para o estado, percebe-se que o campo educacional tem uma importância inestimável para superar algumas insuficiências existentes na sociedade. Assim a política social quando utilizada para promover as ações educacionais melhoram de forma significativa as condições de vida da população. Contudo para o cumprimento das metas há de se levar em consideração o orçamento público do Rio Grande do Sul, seu panorama de gastos com a educação e o desempenho educacional dos últimos anos no estado.

Conforme a prestação de contas do governador (2014) o sistema orçamentário é o principal mecanismo para o planejamento da Administração Pública. Esse por sua vez submete-se a instrumentos de forma ordenada que possibilitam a adequação das propostas de lei que são encaminhadas ao parlamento.

Os instrumentos nada mais são do que legislações que auxiliam a Administração Pública a exercer suas atribuições e competências, assim como definir as ações e prioridades, direcionando com isso os recursos públicos entre as

esferas. Esses instrumentos são conhecidos como Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei do Orçamento Anual (LOA).

O Plano Plurianual (PPA), segundo a prestação de contas do governador (2014), tem duração de quatro anos de validade e se caracteriza por ser um plano orientador das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e Leis dos Orçamentos Anuais (LOAs), assim como de outros planos e programas do governo.

Pautado na Constituição Estadual o PPA em consonância com a Constituição Federal, torna-se obrigatório para fins de planejamento orçamentário, o qual pode ser confirmado pelo artigo 149 da presente Constituição transcrita nos incisos a seguir:

§ 1º A lei que aprovar o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas, quantificados física e financeiramente, dos programas da administração direta e indireta, de suas fundações, das empresas públicas e das empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

§ 8.º Os orçamentos anuais e a lei de diretrizes orçamentárias, compatibilizados com o plano plurianual, deverão ser regionalizados e terão, entre suas finalidades, a de reduzir desigualdades sociais e regionais.

Baseado no presente artigo da Constituição Estadual observa-se que o PPA estabelece os objetivos e as metas de forma regionalizada. Além disso, apresenta as prioridades que a elaboração do LDO deve seguir. No inciso 3º desse mesmo artigo discorre que uma das atribuições do LDO é orientar a elaboração dos orçamentos anuais, dispondo sobre possíveis alterações na legislação tributária.

Já sobre a Lei dos Orçamentos Anuais (LOAs) pode-se dizer que é a que discrimina os recursos específicos da realização da despesa, ajudando ao governo a definir prioridades para a alocação dos recursos. Nela deve conter o orçamento geral da administração direta, os orçamentos das autarquias estaduais e os orçamentos das fundações mantidas pelo Estado.

No que tange a educação o orçamento anual do Rio Grande do Sul dispõem de alguns artigos da Constituição Estadual específicos à vinculação de recursos educacionais, os quais alguns são destacados a seguir:

Art. 201 § 3.º O Estado aplicará 0,5% (meio por cento) da receita líquida de impostos próprios na manutenção e desenvolvimento do ensino superior público e, através de crédito educativo e de bolsa de estudos, integral ou parcial, no ensino superior comunitário, cabendo à lei complementar regular a alocação e fiscalização deste recurso.

Art. 236. O Estado cobrirá as despesas de investimentos e custeio de seus órgãos envolvidos com pesquisa científica e tecnológica e, além disso, destinará dotação equivalente no mínimo a um e meio por cento de sua receita líquida de impostos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, para aplicação no fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

Art. 202. O Estado aplicará, no exercício financeiro, no mínimo, trinta e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Diante de tais informações descritas constata-se que o Estado do Rio Grande do Sul possui um planejamento estruturado. Contudo mesmo que obtenha um orçamento bem executado isso não permite afirmar que os recursos estão sendo aplicados de forma correta. Também não possibilita identificar se os resultados orçamentários estão proporcionando uma melhor qualidade educacional. Entretanto uma das formas de mensurar o bem-estar da sociedade e saber se o mesmo possui caráter evolutivo através dos índices de desenvolvimento.

4 ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO - FATOR EDUCAÇÃO

Esse capítulo foi dividido em três partes. A primeira apresenta a relação do crescimento e do desenvolvimento educacional. A segunda explica a mensuração do desenvolvimento através dos índices, explicando-os separadamente. A terceira e última busca fazer uma comparação entre os estados com ênfase no Rio Grande do Sul através dos indicadores citados na presente seção.

4.1 A relação do crescimento e do desenvolvimento

A importância que a educação possui como gerador de capital humano, como foi referenciado teoricamente no capítulo dois, é fator determinante para o desempenho da economia e promoção do bem-estar social. Assim como o crescimento e o desenvolvimento econômico que estão diretamente relacionados ao fator educacional. Contudo de forma a esclarecer a distinção de crescimento e desenvolvimento se faz necessário definir o conceito de ambos.

Vieira, Albert e Bagolin (2008) definem o crescimento econômico como o aumento da capacidade produtiva na economia, diferentemente do desenvolvimento econômico, que se diferencia por incluir mudanças na formação do produto em prol de melhorar os indicadores de bem-estar de forma qualitativa. Em relação a educação, os autores ainda dizem que o crescimento se limita ao tempo que leva para os fatores de produção se acumularem, e que a educação se correlaciona por ser um fator de crescimento de longo prazo. Contudo, ainda explicam que em relação a o desenvolvimento, a educação é uma das fontes mais importantes para o alcance de níveis melhores de qualidade de vida.

Já Siedenberg (2006) expõe que o crescimento possui caráter quantitativo, o qual visa o aumento do produto na economia. Esse por sua vez geralmente é medido pela variação do Produto Nacional Bruto (PNB) ou pelo Produto Interno Bruto (PIB). No que diz respeito ao desenvolvimento econômico o autor conceitua-o

como um processo que gera alterações de âmbito social e econômico nas estruturas regionais em detrimento de um melhor desenvolvimento na qualidade de vida.

Na visão de Vasconcellos (2000) o crescimento econômico é ligado ao crescimento da renda per capita de forma contínua ao longo do tempo. Já no quesito desenvolvimento a definição é mais qualitativa, visto que o processo de desenvolvimento se utiliza de mudanças na alocação dos recursos e composição do produto por diversas áreas da economia. Essas alterações têm por objetivo melhorar os índices da pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, nutrição, moradia e educação.

Compilando o conceito dos autores observasse que o consenso de crescimento econômico se caracteriza pelo o aumento produtivo dentro da economia. A educação neste contraponto gera capital humano e conseqüentemente aumenta os níveis de renda, fator essencial para estimular o crescimento do país. Já o desenvolvimento econômico prioriza principalmente o bem-estar e a qualidade de vida. Esse por sua vez se relaciona ao crescimento quando se utiliza dos impactos positivos das variáveis quantitativas acompanhado por impactos positivos das variáveis qualitativas para geração de bem-estar (PNUD, 2013). Em si, quando a educação se demonstra evolutiva dentro de um país, o crescimento e o desenvolvimento econômico também tendem a prosperar.

Não obstante, o desenvolvimento econômico como visto ocorre quando há crescimento na qualidade de vida, e esse por sua vez é mensurado através de indicadores. Essas ferramentas visam fornecer informações e caracterizar de forma qualitativa as regiões com a intenção de verificar as reais necessidades que possuem. Vale ressaltar que a partir desses parâmetros podem-se planejar estratégias através de políticas públicas para resolução de problemas específicos (JANNUZZI; BARRETO; SOUZA, 2014). Com isso algumas das ferramentas utilizadas são os indicadores IDH, IDEB, e IDESE, sendo o último um indicador apenas do Rio Grande do Sul.

4.2 Indicadores Utilizados

4.2.1 IDH, IDHM e IDHM Educação

Conforme o Atlas (2015) o índice de desenvolvimento humano (IDH) foi criado com base no processo de amplitude das liberdades das pessoas. Esse conceito de desenvolvimento humano tem em vista a expansão das oportunidades e capacidades disponíveis aos indivíduos, para que possam escolher a vida que almejam.

Assim o processo de amplitude de liberdades depende de dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais como garantia de um ambiente que proporcione o bem-estar pleno e as potencialidades das pessoas. Para tanto conforme Atlas (2013), foram apresentados em 1990 no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o conceito e o índice de desenvolvimento humano.

Os idealizadores desse indicador mundial foram o economista paquistanês Mahbub ul Haq com colaboração do economista Amartya Sen. O ideal dos economistas eram mudar a perspectiva da visão econômica do desenvolvimento fazendo um contraponto com o PIB o qual vê o bem-estar de uma nação apenas pela renda ou recursos que podem gerar. Essa abordagem define que a renda e a riqueza são importantes para o desenvolvimento, mas como meio de geração de qualidade de vida, e não fins. Nesse caso o foco no desenvolvimento deixa de ser a renda e passa a ser os indivíduos (PNUD, 2013).

Para tanto o IDH foi criado com base em três requisitos importantes para a expansão das liberdades dos seres humanos, os quais remetem a saúde, educação e renda respectivamente, eles são:

- Oportunidade de levar uma vida longa e saudável;
- Acesso ao conhecimento;
- Poder desfrutar de um padrão de vida digno.

A partir dessa premissa o IDH começou a ser calculado decenalmente em âmbito mundial, se utilizando da média entre as variáveis educacionais, de renda e saúde para demonstrar o índice de desenvolvimento humano entre os países. A série disponibilizada pela PNUD refletem o desenvolvimento humano global de 1991, 2000 e 2010 e caracteriza os resultados em cinco níveis. Segundo PNUD, eles são divididos nas seguintes faixas e significados: muito alto desenvolvimento compreendendo resultados acima 0,800; alto desenvolvimento compreendendo

índices de 0,700 a 0,799; médio desenvolvimento com resultados de 0,600 a 0,699; baixo desenvolvimento de 0,500 a 0,599 e muito baixo desenvolvimento representando índices abaixo de 0,499.

Com intuito de gerar resultados regionais o PNUD Brasil no ano de 2012, em parceria com IPEA e com a Fundação João Pinheiro, adaptaram a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal. Essa iniciativa se utiliza das mesmas três dimensões, porém os indicadores levados em conta para determinar o índice foram adequados em prol de uma melhor avaliação das condições de núcleos sociais menores.

O IDHM, como foi dito, é constituída de três dimensões as quais são: o IDHM Educação, IDHM Longevidade e o IDHM Renda. Esses por sua vez são calculados primeiramente de forma individual considerando alguns critérios assim como mostra o quadro abaixo:

QUADRO 2 - Medidas de aferição dos componentes do IDHM.

| IDHM | Medidas de aferição dos IDHMS |
|--------------------|---|
| Longevidade | É medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto, a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. |
| Educação | É medida pela média geométrica por dois indicadores com pesos diferentes, os quais são: Escolaridade da população adulta (Peso 1); e Fluxo escolar da população jovem (Peso 2). |
| Renda | É medido pela renda municipal <i>per capita</i> , ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. |

Fonte: Atlas (2015).

Depois de serem calculados os indicadores sociais que compõem o IDHM é feito a média geométrica entre as três dimensões, para com isso obter o índice geral que irá indicar o nível de desenvolvimento municipal. Vale salientar que os níveis são classificados da mesma forma que o IDH Global.

O IDHM Educação como foi visto é um dos pilares principais para se determinar o desenvolvimento humano das regiões municipais. O acesso ao conhecimento é fundamental para o bem-estar social, permitindo com isso expandir as habilidades da população. Diferentemente dos outros indicadores que também determinam o IDHM total, esse a qual corresponde a educação, é composto por dois outros indicadores. O primeiro que diz respeito a escolaridade da população adulta e é medido pelo percentual de pessoas com 18 anos ou mais que possuem o ensino fundamental completo. O segundo refere-se ao fluxo escolar da população jovem, o

qual é medido através da média aritmética dos seguintes parâmetros: percentual de crianças de 5 e 6 anos frequentando a escola; percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental; percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

Os parâmetros utilizados pelo IDHM Educação priorizam a mensuração de quatro fases diferentes na formação dos indivíduos. Essa abrangência facilita os governantes a identificar as distorções de séries entre os estudantes e assim tomar medidas de melhorias.

4.2.2 IDESE- Bloco Educação

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) é um índice sintético que foi criado em 2003 pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) tendo como inspiração o IDH. Esse indicador tem como objetivo refletir os níveis de desenvolvimento do Rio Grande do Sul e com isso auxiliar os governos na formulação de políticas públicas (FEE, 2014). Uma das diferenças que esse indicador possui em comparação com o IDHM é que a divulgação dos índices é produzida anualmente, diferentemente do IDHM a qual é feita de forma decenal. Essa diferença facilita o acompanhamento do desenvolvimento no Estado assim como o efeito das políticas públicas ao longo dos anos.

O IDESE, conforme Kang *et al.* (2014), após dez anos de existência foi reformulado, retirando o bloco ,como por exemplo, do saneamento e condição de domicílios e modificando outras variáveis existentes, a fim de se adequar as novas demandas da população. Com isso o presente índice dentro da nova metodologia se utiliza de três parâmetros, os quais nesse caso se igualam aos do IDHM, que são: Longevidade, educação e renda. O que os diferenciam nesse quesito são as 12 variáveis utilizadas nos sub-blocos. Essas são transformadas em índices e então agregados nos sub-blocos que pertencem, gerando assim um índice único para cada sub-bloco. Posteriormente os índices de cada sub-blocos são reunidos e após constituída a média aritmética entre eles forma-se o índice de cada bloco do IDESE. Considerando essa aferição, o IDESE final se constitui da média aritmética dos três blocos que possuem pesos iguais. A transformação dos indicadores que fazem parte do IDESE em índices é calculada através da equação 1:

$$I_{x,j,t} = \frac{Y_{x,j,t} - LI_x}{LS_x - LI_x} \quad (1)$$

Onde:

$I_{x,j,t}$ é o índice do indicador x da unidade geográfica j no tempo t ;

$Y_{x,j,t}$ é o indicador x da unidade geográfica j no tempo t ;

LI_x é o limite inferior do indicador x ;

LS_x é o limite superior do indicador x .

Já a estrutura metodológica do IDESE, assim como o peso de cada indicador está representada no quadro abaixo:

QUADRO 3 - Estrutura Metodológica do IDESE

| IDESE- ESTRUTURA METODOLÓGICA | | | | | |
|-------------------------------|---------------------------|---------------|--|---------------|---------------|
| BLOCO | SUB-BLOCO | PESO NO BLOCO | INDICADORES | PESO NO BLOCO | PESO NO IDESE |
| EDUCAÇÃO | Pré-escola | 1/4 | Taxa de matrícula bruta na pré-escola | 1/4 | 1/12 |
| | Ensino Fundamental | 1/4 | Nota da Prova Brasil (5º ano Ens. Fund.) | 1/8 | 1/24 |
| | | | Nota da Prova Brasil (9º ano Ens. Fund.) | 1/8 | 1/24 |
| | Ensino Médio | 1/4 | Taxa de matrícula bruta no E.M. | 1/4 | 1/12 |
| | Escolaridade | 1/4 | Propor. de pessoas com 18 anos ou mais com Ens.Fund. completo | 1/4 | 1/12 |
| RENDA | Geração de renda | 1/2 | PIB <i>per capita</i> | 1/2 | 1/6 |
| | Apropriação de renda | 1/2 | Renda <i>per capita</i> de todos os domicílios | 1/2 | 1/6 |
| SAÚDE | Saúde materno-infantil | 1/3 | Taxa de mortalidade de menores de 5 anos | 1/6 | 1/18 |
| | | | Propor. de nascidos vivos cuja as mães fizeram 7 ou mais exames de pre-natal | 1/6 | 1/18 |
| | Condições gerais de saúde | 1/3 | Taxa de mortalidade por causas evitáveis (5-74 anos) | 1/6 | 1/18 |
| | | | Proporção de óbitos por causas mal definidas | 1/6 | 1/18 |
| | Longevidade | 1/3 | Taxa bruta de mortalidade padrozinada | 1/3 | 1/9 |

Fonte: Kang *et al.*(2014).

O Bloco Educação como mostrado no quadro 3 é de extrema importância para a determinação do índice de desenvolvimento socioeconômico. Nele são utilizados indicadores determinantes para a aferição da qualidade do ensino fundamental, visto que o objetivo é a melhoria da proficiência dos alunos. Conjuntamente o bloco também busca agregar um indicador que envolva toda a população utilizando como parâmetro a taxa de escolaridade adulta. Como observado, o Bloco Educação buscou incluir quatro faixas etárias a fim de obter um índice mais condizente com as reais necessidades (KANG *et al.* 2014).

4.2.3 IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador criado em 2007 pelo INEP como ferramenta de mensuração da qualidade da educação. O presente índice é publicado a cada dois anos e reúne dois conceitos principais que são: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

Conforme nota técnica do INEP, o IDEB permite o monitoramento do sistema educacional brasileiro fornecendo diagnósticos norteadores de ações políticas. Sua relevância está em detectar redes de ensino que apresentem baixo desenvolvimento dos alunos na área de rendimento escolar e proficiência. Outro quesito é a possibilidade de monitorar o avanço do desempenho dos estudantes das presentes redes escolares.

Os parâmetros utilizados por esse índice combinam informações de desempenho em exames padronizados do INEP derivados da Prova Brasil ou Saeb. Nesse caso a média do Saeb são para os estados e para o país, e a Prova Brasil são para os municípios. Os exames em questão são aplicados no final de duas etapas da educação básica, as quais compreendem o 5º ano e o 9º ano do ensino fundamental. O outro parâmetro utilizado na formação do índice é o rendimento escolar (aprovação) dado pelo Censo Escolar e obtido pelos estudantes do 3º ano do ensino médio.

Baseado em Cadaval (2015), em uma visão mais detalhada sobre cada parâmetro, explica-os da seguinte forma:

- Prova Brasil: É uma avaliação elaborada pelo INEP que visa testar as habilidades e o desenvolvimento através da alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e das habilidades iniciais em Matemática. Essa por sua vez é

aplicada para os estudantes matriculados no 2º ano do ensino fundamental, pertencentes a rede pública, no início e no final do ano letivo. Com isso a Prova Brasil possibilita aos professores averiguar o desenvolvimento do aluno.

- SAEB: É o Sistema de Avaliação da Educação Básica o qual se divide em três avaliações diferentes. A primeira é a Avaliação Nacional da Educação Básica, que busca avaliar de forma amostral a qualidade, a equidade e a eficiência educacional. A abrangência inclui todas as redes de ensino para alunos matriculados no 5º ano e no 9º ano do ensino fundamental, assim o como também no 3º ano do ensino médio. A segunda é a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), denominado também de “Prova Brasil”. Essa busca avaliar a qualidade do ensino fornecido pelas escolas públicas. Os estudantes participantes da presente prova são os do 5º ano e 9º ano do ensino fundamental. A terceira é a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), a qual tem como objetivo avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, habilidades em Matemática e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas.
- Censo Escolar: É um levantamento de dados estatísticos da educação básica coletados anualmente que visam fornecer informações sobre estabelecimentos, matrículas, funções dos docentes, movimento e rendimento escolar. Esses últimos são fundamentais para o cálculo do IDEB.

Com as presentes informações, vale ressaltar, que a combinação da aprendizagem e do fluxo escolar possibilitados pelo indicador equilibram duas dimensões no ensino. Isto é, se uma instituição retêm os estudantes para obter melhores resultados o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhorias do sistema. Em contrapartida, se o sistema aprovar o aluno de forma apressada e sem qualidade o resultado obtido nas provas indicarão igualmente a necessidade de melhorias (INEP).

Outra questão a ser abordada é a forma que é calculado o IDEB. Baseado na nota técnica do INEP a fórmula geral do índice é dada pela equação 2:

$$IDEB_{ji} = N_{ji} + P_{ji}; \quad 0 \leq N_j \leq 10; \quad 0 \leq P_j \leq 1 \text{ e } 0 \leq IDEB_j \leq 10 \quad (2)$$

Onde:

i = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

N_{ji} = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

P_{ji} = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j ;

Em (2), a média de proficiência padronizada dos estudantes da unidade j , N_{ji} , é obtida a partir das proficiências médias em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes submetidos a determinada edição do exame realizado ao final da etapa educacional considerada (Prova Brasil ou SAEB). A proficiência média é padronizada para estar entre zero e dez, de modo que $0 \leq IDEB \leq 10$. N_{ji} é obtida de acordo com (3).

$$N_{ji} = \frac{n_{ji}^{lp} + n_{ji}^{mat}}{2} \quad \text{e} \quad n_{ji}^{\alpha} = \frac{S_{ji}^{\alpha} - S_{inf}^{\alpha}}{S_{sup}^{\alpha} - S_{inf}^{\alpha}} * 10 \quad (3)$$

Onde:

n_{ji}^{α} = proficiência na disciplina α , obtida pela unidade j , no ano i , padronizada para valores entre 0 e 10;

α = disciplina (Matemática ou Língua Portuguesa);

S_{ji}^{α} = proficiência média (em Língua Portuguesa ou Matemática), não padronizada, dos alunos da unidade j obtida no exame do ano i ;

S_{inf}^{α} = limite inferior da média de proficiência (Língua Portuguesa ou Matemática) do Saeb 1997;

S_{sup}^{α} = limite superior da média de proficiência (Língua Portuguesa ou Matemática) do Saeb 1997.

Para as redes de ensino que obtiverem $S_{ji}^{\alpha} < S_{inf}^{\alpha}$, a proficiência média é fixada em S_{inf}^{α} . Por sua vez, aquelas unidades que obtiverem $S_{ji}^{\alpha} > S_{sup}^{\alpha}$ têm o desempenho fixado em S_{sup}^{α} . Os valores da média e desvio padrão das proficiências dos alunos da 4ª série/ 5º ano e 8ª série/ 9º ano do ensino fundamental e da 3º

série/ano do ensino médio, foram fixados com base no SAEB de 1997, o qual foi o ano que a escala do sistema foi definida. A partir desse fato o cálculo auferido para o limite inferior e superior de cada etapa de ensino utilizada na padronização das proficiências médias em Língua Portuguesa e Matemática foram mensuradas de acordo com a equação (4).

$$S_{inf}^{\alpha} = média_{\alpha} - (3 * DP) \text{ e } S_{sup}^{\alpha} = média_{\alpha} + (3 * DP). \quad (4)$$

Baseado no conjunto de dados do SAEB de 1997 e a média estabelecida acima foram determinados os limites, inferiores e superiores utilizados para calcular todos os IDEBs do Brasil (rede privada e pública) e para os dados agregados por unidade da federação e, a partir da Prova Brasil de 2005, para municípios (rede municipal e estadual) e para as escolas.

No que se trata do indicador de rendimento representado por, P_j , é obtido conforme (5), onde a proporção de aprovados em cada uma das séries da etapa considerada, p^r , é calculada diretamente do Censo Escolar. Se p^r ($r = 1, 2, \dots, n$, em que n é o número de séries com taxa de aprovação positiva) é a taxa de aprovação da r -ésima série da etapa educacional considerada, então o tempo médio de duração da série é:

$$T_{ji} = \sum_{r=1}^n \frac{1}{p^r} = \frac{n}{P_{ji}} \quad (5)$$

Em (5), P_{ji} é a taxa média de aprovação na etapa educacional no ano i . Nota-se que, na ausência de evasão durante a etapa e em equilíbrio estacionário $\frac{n}{P_{ji}}$ dá o tempo médio para conclusão de uma etapa para os estudantes da unidade j (T_{ji}).

Se P é o inverso do tempo médio para conclusão de uma série, então $P_{ji} = \frac{1}{T_{ji}}$. Deste modo, temos $IDEB_{ji} = \frac{N_{ji}}{T_{ji}}$, ou seja, o indicador fica sendo a pontuação no exame padronizado ajustada pelo tempo médio (em anos) para conclusão de uma série naquela etapa de ensino.

Após mostrar como o IDEB é calculado outro ponto importante a ser dito sobre esse indicador é referente às metas que o mesmo possui. As metas foram a ferramenta encontrada para mensurar a qualidade do Plano de Desenvolvimento

com Educação (PDE) para a educação básica em comparação com os outros países. O INEP estabeleceu parâmetros técnicos de comparação entre a qualidade dos sistemas de ensino com a intenção de que o Brasil atinja o patamar educacional que têm hoje a média dos países da OCDE. Para isso seria necessário uma evolução da média nacional de 3,8 registrada em 2005 para um IDEB igual a 6,0 na primeira fase do ensino fundamental até 2022, ano do bicentenário da independência (INEP).

Para o atingimento da meta do Brasil, o INEP estipulou metas de 2007 a 2021, diferenciadas para todas as redes de ensino, estados e municípios. Essa iniciativa visa estimular as escolas que possuem uma maior dificuldade a exercerem um esforço mais concentrado em prol de uma redução da desigualdade entre as esferas. O empenho de todas as estruturas educacionais da educação básica não só melhora o ensino como um todo, mas é essencial para que o país atinja a média almejada no período estipulado.

Visto isso, e considerando todo o apanhado feito sobre a importância do desenvolvimento para a vida dos indivíduos, e sua diferenciação com o crescimento econômico faz-se necessário verificar a situação dos indicadores nos estados brasileiros. Para tanto a partir dos índices nacionais apresentados (IDHM Educação e IDEB) será mostrado um panorama geral entre os estados com ênfase no Rio Grande do Sul.

4.3 Comparações entre os estados brasileiros

A comparação da educação no Rio Grande do Sul com os demais estados será feita através dos dados do IDHM Educação de 2000 e 2010 e da evolução do IDEB no período de 2005 a 2015. Essa comparação tem como objetivo verificar a posição do estado em âmbito nacional, e assim observar o desempenho gaúcho em relação aos demais estados brasileiros.

Do ano de 2000 para o ano de 2010, o Rio Grande do Sul regrediu duas posições no IDHM Educação, passando da 6ª posição para a 8ª posição no ranking dos estados brasileiros. Conforme Tabela 2 a seguir:

TABELA 2 - Estados Brasileiros- IDHM Educação

| IDHM Educação- Brasil | | | Colocação 2010 |
|--------------------------|--------------|--------------|-------------------|
| UF | 2000 | 2010 | |
| Distrito Federal | 0,582 | 0,742 | 1° |
| São Paulo | 0,581 | 0,719 | 2° |
| Santa Catarina | 0,526 | 0,697 | 3° |
| Rio de Janeiro | 0,530 | 0,675 | 4° |
| Paraná | 0,522 | 0,668 | 5° |
| Espírito Santo | 0,491 | 0,653 | 6° |
| Goiás | 0,439 | 0,646 | 7° |
| Rio Grande do Sul | 0,505 | 0,642 | 8° |
| Minas Gerais | 0,470 | 0,638 | 9° |
| Mato Grosso | 0,426 | 0,635 | 10° |
| Mato Grosso do Sul | 0,445 | 0,629 | 12° |
| Amapá | 0,424 | 0,629 | 11° |
| Roraima | 0,457 | 0,628 | 13° |
| Tocantins | 0,348 | 0,624 | 14° |
| Ceará | 0,377 | 0,615 | 15° |
| Rio Grande do Norte | 0,396 | 0,597 | 16° |
| Rondônia | 0,345 | 0,577 | 17° |
| Pernambuco | 0,372 | 0,574 | 18° |
| Maranhão | 0,312 | 0,564 | 19° |
| Amazonas | 0,324 | 0,561 | 20° |
| Sergipe | 0,343 | 0,560 | 21° |
| Acre | 0,325 | 0,559 | 22° |
| Bahia | 0,332 | 0,555 | 24° |
| Paraíba | 0,331 | 0,555 | 23° |
| Piauí | 0,301 | 0,547 | 25° |
| Pará | 0,319 | 0,528 | 26° |
| Alagoas | 0,282 | 0,520 | 27° |

Fonte: PNUD, 2013.

O IDEB referente a 4° série/5° ano para os anos de 2005 à 2015 da rede pública (Federal, Estadual e Municipal) entre os estados brasileiros apresentou os seguintes resultados conforme Tabela 3:

TABELA 3 - Estados brasileiros: IDEB observado 4ª Série/5º Ano

| Estado | IDEB Observado 4ª Série/5º Ano | | | | | | Colocação 2015 |
|---------------------|--------------------------------|------|------|------|------|------|----------------|
| | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | |
| São Paulo | 4.5 | 4.8 | 5.3 | 5.4 | 5.8 | 6.2 | 1º |
| Minas Gerais | 4.6 | 4.6 | 5.5 | 5.8 | 5.9 | 6.1 | 2º |
| Santa Catarina | 4.3 | 4.7 | 5.1 | 5.7 | 5.9 | 6.1 | 3º |
| Paraná | 4.4 | 4.8 | 5.3 | 5.4 | 5.8 | 6.1 | 4º |
| Ceará | 2.8 | 3.5 | 4.1 | 4.7 | 5.0 | 5.7 | 5º |
| Distrito Federal | 4.4 | 4.8 | 5.4 | 5.4 | 5.6 | 5.6 | 6º |
| Goiás | 3.8 | 4.1 | 4.7 | 5.1 | 5.5 | 5.6 | 7º |
| Rio Grande do Sul | 4.1 | 4.5 | 4.7 | 5.1 | 5.4 | 5.5 | 8º |
| Espírito Santo | 3.9 | 4.3 | 4.8 | 5.0 | 5.2 | 5.5 | 9º |
| Mato Grosso | 3.5 | 4.3 | 4.8 | 4.9 | 5.2 | 5.5 | 10º |
| Rondônia | 3.5 | 3.9 | 4.3 | 4.6 | 5.1 | 5.3 | 11º |
| Mato Grosso do Sul | 3.4 | 4.1 | 4.5 | 5.0 | 5.0 | 5.3 | 12º |
| Acre | 3.3 | 3.7 | 4.2 | 4.5 | 5.0 | 5.3 | 13º |
| Rio de Janeiro | 4.0 | 4.1 | 4.4 | 4.8 | 4.9 | 5.2 | 14º |
| Roraima | 3.6 | 4.1 | 4.2 | 4.5 | 4.8 | 5.1 | 15º |
| Tocantins | 3.4 | 4.0 | 4.4 | 4.8 | 5.0 | 5.0 | 16º |
| Amazonas | 2.9 | 3.4 | 3.8 | 4.2 | 4.5 | 5.0 | 17º |
| Piauí | 2.6 | 3.3 | 3.8 | 4.1 | 4.1 | 4.6 | 18º |
| Pernambuco | 2.8 | 3.3 | 3.7 | 3.9 | 4.1 | 4.6 | 19º |
| Paraíba | 2.7 | 3.3 | 3.6 | 4.0 | 4.2 | 4.5 | 20º |
| Rio Grande do Norte | 2.5 | 3.2 | 3.5 | 3.8 | 4.0 | 4.4 | 21º |
| Bahia | 2.5 | 3.2 | 3.5 | 3.9 | 3.9 | 4.4 | 22º |
| Maranhão | 2.7 | 3.5 | 3.7 | 3.9 | 3.8 | 4.4 | 23º |
| Amapá | 3.0 | 3.3 | 3.8 | 4.0 | 3.9 | 4.3 | 24º |
| Pará | 2.7 | 3.0 | 3.6 | 4.0 | 3.8 | 4.3 | 25º |
| Alagoas | 2.4 | 3.1 | 3.4 | 3.5 | 3.7 | 4.3 | 26º |
| Sergipe | 2.8 | 3.2 | 3.4 | 3.6 | 3.8 | 4.1 | 27º |

Fonte: INEP/MEC (2016).

O Rio Grande do Sul ocupou o sexto lugar no ranking em 2005 se mantendo nessa mesma posição em 2007. Em 2009 decaiu para a oitava posição, mas conseguiu no ano de 2011 subir novamente para o sexto lugar. Porém nos dois últimos anos da análise o estado não demonstrou evolução em comparação com os outros estados, ao contrário, regrediu para sétima posição em 2013 e para a oitava posição em 2015.

Contudo, apesar do Rio Grande do Sul apresentar um desempenho inferior em comparação com os outros estados da região sul do país, como por exemplo, Santa Catarina e Paraná, ele ainda se encontra entre as dez primeiras colocações

no ranking do Brasil, atingindo todas as metas planejadas para a 4ª série/5º ano de todos os anos analisados.

Já a Tabela 4 mostra os dados do IDEB dos anos finais do ensino fundamental referente a rede pública, conforme abaixo:

TABELA 4 - Estados brasileiros: IDEB observado 8ª Série/9º Ano

| IDEB Observado 8ª Série/9º Ano | | | | | | | Colocação 2015 |
|--------------------------------|------|------|------|------|------|------|-------------------|
| Estado | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | |
| Santa Catarina | 4.1 | 4.1 | 4.3 | 4.7 | 4.3 | 4.9 | 1º |
| São Paulo | 3.8 | 4.0 | 4.3 | 4.4 | 4.4 | 4.7 | 2º |
| Minas Gerais | 3.6 | 3.8 | 4.1 | 4.4 | 4.6 | 4.6 | 3º |
| Goiás | 3.3 | 3.5 | 3.7 | 3.9 | 4.5 | 4.6 | 4º |
| Mato Grosso | 3.0 | 3.7 | 4.2 | 4.3 | 4.2 | 4.5 | 5º |
| Ceará | 2.8 | 3.3 | 3.6 | 3.9 | 4.1 | 4.5 | 6º |
| Acre | 3.4 | 3.7 | 4.1 | 4.1 | 4.3 | 4.4 | 7º |
| Paraná | 3.3 | 4.0 | 4.1 | 4.1 | 4.1 | 4.3 | 8º |
| Mato Grosso do Sul | 3.1 | 3.7 | 3.9 | 3.8 | 3.9 | 4.3 | 9º |
| Rio Grande do Sul | 3.6 | 3.7 | 3.9 | 3.9 | 4.0 | 4.2 | 10º |
| Amazonas | 2.6 | 3.2 | 3.4 | 3.7 | 3.8 | 4.2 | 11º |
| Espírito Santo | 3.5 | 3.7 | 3.8 | 3.9 | 3.9 | 4.1 | 12º |
| Rondônia | 3.1 | 3.3 | 3.5 | 3.6 | 3.8 | 4.1 | 13º |
| Distrito Federal | 3.3 | 3.5 | 3.9 | 3.9 | 3.9 | 4.0 | 14º |
| Rio de Janeiro | 3.2 | 3.5 | 3.4 | 3.7 | 3.9 | 4.0 | 15º |
| Tocantins | 3.3 | 3.6 | 3.9 | 4.0 | 3.8 | 4.0 | 16º |
| Piauí | 2.8 | 3.2 | 3.5 | 3.6 | 3.6 | 3.9 | 17º |
| Pernambuco | 2.4 | 2.6 | 3.0 | 3.2 | 3.4 | 3.8 | 18º |
| Roraima | 3.2 | 3.5 | 3.7 | 3.6 | 3.5 | 3.7 | 19º |
| Maranhão | 2.8 | 3.2 | 3.4 | 3.4 | 3.4 | 3.7 | 20º |
| Pará | 3.2 | 3.1 | 3.4 | 3.5 | 3.4 | 3.6 | 21º |
| Amapá | 3.4 | 3.4 | 3.6 | 3.5 | 3.4 | 3.5 | 22º |
| Paraíba | 2.5 | 2.8 | 2.9 | 3.1 | 3.2 | 3.5 | 23º |
| Bahia | 2.6 | 2.8 | 2.9 | 3.1 | 3.2 | 3.4 | 24º |
| Rio Grande do Norte | 2.5 | 2.8 | 2.9 | 3.0 | 3.2 | 3.4 | 25º |
| Alagoas | 2.3 | 2.6 | 2.7 | 2.6 | 2.8 | 3.2 | 26º |
| Sergipe | 2.7 | 2.8 | 2.8 | 2.9 | 2.8 | 3.1 | 27º |

Fonte: INEP/MEC (2016).

A presente Tabela mostra que no ano de 2005 os resultados do IDEB da 8ª série/9º ano permitiram ao Rio Grande do Sul alcançar a quarta posição no ranking nacional. Entretanto seu desempenho perante os outros estados nos próximos períodos analisados não obteve o mesmo êxito.

Em 2007 o Estado caiu para a quinta posição, ficando abaixo de Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. No ano de 2009 ocupou a sétima colocação, e em 2011 atingiu o oitavo lugar. Nos dois últimos anos da avaliação do IDEB o Rio Grande do Sul continuou entre os dez primeiros colocados, ocupando o nono lugar em 2013 e o décimo lugar em 2015. Entretanto, conforme o ministério da educação, somente em 2007 e 2009 conseguiu atingir as metas planejadas pelo índice.

Para o IDEB da 3ª série do Ensino Médio referente a rede estadual, os estados brasileiros apresentam os seguintes resultados:

TABELA 5 - Estados brasileiros: IDEB observado 3ª Série Ensino Médio

| IDEB Observado 3ª Série Ensino Médio | | | | | | | Colocação 2015 |
|--------------------------------------|------|------|------|------|------|------|----------------|
| Estado | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | |
| São Paulo | 3.3 | 3.4 | 3.6 | 3.9 | 3.7 | 3.9 | 1º |
| Pernambuco | 2.7 | 2.7 | 3.0 | 3.1 | 3.6 | 3.9 | 2º |
| Goiás | 2.9 | 2.8 | 3.1 | 3.6 | 3.8 | 3.8 | 3º |
| Espírito Santo | 3.1 | 3.2 | 3.4 | 3.3 | 3.4 | 3.7 | 4º |
| Rio de Janeiro | 2.8 | 2.8 | 2.8 | 3.2 | 3.6 | 3.6 | 5º |
| Paraná | 3.3 | 3.7 | 3.9 | 3.7 | 3.4 | 3.6 | 6º |
| Minas Gerais | 3.4 | 3.5 | 3.6 | 3.7 | 3.6 | 3.5 | 7º |
| Mato Grosso do Sul | 2.8 | 3.4 | 3.5 | 3.5 | 3.4 | 3.5 | 8º |
| Acre | 3.0 | 3.3 | 3.5 | 3.3 | 3.3 | 3.5 | 9º |
| Distrito Federal | 3.0 | 3.2 | 3.2 | 3.1 | 3.3 | 3.5 | 10º |
| Amazonas | 2.3 | 2.8 | 3.2 | 3.4 | 3.0 | 3.5 | 11º |
| Santa Catarina | 3.5 | 3.8 | 3.7 | 4.0 | 3.6 | 3.4 | 12º |
| Ceará | 3.0 | 3.1 | 3.4 | 3.4 | 3.3 | 3.4 | 13º |
| Roraima | 3.2 | 3.1 | 3.5 | 3.5 | 3.2 | 3.4 | 14º |
| Rio Grande do Sul | 3.4 | 3.4 | 3.6 | 3.4 | 3.7 | 3.3 | 15º |
| Rondônia | 3.0 | 3.1 | 3.7 | 3.3 | 3.4 | 3.3 | 16º |
| Tocantins | 2.9 | 3.1 | 3.3 | 3.5 | 3.2 | 3.3 | 17º |
| Piauí | 2.3 | 2.5 | 2.7 | 2.9 | 3.0 | 3.2 | 18º |
| Paraíba | 2.6 | 2.9 | 3.0 | 2.9 | 3.0 | 3.1 | 19º |
| Amapá | 2.7 | 2.7 | 2.8 | 3.0 | 2.9 | 3.1 | 20º |
| Maranhão | 2.4 | 2.8 | 3.0 | 3.0 | 2.8 | 3.1 | 21º |
| Mato Grosso | 2.6 | 3.0 | 2.9 | 3.1 | 2.7 | 3.0 | 22º |
| Pará | 2.6 | 2.3 | 3.0 | 2.8 | 2.7 | 3.0 | 23º |
| Bahia | 2.7 | 2.8 | 3.1 | 3.0 | 2.8 | 2.9 | 24º |
| Rio Grande do Norte | 2.6 | 2.6 | 2.8 | 2.8 | 2.7 | 2.8 | 25º |
| Alagoas | 2.8 | 2.6 | 2.8 | 2.6 | 2.6 | 2.8 | 26º |
| Sergipe | 2.8 | 2.6 | 2.9 | 2.9 | 2.8 | 2.6 | 27º |

Fonte: INEP/MEC (2016).

Segundo os dados da Tabela 5 observasse que o índice de 2005 obtido pelo Rio Grande do Sul o permitiu a posição de terceiro lugar no ranking entre os estados. Entretanto nos períodos posteriores não houve o mesmo desempenho, alcançando o quarto lugar em 2007, o quinto em 2009 e o nono lugar em 2011. Já em 2013 houve melhora significativa em comparação com os últimos anos analisados, alcançando o terceiro lugar no ranking e ficando abaixo apenas de Goiás e São Paulo. Porém em 2015 demonstrou um desempenho inferior, caindo para a décima quinta posição entre as vinte sete federações existentes do Brasil.

O que se pode observar para o estado é que na 3º série do ensino médio não há um comportamento de crescente evolução, e conforme o ministério da educação, as metas sugeridas para o Rio Grande do Sul, com exceção de 2009, também não foram alcançadas. Perante as outras análises da 4 série/ 5º ano e da 8 série/9º ano , apesar de demonstrarem um bom desenvolvimento em relação a outras regiões , também não apresentam um caráter evolutivo constante.

Esse fato remete a alguns questionamentos importantes no meio educacional: Será que o desempenho do estudante gaúcho se faz proporcional ao investimento em educação feito pelo Estado? Será que o gasto público no ensino é relevante para a determinação do desenvolvimento educacional e do bem estar no Rio Grande do Sul? Essas questões pretendem ser respondidas no capítulo cinco através de uma análise descritiva sobre o panorama educacional do Estado.

5 GASTO PÚBLICO E O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL NO RS

O presente capítulo visa apresentar os gastos públicos com educação assim como a situação educacional da atualidade no Rio Grande do Sul. Conjuntamente também tem como objetivo evidenciar as principais características do Estado e demonstrar o seu processo de desenvolvimento educacional ao longo do tempo. Para isso foram utilizados como fonte de dados o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, Relatório de Prestação de Contas do Governador, PNUD, FEE, IPEADATA, IBGE entre outros, assim como artigos pertinentes ao assunto do estudo.

5.1 Caracterização do Estado e o modelo de descentralização

O Rio Grande do Sul é uma das vinte e sete unidades federativas do Brasil, estando localizado no extremo meridional do país. Sua dimensão territorial corresponde a uma área de 281.730,2 km², sendo o nono estado brasileiro em maior extensão. Em seu território possui uma população 10.693.929 habitantes, a qual representa aproximadamente 6% da população brasileira (IBGE,2013). O Estado possui 497 municípios, divididos em trinta e cinco microrregiões e sete mesorregiões, as quais as mesorregiões são: Nordeste Rio-Grandense, Noroeste Rio-Grandense, Centro Ocidental Rio-Grandense, Centro Oriental Rio-Grandense, Metropolitana de Porto Alegre, Sudoeste Rio-Grandense, Sudeste Rio-Grandense. A capital tem sua sede na cidade de Porto Alegre, localizada na mesorregião Metropolitana do estado (FEE, 2013).

Conforme o Atlas Socioeconômico de 2013, o Rio Grande do Sul é um dos estados que possui um panorama diferenciado quanto aos indicadores sociais em comparativo com outras federações. O estado se destaca pelos baixos índices de mortalidade infantil a qual se aproxima de 10 óbitos por mil habitantes, por uma expectativa de vida superior a 74 anos e taxa de alfabetização acima de 95%.

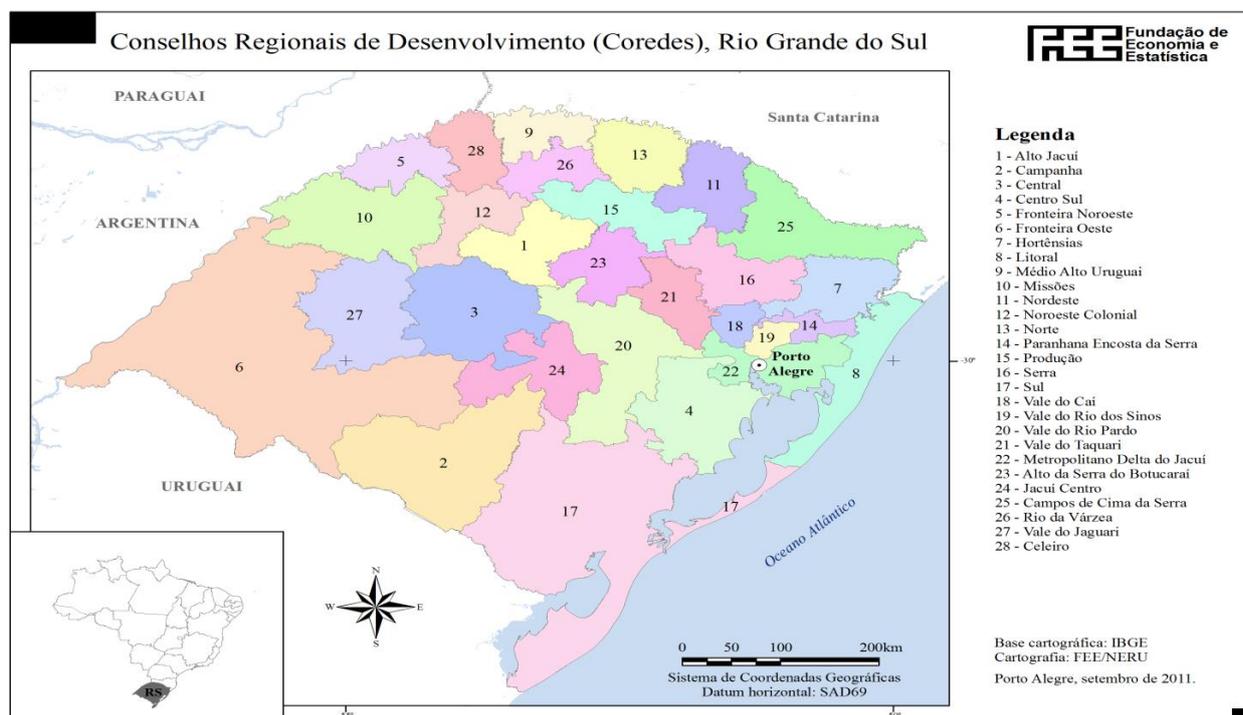
Não obstante, a economia do estado também se faz representativa no cenário brasileiro. A mesma a qual ocupa a quinta economia pelo tamanho do Produto Interno Bruto-PIB, chegando a R\$ 331,1 bilhões, é impulsionada nas últimas décadas por dois setores principais, a agropecuária e a indústria de transformação. O PIB do Rio Grande do Sul participa com 6,2% do PIB nacional, e no que se refere ao PIB *per capita* o estado também mantém uma posição privilegiada, com um valor de R\$ 29.657 reais, superior a média nacional que é de R\$ 25.655 reais (FEE,2013).

A descentralização politico-administrativa do Rio Grande do Sul foi pautada primeiramente pelo processo democratizante presente na Constituição Federal de 1988, onde permite em seu artigo 43 que os estados adotassem políticas voltadas ao desenvolvimento regional e local. Essa prerrogativa possibilitou que a Constituição Estadual estabelecesse em seus textos constitucionais formas de descentralização como uma possibilidade de suprir a falta de articulação regional e com isso promover o desenvolvimento das regiões (DALLABRIDA; BUTTENBENDER; BIRKNER, 2011).

Conforme Avila *et al.*(2013) o Rio Grande do Sul começou o processo de gestão descentralizada das políticas a partir da criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento-COREDES. A implantação dos Conselhos foi embasada na regulamentação da Constituição Estadual de 1989 em seu artigo 149, onde diz que “os orçamentos anuais e a lei de diretrizes orçamentárias, compatibilizados com o plano plurianual, deverão ser regionalizados e terão, entre suas finalidades, a de reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Corroborando para a efetividade dessa premissa a mesma lei em seu artigo 167 define que as diretrizes globais, regionais e setoriais da política de desenvolvimento caberá a órgão específico, com representação paritária do Governo do Estado e da sociedade civil. Isto é, a lei prevê a participação popular na definição e na gestão das políticas públicas.

A partir desse momento, mais precisamente no ano de 1991 os Conselhos começaram a ser estruturados, mas foram legalmente instituídos em 1994 pela Lei Estadual 10.283 e regulamentado pelo Decreto 35764/94. Do ano 1991 a 2008 foram criados 28 COREDES, conforme Figura 1:

FIGURA 1 - Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES)



Fonte: FEE,2011.

Esses COREDES, conforme a Fundação de Economia e Estatística (FEE,2011), possuem as seguintes atribuições:

- Promoção e a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades;
- Formulação e a implementação das políticas de desenvolvimento integrado da região;
- Elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional;
- Manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, através da valorização da ação política;
- Constituir-se em instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelecido na Constituição Estadual;
- Orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações dos Governos Estadual e Federal na região;
- Respalidar as ações do Governo do Estado na busca de maior participação nas decisões nacionais.

Como forma democrática os conselhos contemplam diversas estruturas de representação da sociedade regional. Os mesmos são constituídos por deputados federais e estaduais com domicílio na região, prefeitos, presidentes das câmaras de vereadores, presidentes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento-COMUDES, representantes de ensino superior, de sindicatos patronais, de associações, entre outras entidades das regiões (BUTTENBENDER; SIEDENBERG; ALLEBRANDT, 2011).

Bandeira (2000) afirma que a divisão do Estado por conselhos regionais de desenvolvimento possibilita a participação popular, fazendo disso instrumentos de mobilização da sociedade. Esse fato demonstra que a descentralização político-administrativa vai ao encontro de um melhor entendimento dos problemas regionais e possibilita a resolução dos mesmos através da comunicação com a administração pública.

Vale salientar que os COREDES se utilizam de indicadores socioeconômicos e da participação da comunidade para formular e implementar políticas públicas voltadas a promoção do desenvolvimento regional. Para tanto se faz necessário considerar os recursos disponíveis e os gastos públicos advindos do governo estadual em um dos pilares mais importantes para prover o desenvolvimento, a educação.

5.2 Análise dos Gastos Públicos em Educação no RS

O gasto público em educação corresponde ao investimento de recursos públicos no ensino, onde compreende os valores financeiros brutos aplicados pelo setor público no atendimento das demandas educacionais. Esses investimentos englobam os custos de bens e serviços e as transferências, excluindo nesse caso a depreciação e a amortização dos investimentos em estoque. O dispêndio desses recursos são realizados pela administração direta, por autarquias e fundações, através da arrecadação de impostos, contribuições e receitas próprias (INEP, 2015).

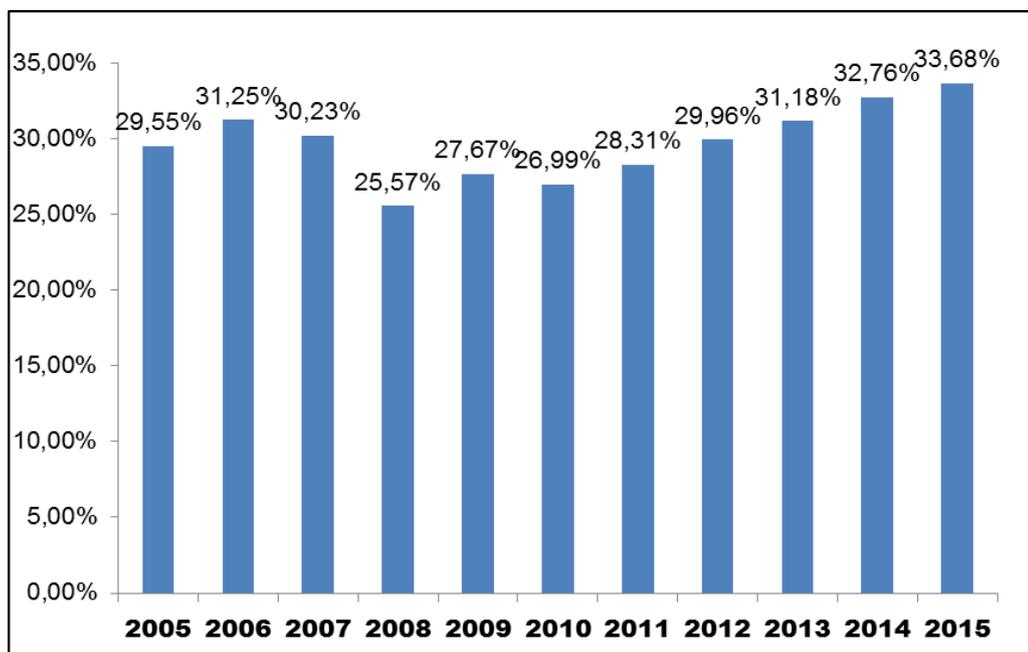
Para tanto o poder público como forma de atender seus deveres educacionais relacionados à oferta, permanência e qualidade de ensino, definiu meios financeiros na Constituição Federal de 1988 da seguinte forma:

Art. 212 – A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º - A parcela de arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

Em corroboração em prol de um melhor desenvolvimento na educação a Constituição Estadual, no artigo 202, aumentou o percentual para 35% da receita proveniente de impostos, incluídas as transferências, a ser aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino. Baseado nesse conhecimento foi verificado a partir dos dados publicados pelo portal da transparência do Rio Grande do Sul e do parecer prévio do governador sobre as contas do Estado, as seguintes aplicações entre os anos de 2005 a 2015:

GRÁFICO 1- Percentual aplicado em MDE proveniente de RLIT- 2005-2015



Fonte: Pareceres Prévios (2014) /Portal da Transparência do RS.(2015)

Conforme o Gráfico 1, observe-se que o índice de 35%, exigido pela Constituição Estadual, não foi atingido em nenhum dos exercícios da série analisada. No entanto, se considerarmos o índice da Constituição Federal, ou seja, 25% da RLIT, houve o atendimento em todos os exercícios.

De forma mais detalhada será apresentada, com exceção do ano de 2015, os valores correspondentes a porcentagens, assim como as despesas totais liquidadas em todas as fontes de recursos consideradas no cálculo da apuração de aplicação mínima em MDE. Abaixo segue Tabela 6 para um melhor esclarecimento:

TABELA 6 - Evolução da aplicação em MDE (Em R\$)

| EXERCÍCIO | RLIT | DESPESA | | | | | | | ÍNDICE |
|-----------|----------------|---------------|---------------|---------------|-----------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|--------|
| | | Empenhada | Liquidada | Paga | Liquidada ex.Anterior | Cancelam. de resto | Aplic. financ. no Fundeb | Liquidada total | %LT |
| | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | (8=3+5-6-7) | (=8/1) |
| 2005 | 10.612.211.295 | 3.135.453.372 | 3.135.403.365 | 2.934.836.441 | | | | 3.135.403.365 | 29,55 |
| 2006 | 11.072.986.273 | 3.479.717.626 | 3.459.865.314 | 3.210.677.613 | | | | 3.459.865.314 | 31,25 |
| 2007 | 11.788.716.344 | 3.556.656.347 | 3.554.971.286 | 3.500.902.525 | 9.244.481 | | | 3.564.215.768 | 30,23 |
| 2008 | 14.123.286.151 | 3.620.424.271 | 3.611.801.825 | 3.601.045.162 | 1.236.271 | 756.420 | 268.608 | 3.612.013.069 | 25,57 |
| 2009 | 14.523.872.065 | 4.013.799.840 | 4.012.626.320 | 4.000.169.864 | 6.493.392 | 653.446 | 23.624 | 4.018.442.642 | 27,67 |
| 2010 | 17.787.592.325 | 4.835.745.735 | 4.830.621.951 | 4.815.891.495 | 832.740 | 30.380.456 | 42.242 | 4.801.031.993 | 26,99 |
| 2011 | 18.710.677.867 | 5.295.143.655 | 5.293.354.027 | 5.246.441.864 | 4.372.535 | 115.138 | 414.366 | 5.297.197.058 | 28,31 |
| 2012 | 20.274.272.490 | 6.073.115.889 | 6.073.088.324 | 6.044.590.398 | 230.397 | 123.958 | 6.300 | 6.073.188.463 | 29,96 |
| 2013 | 22.819.647.995 | 7.116.480.553 | 7.116.339.369 | 7.085.079.973 | 27.516 | 550.353 | 829.614 | 7.114.986.919 | 31,18 |
| 2014 | 24.753.939.385 | 8.114.907.046 | 8.114.898.842 | 8.089.365.206 | 141.433 | 261.483 | 4.301.945 | 8.110.476.847 | 32,76 |

Fonte: Prestação de contas do Governador (RIO GRANDE DO SUL 2005 a 2014).

Baseado na Tabela 6 observa-se que em 2008 foi obtido o menor percentual de aplicação de todos os anos apresentados, contudo esse fato não foi decorrente de uma redução na despesa com MDE, e sim ao incremento da RLIT equivalente a 19,8% em relação a 2007. Esse fato ocorreu porque o percentual apurado não diz respeito apenas ao total gasto em educação acrescido a cada ano, mas também porque sofreu a influência da variação, maior ou menor, de crescimento da RLIT.

O montante de recursos aplicados em educação no ano de 2013, como observado, também apresentou incremento de 17,14% a mais quando comparado ao volume das despesas em 2012. Em valores ele representou um acréscimo de R\$ 1,041 bilhão no total de recursos investidos em educação. Outro fato que se observa é que a RLIT cresceu 12,55%, constatando que os recursos investidos além de acompanhar, superaram em valores percentuais o crescimento da receita vinculada pela constituição.

Já em 2014, o incremento foi um pouco menor representando 13,99% a mais quando comparado ao volume das despesas em 2013. Esse acréscimo representou R\$ 995,489 milhões na soma do montante de recursos aplicados na área educacional. Contudo a receita vinculada (RLIT) evoluiu menos, alcançando 8,5% de

crescimento para o mesmo período, demonstrando que a soma percentual nas despesas com educação superaram o aumento da receita.

Após sofrer ajustes de retificação pelo tribunal de contas, o parecer prévio do governador informou também que do montante dos gastos em educação de 2014, o qual foi equivalente a R\$ 8,110 bilhões, foram computados R\$ 891,763 milhões em perda na redistribuição de recursos do FUNDEB para os municípios e R\$ 3,195 bilhões em gastos com inativos, representando 39,39% da despesa executada com educação.

Dessa forma, levando em consideração o limite mínimo estabelecido pela Constituição Estadual, o Rio Grande do Sul em 2014 deixou de aplicar R\$ 553,401 milhões em MDE, inferior, portanto, em 2,24 pontos percentuais ao limite de 35% previsto. Em contrapartida considerando o percentual definido pela Constituição Federal, foi aplicado R\$ 1,921 bilhão a mais, equivalendo a 7,76 pontos percentuais superiores aos 25% estipulado pela lei.

No que se refere ao ano de 2015 presente no gráfico 1, o portal da transparência do governo do Estado informou que a despesa executada em manutenção e desenvolvimento educacional totalizou R\$ 8,846 bilhões, representando 33,68% da RLIT, a qual alcançou R\$ 26,256 bilhões. Essa análise mostra que em MDE houve um incremento em 2015 de 9,03% a mais comparado ao ano de 2014, e de 6,07% de variação positiva em RLIT para o mesmo período. O que pode ser observado é que a soma percentual nas despesas com MDE superaram o aumento da receita, demonstrando que houve um esforço em atingir os 35% sobre a RLIT determinada pela Constituição do Estado. Porém notasse também que apesar de a cada ano o valor alcançado estar se aproximando do desejado a variação entre um período para outro estão cada vez menores.

Outro fato importante é referente ao FUNDEB, como visto no capítulo três o presente fundo é uma forma de financiamento da educação. O fundo é proveniente, na quase totalidade, dos recursos derivados de impostos dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e das transferências da União. Após ele é repassado para os Municípios e Estados de forma proporcional ao número de alunos matriculados na educação básica tomando como critério os dados do último Censo Escolar. Dessa forma o estado pode obter um retorno maior ou menor do que lhe foi retido para a contribuição do FUNDEB.

Diante desse conhecimento desde 2007, quando houve a criação do FUNDEB, o estado do Rio Grande do Sul vem apresentando uma relação contribuição-recebimento dos recursos negativa. Porém foi a partir de 2009 quando a contribuição para formação do fundo aumentou para 20% dos impostos, que a perda para o estado se mostrou tendenciosa. Isto é, há uma tendência de crescimento do valor de perda de recursos para o fundo por estar contribuindo sempre a mais do que o valor recebido.

Em 2009, por exemplo, a contribuição foi de R\$ 3,501 bilhões e os recursos recebidos foram R\$ 3,111 bilhões, apresentando com isso uma diferença de R\$ 389,807 milhões. Já em 2010 a diferença foi superior, pois o valor recebido foi de R\$ 3,921 bilhões e a contribuição foi de R\$ 3,315 bilhões, configurando em uma perda de R\$ 605,965 milhões. No ano de 2011 a contribuição ficou em R\$ 3,963 bilhões e o recebimento em R\$ 3,328 bilhões, ocasionando também em um gasto de R\$ 634,918 milhões para o estado. Para 2012 o valor de perda ficou em R\$ 763,082 milhões por conta do valor recebido de R\$ 3,276 bilhões, inferior a R\$ 4,039 bilhões de contribuição. No ano de 2013 o valor que se contribuiu foi R\$ 4,284 bilhões e o que se recebeu foi de R\$ 3,436 bilhões, apresentando uma diferença de R\$ 848,260 milhões a ser paga pelo Rio Grande do Sul. No último ano da análise, 2014, a perda foi de R\$ 891,763 milhões, ocasionada pela diferença de R\$ 4,604 bilhões de contribuição e R\$ 3,712 bilhões de retorno das receitas de transferências provenientes do Fundo. Esse valor de diferença (perda) que se demonstra constante e crescente ao longo dos períodos, foram redistribuídos aos Municípios e considerados como investimento aplicado na educação básica pública em conformidade a exigência da Constituição Federal.

Os presentes gastos apresentados sobre Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) constataram uma média de crescimento anual progressiva do ano de 2005 a 2015, referente aos recursos da receita líquida de impostos e transferências. Porém há outras fontes de investimento em educação que não estão incluídas nesses valores, como por exemplo, a cota estadual e o salário-educação, concluindo-se que os gastos em educação são maiores do que o exposto nos indicadores de MDE retratados.

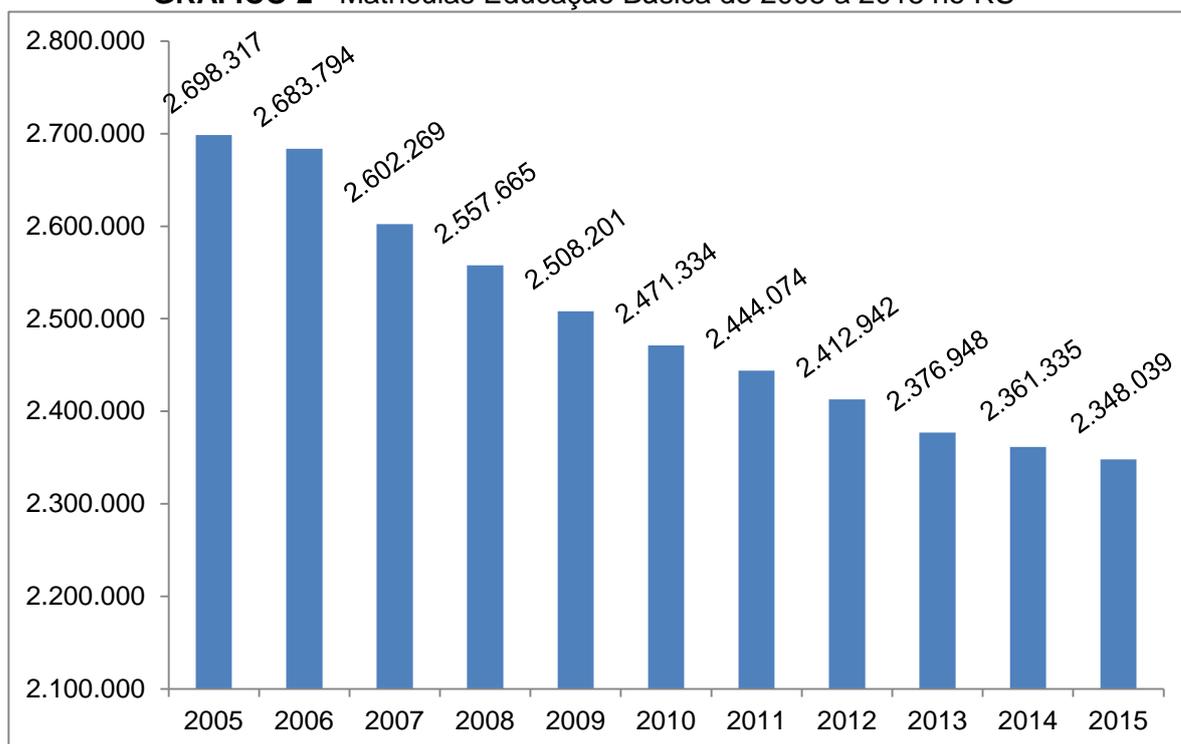
Baseado no exposto pode-se observar que o Rio Grande do Sul expandiu seus gastos na área educacional de forma contínua durante o período analisado, possibilitando sempre um incremento gradativo na Manutenção do Desenvolvimento

do Ensino. Contudo existe a necessidade de traçar um panorama sobre o perfil da educação no estado a fim de constatar se os gastos são condizentes e proporcionais ao desenvolvimento do setor educacional.

5.3 Análise dos dados temporais da Educação no RS

Uma das formas de dimensionar o tamanho do sistema educacional no estado é através da matrícula. A importância da mesma se reflete tanto na questão mensurável da demanda por esse bem, quanto na oferta do ensino, a qual é assegurada pela Constituição Federal. Para tanto o oferecimento de vagas está diretamente relacionada as políticas educacionais que prezem a qualidade do ensino, o bem estar do aluno e aos gastos com educação. Nesse último as matrículas são de suma importância, pois como já foi mencionado, é através da quantidade de matrículas divulgadas pelo censo escolar que ocorre a distribuição de recursos do FUNDEB, assim como outros recursos derivados do poder público federal, estadual e municipal. Como meio de refletir e caracterizar a situação de alunos matriculados no estado será utilizado como parâmetro a educação básica, pois a mesma é a maior beneficiada com os recursos provenientes do gasto público no Rio Grande do Sul.

A educação básica é composta pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial, educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional. A mesma apresentou as seguintes quantidades de matrículas no estado no período de 2005 a 2015, conforme Gráfico 2:

GRÁFICO 2 - Matrículas Educação Básica de 2005 a 2015 no RS

Fonte: INEP (2015).

A respeito das matrículas expostas no Gráfico 2 se observa um decréscimo durante todos os períodos analisados apresentando uma redução de 350.278 matriculados entre o primeiro e último ano analisado. Essa diminuição, conforme Senado (2013), decorre de alguns fatores que estão acontecendo em nível nacional. Os fatores citados pelo Senado (2013) é que ocorreu uma diminuição na taxa de natalidade em todo o país, tratando-se de uma questão demográfica por conta da faixa de crianças de 6 a 14 anos estar diminuindo, obtendo por consequência menos matrículas. Já o MEC (2013) conforme Senado (2013) atribuiu a diminuição de matrículas na educação básica a uma acomodação do sistema por conta de melhorias nos índices de distorção idade/série.

De forma a obter uma síntese mais detalhada sobre as matrículas da educação básica, será apresentado os três níveis que possuem mais matriculados, com intuito de elucidar a quantidade de alunos por etapa no estado.

O primeiro a ser observado é a educação infantil, a seguir tem-se a Tabela 7 contemplando as matrículas de 2005 a 2015 dessa etapa de ensino:

TABELA 7 - Matrículas na Educação Infantil do RS no ano de 2005 a 2015

| Matrículas na Educação Infantil | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|--------|--------|---------|----------|-----------|---------|------------|---------|----------|-----------|---------|
| Ano | Total | Creche | | | | | Pré-escola | | | | |
| | | Total | Federal | Estadual | Municipal | Privada | Total | Federal | Estadual | Municipal | Privada |
| 2005 | 285184 | 71629 | 58 | 170 | 43198 | 28203 | 213555 | 86 | 56910 | 107477 | 49082 |
| 2006 | 264225 | 75218 | 48 | 173 | 45784 | 29213 | 189007 | 65 | 54380 | 85826 | 48736 |
| 2007 | 243686 | 82652 | 59 | 229 | 49413 | 32951 | 161034 | 53 | 36209 | 81884 | 42888 |
| 2008 | 246539 | 92455 | 74 | 212 | 55248 | 36921 | 154084 | 41 | 21755 | 90132 | 42156 |
| 2009 | 261156 | 97177 | 73 | 177 | 57939 | 38988 | 163979 | 42 | 15355 | 103189 | 45393 |
| 2010 | 276695 | 107722 | 51 | 166 | 61959 | 45546 | 168973 | 69 | 11958 | 108012 | 48934 |
| 2011 | 291749 | 116562 | 138 | 207 | 65927 | 50290 | 175187 | 170 | 10619 | 112998 | 51400 |
| 2012 | 311131 | 131476 | 131 | 219 | 74785 | 56341 | 179655 | 138 | 9659 | 115376 | 54482 |
| 2013 | 327146 | 143085 | 132 | 194 | 82114 | 60645 | 184061 | 106 | 8942 | 117012 | 58001 |
| 2014 | 357656 | 157894 | 102 | 205 | 91037 | 66550 | 199762 | 149 | 8813 | 127810 | 62990 |
| 2015 | 377231 | 168793 | 117 | 199 | 98400 | 70077 | 208438 | 136 | 8431 | 134188 | 65683 |

Fonte: INEP (2015).

Analisando a Tabela 7 pode-se observar que a educação infantil no ano de 2015, considerando as matrículas totais de creches e pré-escolas, correspondeu a 16,06% da educação básica. Também notasse que o predomínio das matrículas é fornecida pela rede de ensino municipal e que o crescimento de alunos matriculados se fez maior nas creches do que nas pré-escolas.

As creches correspondem a crianças de 0 a 3 anos de idade, e nessa etapa entre o período de 2005 a 2015 ocorreu um aumento de 92.047 matrículas, apresentando uma evolução constante a partir de 2007. Já na pré-escola, a qual abrange as crianças de 4 a 5 anos, houve uma diferença negativa para o mesmo período, reduzindo em 5.117 as matrículas do primeiro para o último ano analisado. Somente a partir do ano de 2008 que a presente etapa de ensino começou a apresentar constante evolução. Vale salientar, que conforme a lei nº 12.796 da LDB, desde 2013 o ensino a partir dos 4 anos de idade se tornou obrigatório, sendo dever dos pais efetuarem a matrícula na idade estabelecida.

A segunda etapa a ser analisada é o ensino fundamental que corresponde ao período de 2005 a 2015:

TABELA 8 - Matrículas no Ensino Fundamental do RS no ano de 2005 a 2015.

| Matrículas no Ensino Fundamental | | | | | |
|---|--------------|-----------------------------------|-----------------|------------------|----------------|
| Ano | Total | Dependência Administrativa | | | |
| | | Federal | Estadual | Municipal | Privada |
| 2005 | 1.631.270 | 1.334 | 771.303 | 726.015 | 132.618 |
| 2006 | 1.645.652 | 1.307 | 748.501 | 761.960 | 133.884 |
| 2007 | 1.627.867 | 1.319 | 744.522 | 751.364 | 130.662 |
| 2008 | 1.598.403 | 1.290 | 721.811 | 740.749 | 134.553 |
| 2009 | 1.565.961 | 1.310 | 694.416 | 733.970 | 136.265 |
| 2010 | 1.529.550 | 1.372 | 667.770 | 721.608 | 138.800 |
| 2011 | 1.493.832 | 1.391 | 640.026 | 711.591 | 140.824 |
| 2012 | 1.454.483 | 1.330 | 612.297 | 697.396 | 143.460 |
| 2013 | 1.414.732 | 1.311 | 587.633 | 680.105 | 145.683 |
| 2014 | 1.374.717 | 1.260 | 558.00 | 661.631 | 153.826 |
| 2015 | 1.337.697 | 1.203 | 534.398 | 647.734 | 154.362 |

Fonte: INEP (2015).

Em 2015 a etapa do ensino fundamental, presente na Tabela 8, representou 56,97% da educação básica, demonstrando com isso ser o maior tomador de matrículas, em comparação com as outras etapas. Outro dado analisado é referente a oferta do ensino por dependência administrativa, com exceção de 2005, a rede municipal foi a que demonstrou o maior número de matrículas. Contudo se faz necessário salientar que a rede estadual também se mostrou representativa no ensino fundamental, alcançando o segundo lugar em quantidade de matriculados.

No perfil quantitativo pode-se perceber que assim como a educação infantil, no ensino fundamental também houve uma redução de matrículas ao longo dos 10 anos analisados. A diferença se configurou em 293.573 matrículas a menos, de 2005 para 2015, caracterizando em um processo decrescente de forma progressiva durante toda a série.

Outro fato analisado é referente as matrículas das séries iniciais e das séries finais do período estudado, que principalmente nos últimos anos vem se distanciando. Conforme dados do INEP, o ano que possuiu uma maior diferença entre as séries foi 2014, o qual apresentava 771.776 matriculados nos anos iniciais e 602.941 matriculados nos anos finais, acarretando em uma diferença de 168.835 matrículas entre os períodos. Já o ano que apresentou a menor diferença foi 2005, com 840.937 matriculados nas séries iniciais e 790.333 matriculas dos anos finais,

somando 50.604 de diferença. No ano de 2015 houve uma sensível melhora em comparação a 2014, retratando uma diferença de 156.931 matriculados entre as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Faz-se importante destacar que foram implantadas de 1996 até os dias atuais, algumas mudanças para essa etapa da educação básica. Uma das alterações que passou a vigorar a partir de 1996 através da lei nº 9.394 foi a proibição em reprovar alunos em sala de alfabetização. Outra alteração foi referente aos anos dessa etapa, a qual conforme lei nº 11.274/2006 passou de oito anos para nove anos de ensino, contemplando assim crianças de 6 a 10 anos nas séries iniciais e crianças de 11 a 14 anos nas séries finais.

A terceira e última etapa a ser observada é o ensino médio, a qual apresenta os dados na Tabela 9:

TABELA 9 - Matrículas no Ensino Médio do RS no ano de 2005 a 2015.

| Ano | Matrículas no Ensino Médio | | | | |
|------|----------------------------|---------|----------|-----------|---------|
| | Total | Federal | Estadual | Municipal | Privada |
| 2005 | 473.182 | 4.991 | 405.225 | 6.388 | 56.578 |
| 2006 | 463.410 | 5.113 | 396.815 | 6.684 | 54.798 |
| 2007 | 440.610 | 5.012 | 381.454 | 6.951 | 47.193 |
| 2008 | 429.349 | 5.753 | 369.317 | 6.993 | 47.286 |
| 2009 | 416.321 | 5.696 | 359.001 | 6.865 | 44.759 |
| 2010 | 411.485 | 6.432 | 354.509 | 6.632 | 43.912 |
| 2011 | 404.636 | 8.178 | 346.991 | 5.737 | 43.730 |
| 2012 | 402.209 | 9.202 | 342.487 | 5.979 | 44.541 |
| 2013 | 396.034 | 9.814 | 336.435 | 5.725 | 44.060 |
| 2014 | 396.596 | 11.138 | 335.006 | 5.580 | 44.872 |
| 2015 | 385.200 | 11.907 | 323.961 | 4.764 | 44.568 |

Fonte: INEP (2015).

Analisando o ensino médio verifica-se que em 2015 o total das matrículas representou 16,40% da educação básica. Não obstante, também se constata que nessa etapa de ensino, a qual é composta por três anos, houve uma redução nas matrículas de 87.982 entre o primeiro e último ano analisado, evidenciando uma contínua redução ao longo dos anos. Conforme dados do INEP o ensino médio se mostra inferior em número de matrículas, em comparação com o ensino fundamental. Pôde-se verificar, por exemplo, uma diferença entre os matriculados do

9º ano do ensino fundamental de 2014 e os matriculados para o primeiro ano do ensino médio de 2015 no total de 28.337 matrículas a menos no estado.

Com as informações relatadas até o momento percebe-se que em todos os níveis analisados houve redução de alunos matriculados entre o ano de 2005 a 2015, e que para o mesmo período os gastos públicos com educação aumentaram, demonstrando com isso não serem proporcionais. Entretanto existe necessidade de verificar se ocorreu melhora no ensino e no bem-estar social da população do Rio Grande do Sul. Com isso através da análise de alguns indicadores educacionais disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e também pelos índices de desenvolvimento humano, socioeconômico e de educação básica será possível responder tal questionamento. Abaixo segue tabela que contemplam parâmetros referentes ao analfabetismo, frequência na escola, anos de estudo, e atraso escolar, do período de 2005 a 2014:

TABELA 10 - Dados Educacionais do RS de 2005 a 2014.

| Parâmetros | Dados Educacionais do RS - 2005 a 2014 | | | | | | | | | |
|------------------------------|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------------|
| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | |
| Analfabetismo | 5,22 | 5,23 | 4,99 | 4,97 | 4,60 | 4,27 | 4,26 | 4,43 | 4,47 | % |
| Anos de estudo | 6,9 | 7,1 | 7,1 | 7,3 | 7,5 | 7,6 | 7,7 | 7,8 | 7,9 | Ano |
| Defasagem | 72,93 | 72,96 | 74,11 | 74,58 | 74,83 | 75,66 | 76,58 | 77,05 | 77,12 | % |
| Frequência-7 aos 14 | 97,78 | 98,38 | 97,89 | 98,69 | 98,77 | 99,01 | 99,00 | 99,12 | 98,69 | % |
| Frequência -15 aos 17 | 52,83 | 56,19 | 55,27 | 56,34 | 55,94 | 55,62 | 57,75 | 59,98 | 60,75 | % |

Fonte: IPEADATA, 2016.

Analisando a presente tabela verifica-se que a taxa de analfabetismo do estado de 2005 a 2014 reduziu um pouco menos de 1%, conseqüentemente aumentando o número de alfabetizados no Rio Grande do Sul. É importante salientar que o critério utilizado para esse parâmetro pelo IPEADATA se refere à porcentagem de pessoas com quinze anos ou mais que não conseguem ler ou escrever um bilhete simples.

Outro dado analisado é a média de anos de estudo completados pelas pessoas com vinte cinco anos ou mais de idade. Constata-se que do primeiro ao último período analisado houve um aumento de um ano de estudo, se mostrando crescente ao longo do tempo.

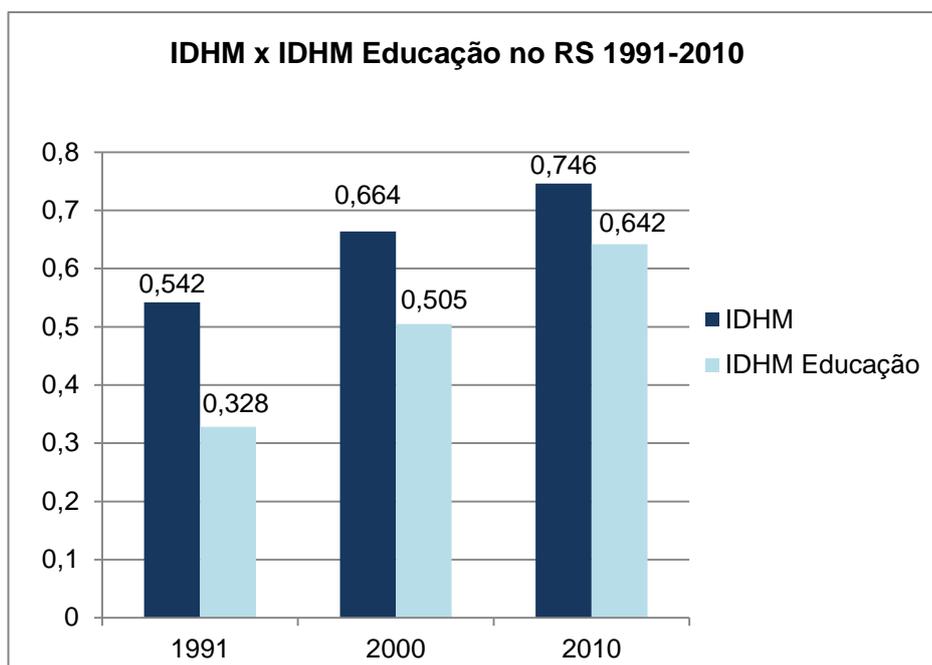
No quesito defasagem escolar, o qual é utilizado nesse parâmetro pelo IPEADATA a porcentagem de pessoas com atraso escolar superior a um ano, mostrou um aumento de 4,19% do ano 2005 para o ano 2014. Esse fato torna-se preocupante, pois evidencia uma ineficiência na qualidade do ensino, visto que o atraso escolar aumenta a cada ano.

Já a frequência escolar foi analisada por duas faixas etárias com o intuito de avaliar fases diferentes dos estudantes. Na primeira análise, a qual abrange pessoas de sete a quatorze anos, foi utilizada como método a razão entre o número de pessoas dessa faixa de idade que frequentam a escola e o total de pessoas para essa mesma faixa. O resultado foi de quase 100% alunos frequentes, apresentando um aumento de quase 1% do primeiro período para o último. Entretanto para a idade dos 15 aos 17 anos o critério de análise não foi o mesmo, pois considerou o percentual de pessoas dessa idade que estão frequentando o ensino médio ou já completaram oito anos de estudo. Nesse caso os resultados foram diferentes, mostrando que apesar de haver uma evolução de 7,92% entre o primeiro e o último ano analisado, a porcentagem do ano final ficou 39,25% abaixo do esperado.

5.3.1 Índices de desenvolvimento gaúcho

O IDHM e o IDHM educação, como foram visto no capítulo 4, são índices de desenvolvimento humano, o qual o primeiro abrange a média geométrica de três indicadores, que são: Longevidade, educação e renda. O segundo se referencia apenas a educação, fundamental para expandir as habilidades da população, o qual é fator determinante para o bem-estar dos indivíduos.

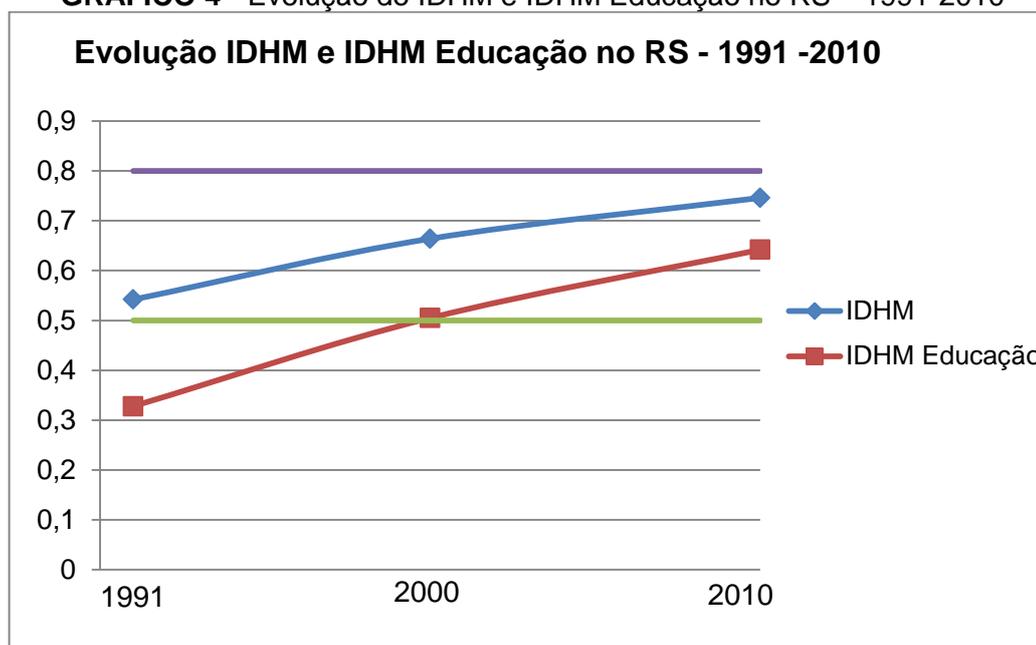
De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os resultados dos indicadores são divididos em cinco faixas de desenvolvimento os quais são: muito alto desenvolvimento compreendendo resultados acima 0,800, alto desenvolvimento compreendendo índices de 0,700 a 0,799; médio desenvolvimento com resultados de 0,600 a 0,699; baixo desenvolvimento de 0,500 a 0,599 e muito baixo desenvolvimento representando índices abaixo de 0,499. No Rio Grande do Sul para as séries disponibilizadas pela PNUD (1991, 2000 e 2010) os resultados foram os seguintes:

GRÁFICO 3 - Comparação do IDHM e IDHM Educação no RS

Fonte: PNUD, 2013.

No Gráfico 3 pode-se perceber que em 1991 o estado possuía uma diferença a menor no IDHM Educação de 0,214 em comparação com IDHM, mostrando-se uma defasagem preocupante, visto que a educação estava em caráter de muito baixo desenvolvimento. Já no ano 2000 os indicadores apresentaram melhora, reduzindo as diferenças, as quais ficaram em 0,159 entre os índices. No ano de 2010 o panorama dos indicadores se demonstraram mais próximos do que os períodos anteriores, exibindo uma diferença de 0,104 entre o IDHM e o IDHM Educação para esse ano. Vale ressaltar que quanto maior o índice educação evolui mais o índice geral de desenvolvimento humano se eleva, indicando um melhor desempenho de bem-estar social gaúcho.

O Gráfico 4 evidencia de forma mais ampla o processo evolutivo dos índices IDHM e IDHM Educação, conforme se demonstra a seguir:

GRÁFICO 4 - Evolução do IDHM e IDHM Educação no RS – 1991-2010

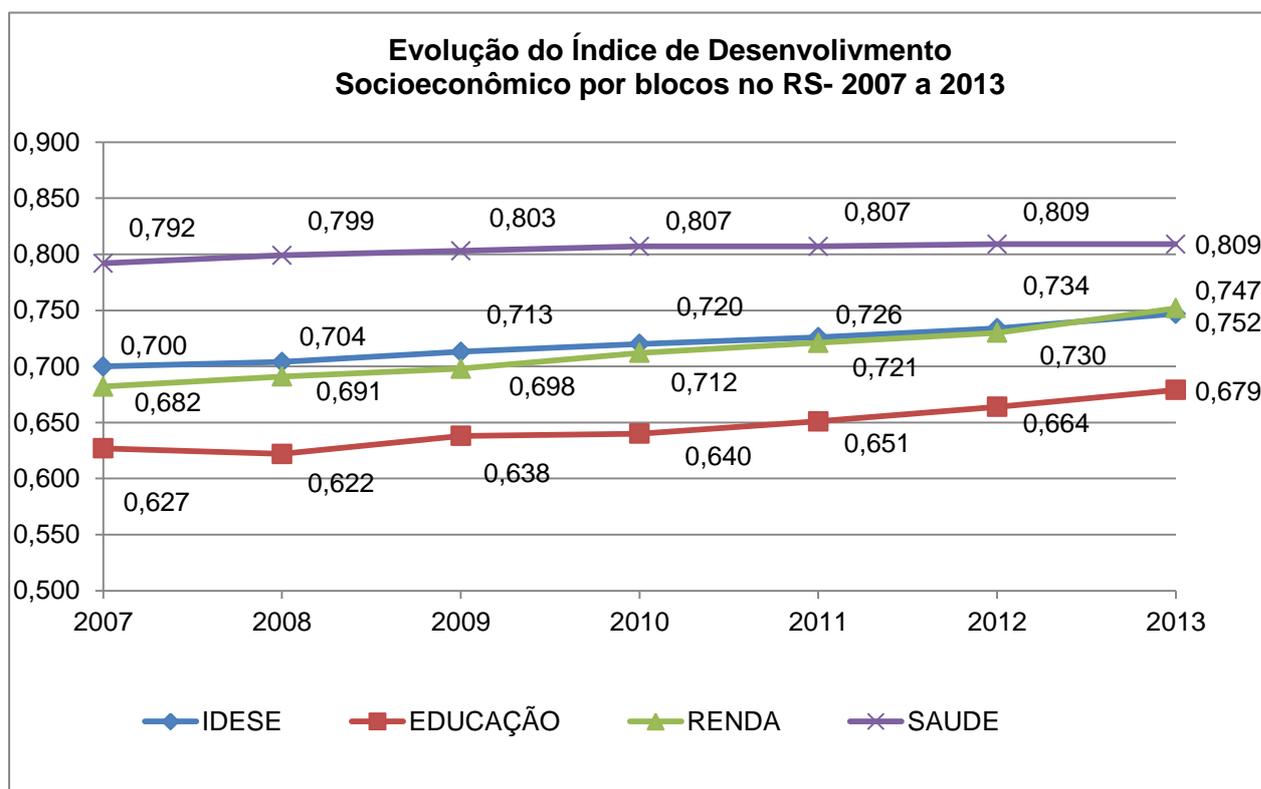
Fonte: PNUD, 2013.

O que se observa para o estado é que a evolução do índice educação é superior ao do índice total, que além da educação envolve critério de renda e longevidade, como já visto no capítulo quatro. Contudo vale notabilizar que foi após a criação dos COREDES que o índice geral evoluiu do baixo para o alto desenvolvimento, e o fator educação evoluiu do nível de muito baixo para médio desenvolvimento.

Outro índice utilizado para mensurar o bem-estar social da população gaúcha é o Índice de desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). Assim como foi visto no capítulo anterior o IDESE é um índice inspirado no IDH, se diferenciando por possuir especificações municipais do estado na sua formulação.

O IDESE atualmente se utiliza de uma metodologia dividida em três blocos: Educação, Renda e Saúde, e foi reformulado com intuito de retratar uma visão mais realista das novas demandas da sociedade. Sua avaliação se determina em três níveis, o baixo desenvolvimento com indicadores abaixo de 0,499, o médio desenvolvimento com indicadores entre 0,500 e 0,799, e o alto desenvolvimento com indicadores acima de 0,800.

A Educação, como foi visto, faz parte importante do quadro, representando 1/3 do indicador, com isso segue abaixo o gráfico representativo da evolução do bloco educação e os demais blocos do IDESE de 2007 a 2013:

GRÁFICO 5 - Evolução do IDESE por blocos no RS- 2007 a 2013

Fonte: FEE, 2015.

Como pode ser visto no Gráfico 5 a educação foi o segundo indicador que mais evoluiu, apresentando um crescimento entre o primeiro e último ano analisado de 8,29%, ficando abaixo apenas do índice de renda, o qual apresentou 10,26% de crescimento entre 2007 e 2013.

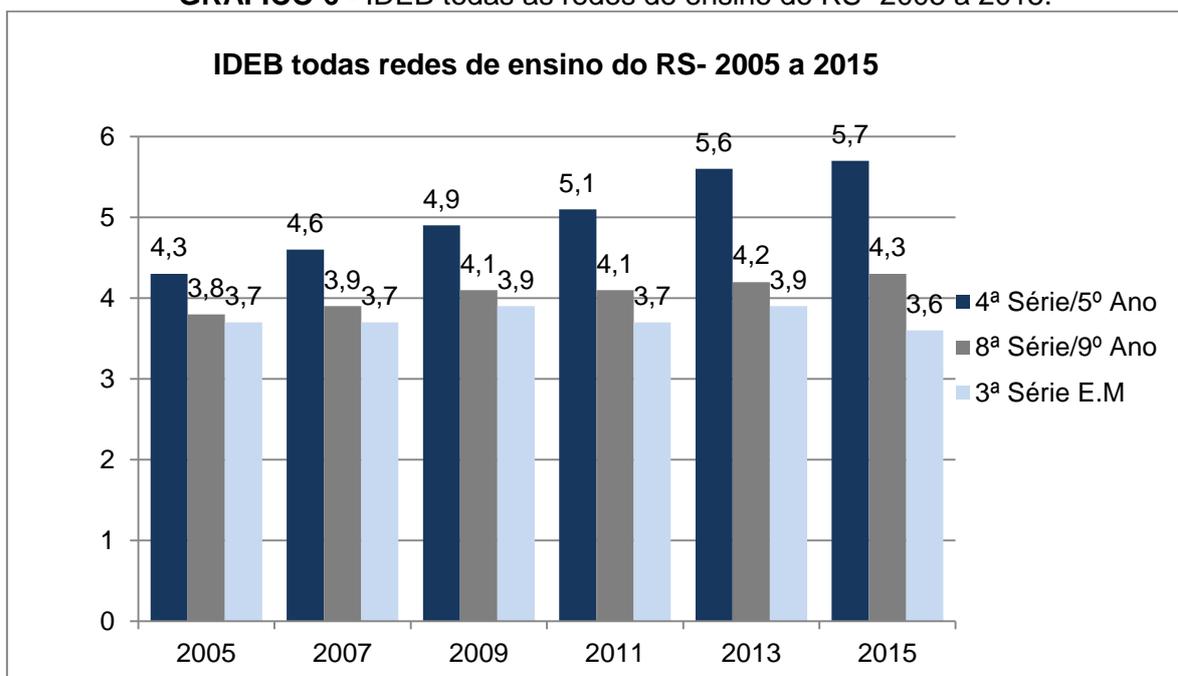
Com exceção do ano de 2008, o índice de educação demonstrou comportamento progressivo em todos os períodos. Contudo tal processo não foi o suficiente para elevar seu patamar para alto desenvolvimento, mantendo-se em médio desenvolvimento em todos os anos analisados.

Importante salientar que de todos os índices que compõem o IDESE, a educação é a que apresenta os indicadores mais baixos. Esse fato sinaliza a necessidade de políticas públicas mais eficientes em benefício de melhorias educacionais, assim consequentemente elevaria os índices de desenvolvimento gaúcho.

O próximo e último índice a ser analisado é o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB). O presente indicador é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática, através da Prova Brasil e no fluxo escolar, a

qual reflete a taxa de aprovação. Para tal será especificado graficamente sua evolução levando em consideração o desempenho de todas escolas, públicas e privadas, do Rio Grande do Sul. Abaixo segue o gráfico do IDEB do período de 2005 a 2015:

GRÁFICO 6 - IDEB todas as redes de ensino do RS- 2005 a 2015.



Fonte: INEP, 2015.

O Gráfico 6 expõe o desempenho do índice por etapas. Como pode ser verificado a 4ª série/ 5º ano demonstrou uma evolução contínua de 2005 a 2015 de 32,55% de crescimento baseada em todas as redes de ensino. Para essa etapa as metas estipuladas pelo INEP foram alcançadas em todos os períodos.

Ainda baseada nessa fase do ensino fundamental, conforme QEdU (2016) , os anos iniciais de 2015 obtiveram um taxa de aprovação de 92,5% , uma taxa de 7,1% de reprovação e uma taxa de 0,4% de abandono. Esses dados demonstram que as séries iniciais obtiveram um bom desenvolvimento ao longo do período analisado.

Já para 8ª série/ 9º ano houve um crescimento de 13,15% entre o primeiro e último período, demonstram um processo evolutivo inferior a primeira etapa do ensino fundamental. O cumprimento das metas projetadas para essa faixa de ensino também não foram iguais aos da 4ª série/ 5º ano, atingindo o objetivo planejado apenas nos anos de 2007 e 2009.

Segundo QEdU (2016) as séries finais apresentaram 81% de aprovações, 17% de reprovações e 1,9% de abandono no ano de 2015, atingindo seus piores desempenhos no 6º e 7º ano com 19,33% de reprovação em ambos. Em comparação com a análise dos anos iniciais percebe-se que os anos finais obtiveram desempenho inferior, apresentando níveis mais baixos de desenvolvimento, assim como taxas superiores de reprovação e abandono.

O ensino médio baseado no IDEB de todas as redes de ensino regrediu em 2015, apresentando nesse ano o pior índice desde 2005. Conforme QEdU (2016) essa etapa de ensino apresentou uma taxa de reprovação de 17,5% entre a média dos três anos, obtendo seu ápice no 1º ano com 25,5% de reprovados. Já a taxa de abandono média ficou em 7,1%, demonstrando seu pior desempenho no 1º ano com 9,3% de evasão escolar, assim como uma taxa de aprovação de 65,2% para o último período da análise.

Ainda o QEdU (2016) explica que a situação que se encontra a última etapa do ensino fundamental e o ensino médio no estado, indicam a necessidade de definir estratégias através de políticas públicas para conter a evasão escolar. Assim como também sinalizam a necessidade de trabalhos pedagógicos para reduzir os altos índices de reprovação e abandono, os quais conseqüentemente aumentam a distorção idade-série.

Compilando os dados gerais apresentados anteriormente, observasse que os índices de desenvolvimento da população do Rio Grande do Sul não são proporcionais aos gastos públicos com educação por parte do governo gaúcho. A educação como fator primordial para o desenvolvimento da nação apresentou no índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e no índice de desenvolvimento socioeconômico um processo evolutivo, porém não compatível aos recursos gastos em processos educacionais. Baseado nesse fato mostra-se com isso a necessidade de políticas e programas públicos que realoque os recursos recebidos de forma mais eficiente.

Essa percepção observada corrobora com os trabalhos de Barros e Mendonça (1996), assim como os de Amaral e Menezes-Filho (2008), os quais defendem que a melhoria da qualidade no ensino independe do simples aumento de gasto. Para eles o desenvolvimento educacional está ligado a alocação eficiente dos recursos e não ao dispêndio dos mesmos. Com isso evidenciam que a solução para

melhoria do desenvolvimento está na identificação dos problemas enfrentados na educação para com isso realocarem os gastos nas áreas de maior necessidade.

Tendo em vista essa prerrogativa e levando em consideração o processo de gestão descentralizada das políticas no estado, faz-se importante uma análise sobre o desempenho dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento de forma individualizada. Essa avaliação intenciona comparar as cidades e COREDES em prol de evidenciar quais possuem os melhores índices de desenvolvimento.

5.4. Comparações temporais entre cidades e COREDES

A fim de analisar se houve a descentralização da melhoria nos desempenhos das cidades com a criação dos COREDES, serão comparados o IDHM e o IDHM Educação de todos os municípios e Conselhos Regionais de Desenvolvimento nos anos 2000 e 2010. Assim como comparar o IDESE bloco educação dos anos de 2009 a 2013 por conselhos regionais de desenvolvimento.

O Estado do Rio Grande do Sul possui 497 subdivisões políticas, ou seja, 497 municípios, organizados administrativamente em 28 Conselhos. O COREDE Alto da Serra do Butucaraí composto por 16 municípios apresenta os seguintes IDHM e IDHM Educação:

TABELA 11 - COREDE Alto da Serra do Butucaraí

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|--|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Alto Alegre (RS) | 0,662 | 0,747 | 12,84% | 0,541 | 0,642 | 18,67% |
| Barros Cassal (RS) | 0,511 | 0,650 | 27,20% | 0,315 | 0,500 | 58,73% |
| Campos Borges (RS) | 0,560 | 0,708 | 26,43% | 0,364 | 0,616 | 69,23% |
| Espumoso (RS) | 0,653 | 0,765 | 17,15% | 0,499 | 0,677 | 35,67% |
| Fontoura Xavier (RS) | 0,504 | 0,661 | 31,15% | 0,283 | 0,532 | 87,99% |
| Gramado Xavier (RS) | 0,460 | 0,634 | 37,83% | 0,224 | 0,473 | 111,16% |
| Ibirapuitã (RS) | 0,527 | 0,638 | 21,06% | 0,331 | 0,463 | 39,88% |
| Itapuca (RS) | 0,495 | 0,664 | 34,14% | 0,259 | 0,495 | 91,12% |
| Jacuizinho (RS) | 0,466 | 0,662 | 42,06% | 0,223 | 0,487 | 118,39% |
| Lagoão (RS) | 0,476 | 0,643 | 35,08% | 0,274 | 0,505 | 84,31% |
| Mormaço (RS) | 0,584 | 0,714 | 22,26% | 0,408 | 0,576 | 41,18% |
| Nicolau Vergueiro (RS) | 0,676 | 0,753 | 11,39% | 0,573 | 0,660 | 15,18% |
| São José do Herval (RS) | 0,555 | 0,717 | 29,19% | 0,356 | 0,622 | 74,72% |
| Soledade (RS) | 0,633 | 0,731 | 15,48% | 0,489 | 0,625 | 27,81% |
| Tio Hugo (RS) | 0,595 | 0,742 | 24,71% | 0,422 | 0,682 | 61,61% |
| Victor Graeff (RS) | 0,664 | 0,777 | 17,02% | 0,552 | 0,722 | 30,80% |
| Cor. Alto da Serra do Botucaraí | 0,564 | 0,700 | 24,22% | 0,382 | 0,580 | 51,76% |

Fonte: PNUD, 2013.

O COREDE do Alto da Serra do Botucaraí foi constituído em 2002, sendo um dos mais novos COREDES criados no Rio Grande do Sul. Segundo a fundação de economia e estatística (FEE) possui uma população total 104.609 habitantes (2015) em uma área de 5.761,7 km² (2015), constando de um índice de mortalidade infantil de 12,72 por mil nascidos vivos (2013) e uma taxa de analfabetismo de pessoas com quinze anos ou mais de 10,79% (2010). Baseado nos índices de desenvolvimento humano apresentados percebe-se que a média das cidades que compõe esse COREDE evoluiu tanto no IDHM quanto no IDHM Educação. Porém pôde-se observar que existem cinco municípios no IDHM educação com baixo desenvolvimento. Contudo dentre eles três obtiveram grande superação evolutiva, os quais foram os municípios de Itapuca, Jacuizinho e Gramado Xavier, com respectivamente um aumento de 91,12%, 118,39% e 111,16%. Esses municípios, juntamente com o município de Lagoão, por sua vez acabaram passando do patamar de baixo IDHM para médio IDHM.

O COREDE Alto Jacuí, composto por 14 municípios, também apresentou evolução em ambos os indicadores. Para o IDHM Educação a cidade que mais se desenvolveu de um período para o outro, possuindo o melhor indicador foi a Lagoa dos Três Cantos apresentando também o melhor índice de IDHM do COREDE. No quesito variação do IDHM o município de Boa Vista do Cadeado apresentou o maior aumento representado por 20,17%. Esses dados podem ser observados na tabela a seguir:

TABELA 12 - COREDE Alto Jacuí

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|----------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Boa Vista do Cadeado (RS) | 0,585 | 0,703 | 20,17% | 0,386 | 0,590 | 52,85% |
| Boa Vista do Incra (RS) | 0,643 | 0,731 | 13,69% | 0,478 | 0,641 | 34,10% |
| Colorado (RS) | 0,665 | 0,758 | 13,98% | 0,484 | 0,674 | 39,26% |
| Cruz Alta (RS) | 0,679 | 0,750 | 10,46% | 0,541 | 0,653 | 20,70% |
| Fortaleza dos Valos (RS) | 0,658 | 0,756 | 14,89% | 0,471 | 0,663 | 40,76% |
| Ibirubá (RS) | 0,674 | 0,765 | 13,50% | 0,523 | 0,671 | 28,30% |
| Lagoa dos Três Cantos (RS) | 0,664 | 0,789 | 18,83% | 0,508 | 0,754 | 48,43% |
| Não-Me-Toque (RS) | 0,692 | 0,765 | 10,55% | 0,566 | 0,673 | 18,90% |
| Quinze de Novembro (RS) | 0,657 | 0,756 | 15,07% | 0,526 | 0,655 | 24,52% |
| Saldanha Marinho (RS) | 0,689 | 0,762 | 10,60% | 0,549 | 0,706 | 28,60% |
| Salto do Jacuí (RS) | 0,589 | 0,687 | 16,64% | 0,404 | 0,558 | 38,12% |
| Santa Bárbara do Sul (RS) | 0,653 | 0,725 | 11,03% | 0,523 | 0,634 | 21,22% |
| Selbach (RS) | 0,741 | 0,777 | 4,86% | 0,611 | 0,710 | 16,20% |
| Tapera (RS) | 0,660 | 0,747 | 13,18% | 0,527 | 0,672 | 27,51% |
| Cor. Alto Jacuí | 0,661 | 0,748 | 13,21% | 0,507 | 0,661 | 30,39% |

Fonte: PNUD, 2013.

O referido COREDE foi criado em 1991 e tem como características conforme (FEE), uma área total de 6.893,8 km² (2015) e população de 159.743 habitantes (2015). Assim como uma taxa de analfabetismo de 4,75% (2010) para pessoas com quinze anos ou mais e uma taxa de mortalidade infantil de 11,49% por mil nascidos vivos. Diante do apresentado sobre os índices, observasse que todos os municípios obtiveram médio desenvolvimento, apresentando maiores variações no IDHM Educação do que no IDHM.

Dos municípios que integram o COREDE Campanha, o qual foi criado em 1992, o que apresentou uma variação maior no IDHM Educação representada por um crescimento de 39,29% foi a cidade de Caçapava do Sul. A mesma passou de um patamar de baixo desenvolvimento para médio desenvolvimento, juntamente como quase todos outros municípios pertencentes ao conjunto, com exceção apenas do município de Bagé, o qual já se encontrava em 2000 com índice médio. Esses dados podem ser observados na tabela abaixo:

TABELA 13 - COREDE Campanha

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|----------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Aceguá (RS) | 0,621 | 0,687 | 10,63% | 0,459 | 0,541 | 17,86% |
| Bagé (RS) | 0,659 | 0,740 | 12,29% | 0,524 | 0,647 | 23,47% |
| Caçapava do Sul (RS) | 0,599 | 0,704 | 17,53% | 0,420 | 0,585 | 39,29% |
| Candiota (RS) | 0,622 | 0,698 | 12,22% | 0,461 | 0,562 | 21,91% |
| Dom Pedrito (RS) | 0,621 | 0,708 | 14,01% | 0,463 | 0,585 | 26,35% |
| Hulha Negra (RS) | 0,569 | 0,643 | 13,01% | 0,394 | 0,512 | 29,95% |
| Lavras do Sul (RS) | 0,629 | 0,699 | 11,13% | 0,492 | 0,577 | 17,28% |
| Cor. Campanha | 0,617 | 0,697 | 12,94% | 0,459 | 0,573 | 24,77% |

Fonte: PNUD, 2013.

Nesse COREDE notasse que o IDHM melhorou, mas não de forma significativa, se mantendo no nível médio de desenvolvimento. Também percebesse que a diferença entre os dois índices em 2000 eram muito maiores em comparação a 2010. É importante evidenciar que essa região se caracteriza por possuir um total de 7 municípios que correspondem a uma área de 18.241,5 km² (2015) de extensão e uma população total de 223.768 habitantes (2015). O coeficiente de mortalidade infantil do COREDE Campanha se da por 13,77 (2013) por mil nascidos vivos, assim como o analfabetismo de pessoas com quinze anos ou mais, que representa uma taxa de 5,95% (2010) da população.

O COREDE representado na Tabela 14 foi criado em 2006, e possui 10 municípios que se localizam em uma área de 10.400,2 km² (2015). O mesmo possui população de 103.741 habitantes (2015), os quais possuem uma taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de 6,06% (2010) e um coeficiente de mortalidade infantil de 15,05 (2013) por mil nascidos vivos (FEE, 2015).

TABELA 14 - COREDE Campos de Cima da Serra

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|-------------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| André da Rocha (RS) | 0,591 | 0,720 | 21,83% | 0,358 | 0,605 | 68,99% |
| Bom Jesus (RS) | 0,541 | 0,666 | 23,11% | 0,335 | 0,510 | 52,24% |
| Campestre da Serra (RS) | 0,622 | 0,706 | 13,50% | 0,430 | 0,557 | 29,53% |
| Esmeralda (RS) | 0,538 | 0,680 | 26,39% | 0,314 | 0,569 | 81,21% |
| Ipê (RS) | 0,615 | 0,728 | 18,37% | 0,454 | 0,618 | 36,12% |
| Monte Alegre dos Campos (RS) | 0,462 | 0,650 | 40,69% | 0,237 | 0,501 | 111,39% |
| Muitos Capões (RS) | 0,534 | 0,702 | 31,46% | 0,306 | 0,558 | 82,35% |
| Pinhal da Serra (RS) | 0,512 | 0,650 | 26,95% | 0,296 | 0,513 | 73,31% |
| São José dos Ausentes (RS) | 0,512 | 0,663 | 29,49% | 0,280 | 0,541 | 93,21% |
| Vacaria (RS) | 0,641 | 0,721 | 12,48% | 0,478 | 0,605 | 26,57% |
| Cor. Campos de Cima da Serra | 0,557 | 0,689 | 23,67% | 0,349 | 0,558 | 59,89% |

Fonte: PNUD, 2013.

Analisando o presente grupo observasse que no ano de 2000 o IDHM Educação da região apresentava um índice de baixo desenvolvimento em todos os municípios, porém em 10 anos conseguiu alavancar seu desempenho em quase 60%, mudando seu índice para médio desenvolvimento. Nesse respectivo índice as cidades que obtiveram as maiores variações foram Monte Alegre dos Campos (111,39%) e São José dos Ausentes (93,21%). Já no IDHM as variações foram menores mantendo seu patamar de médio desenvolvimento.

Celeiro, representado pela Tabela 15, foi um dos últimos COREDES a serem criados, tendo datada sua criação em 2008. Esse por sua vez possui 21 municípios com 145.312 habitantes (2015) em uma área de 4.743,0 km² (2015) de extensão. A taxa de analfabetismo de pessoas com quinze anos ou mais nessa região representa 8,55% (2010) da população e o coeficiente de mortalidade infantil representa 11,40 (2013) por mil nascidos vivos (FEE, 2015).

TABELA 15 - COREDE Celeiro

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|-------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Barra do Guarita (RS) | 0,559 | 0,734 | 31,31% | 0,392 | 0,672 | 71,43% |
| Bom Progresso (RS) | 0,566 | 0,723 | 27,74% | 0,405 | 0,643 | 58,77% |
| Braga (RS) | 0,553 | 0,674 | 21,88% | 0,411 | 0,563 | 36,98% |
| Campo Novo (RS) | 0,568 | 0,703 | 23,77% | 0,393 | 0,593 | 50,89% |
| Chiapetta (RS) | 0,606 | 0,732 | 20,79% | 0,458 | 0,657 | 43,45% |
| Coronel Bicaco (RS) | 0,579 | 0,665 | 14,85% | 0,400 | 0,550 | 37,50% |
| Crissiumal (RS) | 0,589 | 0,712 | 20,88% | 0,433 | 0,616 | 42,26% |
| Derrubadas (RS) | 0,573 | 0,707 | 23,39% | 0,409 | 0,628 | 53,55% |
| Esperança do Sul (RS) | 0,498 | 0,661 | 32,73% | 0,312 | 0,550 | 76,28% |
| Humaitá (RS) | 0,640 | 0,738 | 15,31% | 0,509 | 0,657 | 29,08% |
| Inhacorá (RS) | 0,554 | 0,673 | 21,48% | 0,365 | 0,585 | 60,27% |
| Miraguaí (RS) | 0,584 | 0,725 | 24,14% | 0,447 | 0,613 | 37,14% |
| Redentora (RS) | 0,464 | 0,631 | 35,99% | 0,285 | 0,523 | 83,51% |
| Santo Augusto (RS) | 0,627 | 0,739 | 17,86% | 0,480 | 0,637 | 32,71% |
| São Martinho (RS) | 0,638 | 0,726 | 13,79% | 0,515 | 0,628 | 21,94% |
| São Valério do Sul (RS) | 0,532 | 0,642 | 20,68% | 0,349 | 0,480 | 37,54% |
| Sede Nova (RS) | 0,571 | 0,712 | 24,69% | 0,384 | 0,543 | 41,41% |
| Tenente Portela (RS) | 0,607 | 0,708 | 16,64% | 0,491 | 0,603 | 22,81% |
| Tiradentes do Sul (RS) | 0,551 | 0,689 | 25,05% | 0,370 | 0,569 | 53,78% |
| Três Passos (RS) | 0,686 | 0,768 | 11,95% | 0,569 | 0,710 | 24,78% |
| Vista Gaúcha (RS) | 0,619 | 0,757 | 22,29% | 0,499 | 0,669 | 34,07% |
| Corede Celeiro | 0,579 | 0,706 | 21,83% | 0,423 | 0,604 | 42,96% |

Fonte: PNUD, 2013.

Na análise feita para o referido COREDE observasse que no IDHM Educação em 2000, antes da criação do Conselho, quase todas as cidades, com exceção de Humaitá, São Martinho e Três Passos, possuíam baixo desenvolvimento. Entretanto em 2010 todos os municípios apresentaram um médio desenvolvimento, tendo o município de Barra do Guarita a maior variação, apresentando 71,43% de crescimento. No IDHM do Celeiro as variações de crescimento ficaram entre 11,95% e 35,99%. As cidades de Esperança do Sul e Redentora que apresentavam baixo desenvolvimento em 2000 elevaram o seu nível para médio, o restante dos municípios mantiveram-se no mesmo nível que se encontravam anteriormente, médio desenvolvimento.

Os resultados do COREDE Central, Tabela 16, apresentam crescimento nos dois índices analisados. Dentre os municípios o que possuiu uma maior variação no IDHM Educação e no IDHM foi a cidade de Quevedos, com respectivamente 97,78% e 35,44% de crescimento, e a que apresenta maior índice é a cidade de Santa Maria. Porém no índice da educação de Central, apesar de apresentar evolução, ainda possuía em 2010 quatro localidades com baixo desenvolvimento. No IDHM

observasse que todos os municípios alcançaram ou mantiveram o médio desenvolvimento.

TABELA 16 - COREDE Central

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|----------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Agudo (RS) | 0,593 | 0,694 | 17,03% | 0,382 | 0,524 | 37,17% |
| Dilermando de Aguiar (RS) | 0,558 | 0,648 | 16,13% | 0,359 | 0,463 | 28,97% |
| Dona Francisca (RS) | 0,605 | 0,697 | 15,21% | 0,445 | 0,568 | 27,64% |
| Faxinal do Soturno (RS) | 0,643 | 0,720 | 11,98% | 0,508 | 0,597 | 17,52% |
| Formigueiro (RS) | 0,579 | 0,682 | 17,79% | 0,406 | 0,549 | 35,22% |
| Itaara (RS) | 0,607 | 0,760 | 25,21% | 0,397 | 0,687 | 73,05% |
| Ivorá (RS) | 0,637 | 0,724 | 13,66% | 0,549 | 0,602 | 9,65% |
| Jari (RS) | 0,516 | 0,631 | 22,29% | 0,309 | 0,473 | 53,07% |
| Júlio de Castilhos (RS) | 0,626 | 0,716 | 14,38% | 0,466 | 0,602 | 29,18% |
| Nova Palma (RS) | 0,659 | 0,744 | 12,90% | 0,503 | 0,643 | 27,83% |
| Pinhal Grande (RS) | 0,566 | 0,678 | 19,79% | 0,383 | 0,577 | 50,65% |
| Quevedos (RS) | 0,491 | 0,665 | 35,44% | 0,270 | 0,534 | 97,78% |
| Santa Maria (RS) | 0,715 | 0,784 | 9,65% | 0,591 | 0,715 | 20,98% |
| São João do Polêsine (RS) | 0,686 | 0,748 | 9,04% | 0,593 | 0,661 | 11,47% |
| São Martinho da Serra (RS) | 0,541 | 0,652 | 20,52% | 0,305 | 0,496 | 62,62% |
| São Pedro do Sul (RS) | 0,614 | 0,709 | 15,47% | 0,480 | 0,619 | 28,96% |
| Silveira Martins (RS) | 0,652 | 0,742 | 13,80% | 0,487 | 0,644 | 32,24% |
| Toropi (RS) | 0,520 | 0,683 | 31,35% | 0,323 | 0,569 | 76,16% |
| Tupanciretã (RS) | 0,612 | 0,709 | 15,85% | 0,453 | 0,596 | 31,57% |
| Corede Central | 0,601 | 0,705 | 17,22% | 0,432 | 0,585 | 35,45% |

Fonte: PNUD, 2013.

Essa região representa um dos primeiros COREDES criados. Com a sua fundação datada em 1991 ele se caracteriza por possuir 19 cidades com uma população de 404.999 habitantes (2015) em uma área de 12.395,9 km² (2015). A taxa de analfabetismo desse COREDE representa 4,26% de pessoas com 15 anos ou mais (2010) a qual também possui um coeficiente de mortalidade infantil de 10,18 por mil nascidos vivos (2013) (FEE, 2015).

Na Tabela 17, a qual consta as cidades que integram o COREDE Centro Sul, a que obteve o melhor desenvolvimento de IDHM Educação foi Chuvisca alcançando 100,46% de evolução de 2000 para 2010. Porém apesar do crescimento a mesma, conjuntamente com mais cinco cidades, ainda mantiveram-se em baixo desenvolvimento.

O IDHM diferentemente do índice de educação apresentou para todas as cidades no ano de 2010 um médio desenvolvimento, apresentando-se o município de Charqueadas com o melhor índice da região Centro Sul. Observasse que nesse

COREDE em ambos os índices não houve grandes evoluções, o que pode ser constatado a seguir:

TABELA 17 - COREDE Centro Sul

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|--------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Arambaré (RS) | 0,560 | 0,691 | 23,39% | 0,371 | 0,570 | 53,64% |
| Arroio dos Ratos (RS) | 0,610 | 0,698 | 14,43% | 0,455 | 0,583 | 28,13% |
| Barão do Triunfo (RS) | 0,482 | 0,610 | 26,56% | 0,253 | 0,428 | 69,17% |
| Barra do Ribeiro (RS) | 0,619 | 0,670 | 8,24% | 0,440 | 0,529 | 20,23% |
| Butiá (RS) | 0,579 | 0,689 | 19,00% | 0,402 | 0,558 | 38,81% |
| Camaquã (RS) | 0,609 | 0,697 | 14,45% | 0,423 | 0,578 | 36,64% |
| Cerro Grande do Sul (RS) | 0,513 | 0,660 | 28,65% | 0,289 | 0,499 | 72,66% |
| Charqueadas (RS) | 0,649 | 0,747 | 15,10% | 0,503 | 0,659 | 31,01% |
| Chувиска (RS) | 0,481 | 0,616 | 28,07% | 0,218 | 0,437 | 100,46% |
| Cristal (RS) | 0,537 | 0,644 | 19,93% | 0,336 | 0,471 | 40,18% |
| Dom Feliciano (RS) | 0,470 | 0,587 | 24,89% | 0,225 | 0,390 | 73,33% |
| Mariana Pimentel (RS) | 0,604 | 0,701 | 16,06% | 0,429 | 0,568 | 32,40% |
| Minas do Leão (RS) | 0,547 | 0,681 | 24,50% | 0,352 | 0,514 | 46,02% |
| São Jerônimo (RS) | 0,609 | 0,696 | 14,29% | 0,430 | 0,560 | 30,23% |
| Sentinela do Sul (RS) | 0,560 | 0,671 | 19,82% | 0,377 | 0,545 | 44,56% |
| Sertão Santana (RS) | 0,577 | 0,689 | 19,41% | 0,379 | 0,534 | 40,90% |
| Tapes (RS) | 0,619 | 0,695 | 12,28% | 0,447 | 0,556 | 24,38% |
| Corede Centro Sul | 0,566 | 0,673 | 18,88% | 0,372 | 0,528 | 41,87% |

Fonte: PNUD, 2013.

Esse conselho foi criado em 1991 e tem um total de 264.091 habitantes (2015) em uma área de 10.380,3 km² (2015) entre as cidades que o integram. Vale salientar que como característica o mesmo possuía em 2010 uma taxa de analfabetismo de 7,71% de pessoas com quinze anos ou mais e um coeficiente de mortalidade infantil de 11,63 (2013) por mil nascidos vivos (FEE, 2015).

No COREDE Fronteira Noroeste o município que mais se destacou nos dois índices foi Horizontina e o que menos evoluiu foi Doutor Mauricio Cardoso. O crescimento do IDHM Educação foi maior do que o IDHM de 2000 para 2010, porém o IDHM do COREDE se encontra mais próximo de alcançar o nível alto de desenvolvimento em comparação com o IDHM Educação. Ambos se encontram no nível médio de desenvolvimento, e os municípios que obtiveram melhor evolução foram Nova Candelária no IDHM Educação e Porto Vera Cruz no IDHM. Esses dados podem ser observados na Tabela 18 a seguir:

TABELA 18 - COREDE Fronteira Noroeste

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|----------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Alecrim (RS) | 0,548 | 0,672 | 22,63% | 0,367 | 0,522 | 42,23% |
| Alegria (RS) | 0,578 | 0,695 | 20,24% | 0,423 | 0,572 | 35,22% |
| Boa Vista do Buricá (RS) | 0,669 | 0,762 | 13,90% | 0,548 | 0,697 | 27,19% |
| Campina das Missões (RS) | 0,607 | 0,738 | 21,58% | 0,484 | 0,677 | 39,88% |
| Cândido Godói (RS) | 0,647 | 0,728 | 12,52% | 0,518 | 0,627 | 21,04% |
| Doutor Maurício Cardoso (RS) | 0,650 | 0,706 | 8,62% | 0,570 | 0,593 | 4,04% |
| Horizontina (RS) | 0,725 | 0,783 | 8,00% | 0,645 | 0,716 | 11,01% |
| Independência (RS) | 0,601 | 0,693 | 15,31% | 0,425 | 0,576 | 35,53% |
| Nova Candelária (RS) | 0,603 | 0,759 | 25,87% | 0,408 | 0,643 | 57,60% |
| Novo Machado (RS) | 0,560 | 0,663 | 18,39% | 0,379 | 0,543 | 43,27% |
| Porto Lucena (RS) | 0,578 | 0,693 | 19,90% | 0,416 | 0,575 | 38,22% |
| Porto Mauá (RS) | 0,593 | 0,698 | 17,71% | 0,459 | 0,608 | 32,46% |
| Porto Vera Cruz (RS) | 0,544 | 0,690 | 26,84% | 0,385 | 0,600 | 55,84% |
| Santa Rosa (RS) | 0,685 | 0,769 | 12,26% | 0,551 | 0,693 | 25,77% |
| Santo Cristo (RS) | 0,642 | 0,738 | 14,95% | 0,535 | 0,656 | 22,62% |
| São José do Inhacorá (RS) | 0,602 | 0,747 | 24,09% | 0,451 | 0,702 | 55,65% |
| Senador Salgado Filho (RS) | 0,590 | 0,693 | 17,46% | 0,458 | 0,581 | 26,86% |
| Três de Maio (RS) | 0,655 | 0,759 | 15,88% | 0,528 | 0,694 | 31,44% |
| Tucunduva (RS) | 0,661 | 0,747 | 13,01% | 0,549 | 0,682 | 24,23% |
| Tuparendi (RS) | 0,642 | 0,728 | 13,40% | 0,506 | 0,632 | 24,90% |
| Corede Fronteira Noroeste | 0,619 | 0,723 | 16,81% | 0,480 | 0,629 | 31,07% |

Fonte: PNUD, 2013.

Com a criação em 1991 esse COREDE possui 20 municípios que abrangem uma área total de 4.689,0 km² de extensão (2015) e uma população de 208.882 habitantes (2015). Também conta com um coeficiente de mortalidade infantil de 9,79 por mil nascidos vivos (2013) e uma taxa de analfabetismo de 4,47% (2010) referente a pessoas com 15 anos ou mais (FEE, 2015).

No COREDE da Tabela 19 o maior crescimento do IDHM Educação foi o do município de Santa Margarida do Sul e o melhor resultado para este indicador foi conquistado pelo município de Alegrete. No IDHM o município que se destacou foi Uruguiana apresentando o melhor resultado. Em ambos os índices a evolução permitiu o alcance e/ou a permanência do nível médio de desenvolvimento.

Esse COREDE foi criado em 1991 e abrange uma área de 46.237,1 km² de extensão (2015) e uma população de 532.890 habitantes (2015). Sua Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) representa 5,83% da população e o coeficiente de mortalidade infantil representa 13,72 (2013) por mil nascidos vivos. (FEE, 2015). Os dados analisados podem ser verificados a seguir:

TABELA 19 - COREDE Fronteira Oeste

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|-------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Alegrete (RS) | 0,641 | 0,74 | 15,44% | 0,507 | 0,664 | 30,97% |
| Barra do Quaraí (RS) | 0,549 | 0,662 | 20,58% | 0,357 | 0,548 | 53,50% |
| Itacurubi (RS) | 0,539 | 0,657 | 21,89% | 0,340 | 0,509 | 49,71% |
| Itaqui (RS) | 0,630 | 0,713 | 13,17% | 0,483 | 0,626 | 29,61% |
| Maçambará (RS) | 0,562 | 0,684 | 21,71% | 0,371 | 0,580 | 56,33% |
| Manoel Viana (RS) | 0,543 | 0,655 | 20,63% | 0,379 | 0,534 | 40,90% |
| Quaraí (RS) | 0,630 | 0,704 | 11,75% | 0,486 | 0,609 | 25,31% |
| Rosário do Sul (RS) | 0,616 | 0,699 | 13,47% | 0,459 | 0,576 | 25,49% |
| Santa Margarida do Sul (RS) | 0,526 | 0,663 | 26,05% | 0,306 | 0,484 | 58,17% |
| Sant'Ana do Livramento (RS) | 0,663 | 0,727 | 9,65% | 0,529 | 0,636 | 20,23% |
| São Borja (RS) | 0,637 | 0,736 | 15,54% | 0,490 | 0,643 | 31,22% |
| São Gabriel (RS) | 0,624 | 0,699 | 12,02% | 0,462 | 0,585 | 26,62% |
| Uruguaiana (RS) | 0,663 | 0,744 | 12,22% | 0,523 | 0,661 | 26,39% |
| Corede Fronteira Oeste | 0,602 | 0,699 | 16,11% | 0,438 | 0,589 | 34,49% |

Fonte: PNUD, 2013.

No COREDE Hortênsias o município que mais se destacou em evolução no IDHM Educação foi Jaquirana, porém sua evolução não foi o suficiente para garantir o médio desenvolvimento. Nesse mesmo índice o município que obteve o melhor resultado foi Picada Café, assim como também representou o melhor desempenho no indicador IDHM. Esses dados podem ser conferidos abaixo:

TABELA 20 - COREDE Hortênsias

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|-----------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Cambará do Sul (RS) | 0,564 | 0,697 | 23,58% | 0,360 | 0,574 | 59,44% |
| Canela (RS) | 0,638 | 0,748 | 17,24% | 0,472 | 0,667 | 41,31% |
| Gramado (RS) | 0,698 | 0,764 | 9,46% | 0,548 | 0,662 | 20,80% |
| Jaquirana (RS) | 0,470 | 0,614 | 30,64% | 0,257 | 0,475 | 84,82% |
| Nova Petrópolis (RS) | 0,697 | 0,780 | 11,91% | 0,536 | 0,688 | 28,36% |
| Picada Café (RS) | 0,653 | 0,758 | 16,08% | 0,515 | 0,701 | 36,12% |
| São Francisco de Paula (RS) | 0,592 | 0,685 | 15,71% | 0,405 | 0,534 | 31,85% |
| Corede Hortênsias | 0,616 | 0,721 | 17,02% | 0,442 | 0,614 | 39,06% |

Fonte: PNUD, 2013.

O COREDE representado na Tabela 20 foi criado em 1991 e possui 7 municípios. Esses por sua vez ocupam uma área total de 6.257,6 km² (2015) de extensão e possui 138.688 (2015) habitantes. Sua Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) representa 4,26% da população e o coeficiente de mortalidade infantil representa 6,71 (2013) por mil nascidos vivos.

TABELA 21 - COREDE Jacuí Centro

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|----------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Cachoeira do Sul (RS) | 0,661 | 0,742 | 12,25% | 0,505 | 0,648 | 28,32% |
| Cerro Branco (RS) | 0,544 | 0,661 | 21,51% | 0,339 | 0,527 | 55,46% |
| Novo Cabrais (RS) | 0,538 | 0,688 | 27,88% | 0,347 | 0,548 | 57,93% |
| Paraíso do Sul (RS) | 0,557 | 0,676 | 21,36% | 0,363 | 0,537 | 47,93% |
| Restinga Seca (RS) | 0,586 | 0,683 | 16,55% | 0,415 | 0,542 | 30,60% |
| São Sepé (RS) | 0,614 | 0,708 | 15,31% | 0,451 | 0,576 | 27,72% |
| Vila Nova do Sul (RS) | 0,565 | 0,662 | 17,17% | 0,389 | 0,544 | 39,85% |
| Corede Jacuí Centro | 0,581 | 0,689 | 18,57% | 0,401 | 0,560 | 39,62% |

Fonte: PNUD, 2013.

Como observado na Tabela 21, o maior crescimento entre os períodos do IDHM Educação é obtido pelo município de Cerro Branco. A cidade que apresenta o maior valor para esse indicador em 2010 é Cachoeira do Sul, que também apresentava o melhor desempenho em 2000. No indicador IDHM a cidade que obteve melhor indicador de evolução é Novo Cabrais. Todas as cidades contidas nesse COREDE encontraram-se em médio desenvolvimento em 2010 nos dois índices analisados.

O COREDE Jacuí Centro foi criado em 2004 e possui 7 municípios. Esses por sua vez ocupam uma área total de 8.101,2 km² (2015) de extensão e possui 144.925 (2015) habitantes. Sua taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) representa 7,72% da população e o coeficiente de mortalidade infantil representa 9,68 (2013) por mil nascidos vivos (FEE, 2015).

Das cidades pertencentes ao COREDE Litoral, tabela 22, a que apresentou maior crescimento no indicador IDHM Educação foi o município de Caraá, passando de baixo desenvolvimento para médio desenvolvimento, e o que apresentou melhor resultado foi a cidade de Torres. Percebesse que apesar de haver uma média de crescimento de 34,75% no indicador educação a única localidade que não conseguiu atingir o nível médio de desenvolvimento foi o município de Mostardas.

Vale considerar que o COREDE Litoral possui 21 municípios, foi criado em 1991 e abrange uma área de 7.115,8 km² de extensão (2015) com uma população de 329.237 habitantes (2015). Sua Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) representa 5,30% da população e o coeficiente de mortalidade infantil representa 9,34 (2013) por mil nascidos vivos (FEE, 2015). Os dados analisados podem ser verificados na Tabela 22:

TABELA 22 - COREDE Litoral

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|-----------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Arroio do Sal (RS) | 0,664 | 0,740 | 11,45% | 0,507 | 0,649 | 28,01% |
| Balneário Pinhal (RS) | 0,618 | 0,696 | 12,62% | 0,443 | 0,567 | 27,99% |
| Capão da Canoa (RS) | 0,639 | 0,743 | 16,28% | 0,454 | 0,637 | 40,31% |
| Capivari do Sul (RS) | 0,658 | 0,766 | 16,41% | 0,474 | 0,668 | 40,93% |
| Caraá (RS) | 0,508 | 0,652 | 28,35% | 0,292 | 0,505 | 72,95% |
| Cidreira (RS) | 0,640 | 0,729 | 13,91% | 0,481 | 0,625 | 29,94% |
| Dom Pedro de Alcântara (RS) | 0,572 | 0,691 | 20,80% | 0,409 | 0,577 | 41,08% |
| Imbé (RS) | 0,677 | 0,764 | 12,85% | 0,550 | 0,638 | 16,00% |
| Itati (RS) | 0,554 | 0,669 | 20,76% | 0,354 | 0,524 | 48,02% |
| Mampituba (RS) | 0,518 | 0,649 | 25,29% | 0,312 | 0,517 | 65,71% |
| Maquiné (RS) | 0,579 | 0,682 | 17,79% | 0,373 | 0,519 | 39,14% |
| Morrinhos do Sul (RS) | 0,593 | 0,711 | 19,90% | 0,475 | 0,593 | 24,84% |
| Mostardas (RS) | 0,571 | 0,664 | 16,29% | 0,372 | 0,493 | 32,53% |
| Osório (RS) | 0,671 | 0,751 | 11,92% | 0,513 | 0,646 | 25,93% |
| Palmares do Sul (RS) | 0,609 | 0,715 | 17,41% | 0,437 | 0,592 | 35,47% |
| Terra de Areia (RS) | 0,611 | 0,689 | 12,77% | 0,444 | 0,565 | 27,25% |
| Torres (RS) | 0,681 | 0,762 | 11,89% | 0,532 | 0,685 | 28,76% |
| Tramandaí (RS) | 0,633 | 0,719 | 13,59% | 0,450 | 0,606 | 34,67% |
| Três Cachoeiras (RS) | 0,638 | 0,718 | 12,54% | 0,489 | 0,606 | 23,93% |
| Três Forquilhas (RS) | 0,541 | 0,662 | 22,37% | 0,350 | 0,539 | 54,00% |
| Xangri-Lá (RS) | 0,642 | 0,735 | 14,49% | 0,477 | 0,630 | 32,08% |
| Corede Litoral | 0,610 | 0,710 | 16,31% | 0,438 | 0,590 | 34,75% |

Fonte: PNUD, 2013.

Na Tabela 23 os dados de 2010 do COREDE Médio Alto Uruguai, indicam que houve crescimento do desenvolvimento nas cidades que integram esse conselho. De acordo com o IDHM Educação, o município que mais cresceu de um período para o outro foi Rio dos Índios, passando de 0,309 para 0,545, alcançando com isso o médio desenvolvimento. Dentre os municípios que o integram o único que permaneceu em baixo desenvolvimento no indicador educação foi a cidade de Vicente Dutra. Já no IDHM o que obteve o melhor indicador foi a cidade de Frederico Westphalen e no caráter evolutivo o que mais se destacou foi o município de Pinheirinho do Vale com 33.96% de crescimento.

As características desse COREDE criado em 1991 são: área de 4.200,3 km² de extensão (2015), população de 149.935 habitantes (2015) em um total de 23 municípios, taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) de 9,42% e o coeficiente de mortalidade infantil de 11,62 (2013) por mil nascidos vivos (FEE, 2015). As informações sobre o IDHM e o IDHM Educação do presente COREDE são representadas na Tabela a 23:

TABELA 23 – COREDE Médio Alto Uruguai

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|----------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Alpestre (RS) | 0,524 | 0,671 | 28,05% | 0,332 | 0,543 | 63,55% |
| Ametista do Sul (RS) | 0,539 | 0,682 | 26,53% | 0,346 | 0,562 | 62,43% |
| Caiçara (RS) | 0,612 | 0,699 | 14,22% | 0,454 | 0,580 | 27,75% |
| Cristal do Sul (RS) | 0,516 | 0,660 | 27,91% | 0,362 | 0,542 | 49,72% |
| Dois Irmãos das Missões (RS) | 0,559 | 0,670 | 19,86% | 0,423 | 0,585 | 38,30% |
| Erval Seco (RS) | 0,538 | 0,685 | 27,32% | 0,360 | 0,589 | 63,61% |
| Frederico Westphalen (RS) | 0,683 | 0,760 | 11,27% | 0,569 | 0,688 | 20,91% |
| Gramado dos Loureiros (RS) | 0,573 | 0,685 | 19,55% | 0,442 | 0,584 | 32,13% |
| Iraí (RS) | 0,595 | 0,691 | 16,13% | 0,403 | 0,590 | 46,40% |
| Jaboticaba (RS) | 0,510 | 0,658 | 29,02% | 0,313 | 0,547 | 74,76% |
| Nonoai (RS) | 0,584 | 0,702 | 20,21% | 0,409 | 0,591 | 44,50% |
| Novo Tiradentes (RS) | 0,538 | 0,676 | 25,65% | 0,389 | 0,566 | 45,50% |
| Palmitinho (RS) | 0,615 | 0,720 | 17,07% | 0,474 | 0,632 | 33,33% |
| Pinhal (RS) | 0,628 | 0,720 | 14,65% | 0,446 | 0,624 | 39,91% |
| Pinheirinho do Vale (RS) | 0,530 | 0,710 | 33,96% | 0,345 | 0,607 | 75,94% |
| Planalto (RS) | 0,587 | 0,687 | 17,04% | 0,444 | 0,597 | 34,46% |
| Rio dos Índios (RS) | 0,512 | 0,656 | 28,13% | 0,309 | 0,545 | 76,38% |
| Rodeio Bonito (RS) | 0,642 | 0,732 | 14,02% | 0,501 | 0,636 | 26,95% |
| Seberi (RS) | 0,597 | 0,723 | 21,11% | 0,433 | 0,620 | 43,19% |
| Taquaruçu do Sul (RS) | 0,588 | 0,739 | 25,68% | 0,421 | 0,633 | 50,36% |
| Trindade do Sul (RS) | 0,561 | 0,687 | 22,46% | 0,405 | 0,610 | 50,62% |
| Vicente Dutra (RS) | 0,489 | 0,638 | 30,47% | 0,281 | 0,489 | 74,02% |
| Vista Alegre (RS) | 0,632 | 0,739 | 16,93% | 0,514 | 0,631 | 22,76% |
| Corede Médio Alto Uruguai | 0,572 | 0,695 | 21,58% | 0,408 | 0,591 | 44,97% |

Fonte: PNUD, 2013.

TABELA 24 - COREDE Metropolitano do Delta do Jacuí

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|--------------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Alvorada (RS) | 0,582 | 0,699 | 20,10% | 0,382 | 0,564 | 47,64% |
| Cachoeirinha (RS) | 0,672 | 0,757 | 12,65% | 0,529 | 0,675 | 27,60% |
| Eldorado do Sul (RS) | 0,620 | 0,717 | 15,65% | 0,469 | 0,609 | 29,85% |
| Glorinha (RS) | 0,587 | 0,714 | 21,64% | 0,370 | 0,593 | 60,27% |
| Gravataí (RS) | 0,661 | 0,736 | 11,35% | 0,500 | 0,636 | 27,20% |
| Guaíba (RS) | 0,654 | 0,730 | 11,62% | 0,515 | 0,639 | 24,08% |
| Porto Alegre (RS) | 0,744 | 0,805 | 8,20% | 0,612 | 0,702 | 14,71% |
| Santo Antônio da Patrulha (RS) | 0,620 | 0,717 | 15,65% | 0,474 | 0,594 | 25,32% |
| Triunfo (RS) | 0,628 | 0,733 | 16,72% | 0,465 | 0,629 | 35,27% |
| Viamão (RS) | 0,620 | 0,717 | 15,65% | 0,423 | 0,591 | 39,72% |
| Corede Met. do Delta do Jacuí | 0,639 | 0,733 | 14,67% | 0,474 | 0,623 | 31,50% |

Fonte: PNUD, 2013.

O COREDE representado na Tabela 24 foi criado em 1996 e possui 10 municípios. Esses por sua vez ocupam uma área total de 5.651,4 km² (2015) de extensão e possui 2.555.415 (2015) habitantes. Sua Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) representa 2,96% da população e o

coeficiente de mortalidade infantil representa 8,98 (2013) por mil nascidos vivos. (FEE, 2015).

Esse COREDE em especial possui a capital do estado, e apesar de Porto Alegre possuir o melhor indicador do IDHM Educação foi o que apresentou a menor variação de crescimento. O município que se destacou nesse quesito foi Glorinha apresentando 60,27% de evolução. No indicador do IDHM a capital se destacou, sendo o único município a alcançar o nível alto de desenvolvimento.

O COREDE Missões possui 25 municípios como representado abaixo:

TABELA 25 - COREDE Missões

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|--------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Bossoroca (RS) | 0,586 | 0,692 | 18,09% | 0,438 | 0,608 | 38,81% |
| Caibaté (RS) | 0,614 | 0,719 | 17,10% | 0,475 | 0,611 | 28,63% |
| Cerro Largo (RS) | 0,664 | 0,764 | 15,06% | 0,542 | 0,698 | 28,78% |
| Dezesseis de Novembro (RS) | 0,529 | 0,654 | 23,63% | 0,356 | 0,553 | 55,34% |
| Entre-Ijuís (RS) | 0,589 | 0,680 | 15,45% | 0,440 | 0,548 | 24,55% |
| Eugênio de Castro (RS) | 0,621 | 0,712 | 14,65% | 0,446 | 0,584 | 30,94% |
| Garruchos (RS) | 0,549 | 0,671 | 22,22% | 0,384 | 0,553 | 44,01% |
| Giruá (RS) | 0,626 | 0,721 | 15,18% | 0,498 | 0,629 | 26,31% |
| Guarani das Missões (RS) | 0,592 | 0,737 | 24,49% | 0,446 | 0,665 | 49,10% |
| Mato Queimado (RS) | 0,617 | 0,717 | 16,21% | 0,457 | 0,603 | 31,95% |
| Pirapó (RS) | 0,531 | 0,669 | 25,99% | 0,378 | 0,553 | 46,30% |
| Porto Xavier (RS) | 0,616 | 0,723 | 17,37% | 0,455 | 0,628 | 38,02% |
| Rolador (RS) | 0,583 | 0,689 | 18,18% | 0,423 | 0,579 | 36,88% |
| Roque Gonzales (RS) | 0,567 | 0,688 | 21,34% | 0,399 | 0,563 | 41,10% |
| Salvador das Missões (RS) | 0,655 | 0,753 | 14,96% | 0,567 | 0,706 | 24,51% |
| Santo Ângelo (RS) | 0,685 | 0,772 | 12,70% | 0,558 | 0,696 | 24,73% |
| Santo Antônio das Missões (RS) | 0,582 | 0,686 | 17,87% | 0,436 | 0,576 | 32,11% |
| São Luiz Gonzaga (RS) | 0,634 | 0,741 | 16,88% | 0,501 | 0,664 | 32,53% |
| São Miguel das Missões (RS) | 0,570 | 0,667 | 17,02% | 0,360 | 0,537 | 49,17% |
| São Nicolau (RS) | 0,517 | 0,645 | 24,76% | 0,343 | 0,523 | 52,48% |
| São Paulo das Missões (RS) | 0,567 | 0,692 | 22,05% | 0,413 | 0,584 | 41,40% |
| São Pedro do Butiá (RS) | 0,666 | 0,763 | 14,56% | 0,580 | 0,694 | 19,66% |
| Sete de Setembro (RS) | 0,532 | 0,683 | 28,38% | 0,350 | 0,577 | 64,86% |
| Ubiretama (RS) | 0,554 | 0,700 | 26,35% | 0,390 | 0,613 | 57,18% |
| Vitória das Missões (RS) | 0,556 | 0,655 | 17,81% | 0,410 | 0,526 | 28,29% |
| Corede Missões | 0,592 | 0,704 | 18,86% | 0,442 | 0,603 | 36,45% |

Fonte: PNUD, 2013.

No COREDE representado pela Tabela 25, o município com maior crescimento do IDHM Educação foi Sete de Setembro representando 64,86% de evolução, e a cidade que apresentou o melhor índice foi Salvador das Missões. Já no indicador de IDHM quem se destacou foi Santo Ângelo com o índice de 0,772. Comparando dois indicadores percebe-se que ambos obtiveram médio desenvolvimento, porém o IDHM Educação apresentou uma melhor evolução em

comparação com o IDHM. É importante evidenciar que essa região se caracteriza por possuir uma área de 12.855,5 km² (2015) de extensão e uma população total de 251.076 habitantes (2015). O coeficiente de mortalidade infantil do COREDE Missões se da por 5,99 (2013) por mil nascidos vivos, assim como o analfabetismo de pessoas com quinze anos ou mais, que representa uma taxa de 6,45% (2010) da população.

O COREDE Nordeste apresentou uma evolução no IDHM Educação, passando de baixo desenvolvimento, para médio. Conforme mostrasse abaixo:

TABELA 26 - COREDE Nordeste

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|-----------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Água Santa (RS) | 0,630 | 0,750 | 19,05% | 0,461 | 0,59 | 27,98% |
| Barracão (RS) | 0,566 | 0,710 | 25,44% | 0,350 | 0,568 | 62,29% |
| Cacique Doble (RS) | 0,576 | 0,662 | 14,93% | 0,437 | 0,528 | 20,82% |
| Capão Bonito do Sul (RS) | 0,531 | 0,637 | 19,96% | 0,323 | 0,507 | 56,97% |
| Caseiros (RS) | 0,590 | 0,703 | 19,15% | 0,452 | 0,600 | 32,74% |
| Ibiaçá (RS) | 0,677 | 0,739 | 9,16% | 0,480 | 0,593 | 23,54% |
| Ibiraiaras (RS) | 0,645 | 0,724 | 12,25% | 0,474 | 0,615 | 29,75% |
| Lagoa Vermelha (RS) | 0,650 | 0,738 | 13,54% | 0,506 | 0,620 | 22,53% |
| Machadinho (RS) | 0,571 | 0,692 | 21,19% | 0,396 | 0,577 | 45,71% |
| Maximiliano de Almeida (RS) | 0,562 | 0,699 | 24,38% | 0,405 | 0,591 | 45,93% |
| Paim Filho (RS) | 0,606 | 0,706 | 16,50% | 0,423 | 0,558 | 31,91% |
| Sananduva (RS) | 0,660 | 0,747 | 13,18% | 0,512 | 0,647 | 26,37% |
| Santa Cecília do Sul (RS) | 0,529 | 0,725 | 37,05% | 0,279 | 0,581 | 108,24% |
| Santo Expedito do Sul (RS) | 0,627 | 0,732 | 16,75% | 0,518 | 0,677 | 30,69% |
| São João da Urtiga (RS) | 0,572 | 0,694 | 21,33% | 0,395 | 0,575 | 45,57% |
| São José do Ouro (RS) | 0,653 | 0,755 | 15,62% | 0,546 | 0,669 | 22,53% |
| Tapejara (RS) | 0,660 | 0,760 | 15,15% | 0,526 | 0,688 | 30,80% |
| Tupanci do Sul (RS) | 0,570 | 0,694 | 21,75% | 0,387 | 0,595 | 53,75% |
| Vila Lângaro (RS) | 0,616 | 0,705 | 14,45% | 0,464 | 0,551 | 18,75% |
| Corede Nordeste | 0,605 | 0,714 | 18,11% | 0,439 | 0,596 | 35,95% |

Fonte: PNUD, 2013.

Das cidades representadas na Tabela 26 do COREDE Nordeste, a que apresentou a maior evolução do IDHM Educação no período delimitado foi Santa Cecília do Sul com 108,24% de crescimento e a que possui o maior valor em 2010 foi Tapejara para ambos os indicadores.

Vale considerar que o COREDE Nordeste possui 19 municípios, foi criado em 1991 e abrange uma área de 6.275,6 km² de extensão (2015) com uma população de 134.044 habitantes (2015). Sua Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) representa 6,86% da população e o coeficiente de mortalidade infantil representa 11,60 (2013) por mil nascidos vivos (FEE, 2015).

No COREDE da Tabela 27 pôde-se observar que no indicador IDHM Educação todos os municípios que se encontram em baixo desenvolvimento em 2000 passaram para médio desenvolvimento em 2010. A cidade que apresentou maior evolução nesse índice foi Nova Ramada e a que apresentou melhor indicador foi Ijuí. Esses dados podem ser comprovados na tabela abaixo:

TABELA 27 - COREDE Nordeste Colonial

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|---------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Ajuricaba (RS) | 0,646 | 0,753 | 16,56% | 0,513 | 0,658 | 28,27% |
| Augusto Pestana (RS) | 0,635 | 0,743 | 17,01% | 0,480 | 0,621 | 29,38% |
| Bozano (RS) | 0,615 | 0,745 | 21,14% | 0,427 | 0,628 | 47,07% |
| Catuípe (RS) | 0,635 | 0,739 | 16,38% | 0,459 | 0,627 | 36,60% |
| Condor (RS) | 0,609 | 0,747 | 22,66% | 0,436 | 0,666 | 52,75% |
| Coronel Barros (RS) | 0,612 | 0,744 | 21,57% | 0,441 | 0,610 | 38,32% |
| Ijuí (RS) | 0,683 | 0,781 | 14,35% | 0,548 | 0,707 | 29,01% |
| Jóia (RS) | 0,587 | 0,686 | 16,87% | 0,422 | 0,572 | 35,55% |
| Nova Ramada (RS) | 0,576 | 0,742 | 28,82% | 0,381 | 0,642 | 68,50% |
| Panambi (RS) | 0,688 | 0,761 | 10,61% | 0,559 | 0,691 | 23,61% |
| Pejuçara (RS) | 0,650 | 0,741 | 14,00% | 0,522 | 0,648 | 24,14% |
| Corede Nordeste Colonial | 0,631 | 0,744 | 17,96% | 0,472 | 0,643 | 36,28% |

Fonte: PNUD, 2013.

O COREDE Nordeste Colonial criado em 1991 se caracteriza por possuir 11 municípios os quais se encontram em uma área de 5.168,0 km² de extensão (2015) com uma população de 177.668 habitantes (2015). Sua Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais representa 4,23% (2010) da população e o coeficiente de mortalidade infantil representa 10,67 (2013) por mil nascidos vivos (FEE, 2015).

Das cidades representadas na tabela 28 a que mostrou o melhor indicador do IDHM Educação foi Ipiranga do Sul e a que apresentou a maior variação de 2000 para 2010 com crescimento de 114,85% foi Benjamin Constant do Sul. Embora o COREDE Norte tenha obtido um médio desenvolvimento em ambos indicadores, no composto do IDHM Educação ainda se apontou três municípios em 2010 com baixo desenvolvimento. Porém vinte e uma cidades mudaram de patamar de um período para o outro, alcançado com isso o médio desenvolvimento.

Esse COREDE foi criado em 1991 e abrange uma área de 6.364,2 km² de extensão (2015) e uma população de 227.833 habitantes (2015). Sua Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) representa 4,91% da

população e o coeficiente de mortalidade infantil representa 8,26 (2013) por mil nascidos vivos. (FEE, 2015).

Os dados analisados sobre o COREDE Norte, o qual é composto por 32 municípios podem ser observados na tabela abaixo:

TABELA 28 - COREDE Norte

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|-------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Aratiba (RS) | 0,615 | 0,772 | 25,53% | 0,457 | 0,670 | 46,61% |
| Áurea (RS) | 0,582 | 0,707 | 21,48% | 0,431 | 0,588 | 36,43% |
| Barão de Cotegipe (RS) | 0,633 | 0,719 | 13,59% | 0,511 | 0,593 | 16,05% |
| Barra do Rio Azul (RS) | 0,561 | 0,723 | 28,88% | 0,355 | 0,638 | 79,72% |
| Benjamin Constant do Sul (RS) | 0,450 | 0,619 | 37,56% | 0,229 | 0,492 | 114,85% |
| Campinas do Sul (RS) | 0,665 | 0,760 | 14,29% | 0,545 | 0,691 | 26,79% |
| Carlos Gomes (RS) | 0,596 | 0,739 | 23,99% | 0,404 | 0,622 | 53,96% |
| Centenário (RS) | 0,545 | 0,701 | 28,62% | 0,367 | 0,569 | 55,04% |
| Charrua (RS) | 0,501 | 0,620 | 23,75% | 0,249 | 0,385 | 54,62% |
| Cruzaltense (RS) | 0,582 | 0,719 | 23,54% | 0,397 | 0,605 | 52,39% |
| Entre Rios do Sul (RS) | 0,595 | 0,703 | 18,15% | 0,415 | 0,572 | 37,83% |
| Erebango (RS) | 0,606 | 0,712 | 17,49% | 0,465 | 0,626 | 34,62% |
| Erechim (RS) | 0,696 | 0,776 | 11,49% | 0,570 | 0,716 | 25,61% |
| Erval Grande (RS) | 0,560 | 0,681 | 21,61% | 0,335 | 0,501 | 49,55% |
| Estação (RS) | 0,662 | 0,753 | 13,75% | 0,558 | 0,674 | 20,79% |
| Faxinalzinho (RS) | 0,574 | 0,666 | 16,03% | 0,394 | 0,571 | 44,92% |
| Florianópolis (RS) | 0,532 | 0,663 | 24,62% | 0,328 | 0,486 | 48,17% |
| Gaurama (RS) | 0,662 | 0,738 | 11,48% | 0,511 | 0,643 | 25,83% |
| Getúlio Vargas (RS) | 0,665 | 0,746 | 12,18% | 0,547 | 0,658 | 20,29% |
| Ipiranga do Sul (RS) | 0,673 | 0,791 | 17,53% | 0,514 | 0,698 | 35,80% |
| Itatiba do Sul (RS) | 0,533 | 0,681 | 27,77% | 0,328 | 0,567 | 72,87% |
| Jacutinga (RS) | 0,620 | 0,726 | 17,10% | 0,474 | 0,636 | 34,18% |
| Marcelino Ramos (RS) | 0,631 | 0,724 | 14,74% | 0,478 | 0,618 | 29,29% |
| Mariano Moro (RS) | 0,656 | 0,730 | 11,28% | 0,497 | 0,604 | 21,53% |
| Paulo Bento (RS) | 0,608 | 0,710 | 16,78% | 0,451 | 0,571 | 26,61% |
| Ponte Preta (RS) | 0,560 | 0,725 | 29,46% | 0,380 | 0,600 | 57,89% |
| Quatro Irmãos (RS) | 0,504 | 0,689 | 36,71% | 0,307 | 0,565 | 84,04% |
| São Valentim (RS) | 0,544 | 0,720 | 32,35% | 0,342 | 0,612 | 78,95% |
| Sertão (RS) | 0,684 | 0,751 | 9,80% | 0,571 | 0,678 | 18,74% |
| Severiano de Almeida (RS) | 0,633 | 0,752 | 18,80% | 0,475 | 0,670 | 41,05% |
| Três Arroios (RS) | 0,637 | 0,791 | 24,18% | 0,473 | 0,689 | 45,67% |
| Viadutos (RS) | 0,567 | 0,702 | 23,81% | 0,355 | 0,561 | 58,03% |
| Corede Norte | 0,598 | 0,719 | 20,26% | 0,429 | 0,605 | 41,25% |

Fonte: PNUD, 2013.

No COREDE Paranhana-Encosta da Serra, o município que apresentou o melhor desempenho nos dois índices foi Presidente Lucena e o que apresentou a melhor variação foi Lindolfo Collor. No indicador IDHM Educação no ano de 2000 todos os municípios se encontravam em baixo desenvolvimento, contudo em 2010

todas as cidades conseguiram evoluir e atingir o médio desenvolvimento. Esses dados encontram-se na tabela abaixo:

TABELA 29 - COREDE Paranhana- Encosta da Serra

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|---|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Igrejinha (RS) | 0,603 | 0,721 | 19,57% | 0,403 | 0,571 | 41,69% |
| Lindolfo Collor (RS) | 0,540 | 0,712 | 31,85% | 0,325 | 0,601 | 84,92% |
| Morro Reuter (RS) | 0,656 | 0,743 | 13,26% | 0,491 | 0,653 | 32,99% |
| Parobé (RS) | 0,600 | 0,704 | 17,33% | 0,400 | 0,562 | 40,50% |
| Presidente Lucena (RS) | 0,621 | 0,757 | 21,90% | 0,409 | 0,674 | 64,79% |
| Riozinho (RS) | 0,568 | 0,661 | 16,37% | 0,341 | 0,472 | 38,42% |
| Rolante (RS) | 0,595 | 0,688 | 15,63% | 0,418 | 0,553 | 32,30% |
| Santa Maria do Herval (RS) | 0,598 | 0,676 | 13,04% | 0,419 | 0,510 | 21,72% |
| Taquara (RS) | 0,651 | 0,727 | 11,67% | 0,463 | 0,579 | 25,05% |
| Três Coroas (RS) | 0,610 | 0,710 | 16,39% | 0,435 | 0,584 | 34,25% |
| Cor. Paranhana- Encosta da Serra | 0,604 | 0,710 | 17,49% | 0,410 | 0,576 | 40,33% |

Fonte: PNUD, 2013.

O presente COREDE representado na Tabela 29 foi criado em 1993 e abrange uma área de 1.732,8 km² de extensão (2015) e uma população de 217.912 habitantes (2015). Sua Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) representa 4,31% da população e o coeficiente de mortalidade infantil representa 11,26 (2013) por mil nascidos vivos. (FEE, 2015).

TABELA 30 - COREDE Rio da Várzea

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|-----------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Barra Funda (RS) | 0,666 | 0,763 | 14,56% | 0,590 | 0,710 | 20,34% |
| Boa Vista das Missões (RS) | 0,605 | 0,676 | 11,74% | 0,437 | 0,561 | 28,38% |
| Cerro Grande (RS) | 0,557 | 0,674 | 21,01% | 0,430 | 0,563 | 30,93% |
| Constantina (RS) | 0,630 | 0,754 | 19,68% | 0,461 | 0,668 | 44,90% |
| Engenho Velho (RS) | 0,533 | 0,717 | 34,52% | 0,340 | 0,611 | 79,71% |
| Lajeado do Bugre (RS) | 0,504 | 0,613 | 21,63% | 0,304 | 0,465 | 52,96% |
| Liberato Salzano (RS) | 0,521 | 0,685 | 31,48% | 0,334 | 0,583 | 74,55% |
| Novo Barreiro (RS) | 0,552 | 0,706 | 27,90% | 0,397 | 0,594 | 49,62% |
| Novo Xingu (RS) | 0,585 | 0,767 | 31,11% | 0,408 | 0,708 | 73,53% |
| Palmeira das Missões (RS) | 0,635 | 0,737 | 16,06% | 0,478 | 0,667 | 39,54% |
| Ronda Alta (RS) | 0,619 | 0,724 | 16,96% | 0,455 | 0,600 | 31,87% |
| Rondinha (RS) | 0,650 | 0,764 | 17,54% | 0,506 | 0,678 | 33,99% |
| Sagrada Família (RS) | 0,541 | 0,678 | 25,32% | 0,378 | 0,596 | 57,67% |
| São José das Missões (RS) | 0,540 | 0,651 | 20,56% | 0,356 | 0,542 | 52,25% |
| São Pedro das Missões (RS) | 0,471 | 0,664 | 40,98% | 0,290 | 0,566 | 95,17% |
| Sarandi (RS) | 0,677 | 0,777 | 14,77% | 0,549 | 0,705 | 28,42% |
| Três Palmeiras (RS) | 0,594 | 0,703 | 18,35% | 0,405 | 0,560 | 38,27% |
| Corede Rio da Várzea | 0,581 | 0,709 | 21,99% | 0,419 | 0,610 | 45,79% |

Fonte: PNUD, 2013.

Das cidades que integram o COREDE Rio da Várzea, representado pela Tabela 30, o melhor resultado de 2010 do IDHM Educação foi obtido por Barra Funda e a cidade que apresentou maior evolução neste indicador de um período para outro foi São Pedro das Missões. Ainda observasse que o único município que não alcançou o nível médio de desenvolvimento no indicador educação foi o Lajeado do Bugre.

Como informações características o COREDE Rio da Várzea criado em 2006, possui 17 municípios em uma área de 4.907,8 km² de extensão (2015) com uma população de 134.081 habitantes (2015). Sua taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) representa 8,40% da população e o coeficiente de mortalidade infantil representa 16,13 (2013) por mil nascidos vivos (FEE, 2015).

TABELA 31 - COREDE Produção

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|---------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Almirante Tamandaré do Sul (RS) | 0,601 | 0,74 | 23,13% | 0,447 | 0,669 | 49,66% |
| Camargo (RS) | 0,661 | 0,736 | 11,35% | 0,530 | 0,612 | 15,47% |
| Carazinho (RS) | 0,678 | 0,766 | 12,98% | 0,583 | 0,707 | 21,27% |
| Casca (RS) | 0,688 | 0,785 | 14,10% | 0,545 | 0,733 | 34,50% |
| Chapada (RS) | 0,642 | 0,757 | 17,91% | 0,521 | 0,679 | 30,33% |
| Ciriaco (RS) | 0,595 | 0,719 | 20,84% | 0,414 | 0,600 | 44,93% |
| Coqueiros do Sul (RS) | 0,601 | 0,746 | 24,13% | 0,463 | 0,614 | 32,61% |
| Coxilha (RS) | 0,594 | 0,706 | 18,86% | 0,435 | 0,586 | 34,71% |
| David Canabarro (RS) | 0,629 | 0,762 | 21,14% | 0,473 | 0,688 | 45,45% |
| Ernestina (RS) | 0,642 | 0,716 | 11,53% | 0,507 | 0,612 | 20,71% |
| Gentil (RS) | 0,628 | 0,733 | 16,72% | 0,480 | 0,643 | 33,96% |
| Marau (RS) | 0,678 | 0,774 | 14,16% | 0,541 | 0,699 | 29,21% |
| Mato Castelhano (RS) | 0,665 | 0,727 | 9,32% | 0,579 | 0,608 | 5,01% |
| Muliterno (RS) | 0,598 | 0,689 | 15,22% | 0,471 | 0,547 | 16,14% |
| Nova Alvorada (RS) | 0,566 | 0,740 | 30,74% | 0,361 | 0,634 | 75,62% |
| Nova Boa Vista (RS) | 0,640 | 0,768 | 20,00% | 0,526 | 0,708 | 34,60% |
| Passo Fundo (RS) | 0,701 | 0,776 | 10,70% | 0,580 | 0,699 | 20,52% |
| Pontão (RS) | 0,585 | 0,725 | 23,93% | 0,401 | 0,623 | 55,36% |
| Santo Antônio do Palma (RS) | 0,667 | 0,764 | 14,54% | 0,503 | 0,665 | 32,21% |
| Santo Antônio do Planalto (RS) | 0,693 | 0,759 | 9,52% | 0,605 | 0,705 | 16,53% |
| São Domingos do Sul (RS) | 0,690 | 0,763 | 10,58% | 0,570 | 0,680 | 19,30% |
| Vanini (RS) | 0,673 | 0,757 | 12,48% | 0,606 | 0,704 | 16,17% |
| Vila Maria (RS) | 0,662 | 0,761 | 14,95% | 0,495 | 0,664 | 34,14% |
| Corede Produção | 0,642 | 0,746 | 16,19% | 0,506 | 0,656 | 29,59% |

Fonte: PNUD, 2013.

Os resultados do COREDE Produção apontam que o município que possuiu maior variação de um período para o outro no indicador IDHM Educação foi Pontão com 55,36% de evolução. Já o que apresentou melhor indicador no ano de 2010 foi o município de Casca. Ambos os indicadores apresentaram médio desenvolvimento no último ano analisado.

Esse COREDE, representado na Tabela 31, foi criado em 1991 e abrange uma área de 6.002,7 km² de extensão (2015) e uma população de 358.923 habitantes (2015) em suas 23 cidades. Sua Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) representa 4,02% da população e o coeficiente de mortalidade infantil representa 12,74 (2013) por mil nascidos vivos. (FEE, 2015).

TABELA 32 - COREDE Serra

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|----------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Antônio Prado (RS) | 0,683 | 0,758 | 10,98% | 0,558 | 0,671 | 20,25% |
| Bento Gonçalves (RS) | 0,712 | 0,778 | 9,27% | 0,569 | 0,695 | 22,14% |
| Boa Vista do Sul (RS) | 0,655 | 0,728 | 11,15% | 0,448 | 0,587 | 31,03% |
| Carlos Barbosa (RS) | 0,724 | 0,796 | 9,94% | 0,612 | 0,724 | 18,30% |
| Caxias do Sul (RS) | 0,705 | 0,782 | 10,92% | 0,556 | 0,686 | 23,38% |
| Coronel Pilar (RS) | 0,602 | 0,727 | 20,76% | 0,377 | 0,600 | 59,15% |
| Cotiporã (RS) | 0,645 | 0,741 | 14,88% | 0,466 | 0,636 | 36,48% |
| Fagundes Varela (RS) | 0,633 | 0,763 | 20,54% | 0,438 | 0,674 | 53,88% |
| Farroupilha (RS) | 0,691 | 0,777 | 12,45% | 0,543 | 0,696 | 28,18% |
| Flores da Cunha (RS) | 0,674 | 0,754 | 11,87% | 0,477 | 0,642 | 34,59% |
| Garibaldi (RS) | 0,712 | 0,786 | 10,39% | 0,579 | 0,688 | 18,83% |
| Guabiju (RS) | 0,674 | 0,758 | 12,46% | 0,547 | 0,612 | 11,88% |
| Guaporé (RS) | 0,670 | 0,765 | 14,18% | 0,516 | 0,685 | 32,75% |
| Montauri (RS) | 0,608 | 0,764 | 25,66% | 0,383 | 0,662 | 72,85% |
| Monte Belo do Sul (RS) | 0,629 | 0,752 | 19,55% | 0,432 | 0,663 | 53,47% |
| Nova Araçá (RS) | 0,732 | 0,785 | 7,24% | 0,605 | 0,722 | 19,34% |
| Nova Bassano (RS) | 0,674 | 0,747 | 10,83% | 0,508 | 0,632 | 24,41% |
| Nova Pádua (RS) | 0,688 | 0,761 | 10,61% | 0,498 | 0,678 | 36,14% |
| Nova Prata (RS) | 0,689 | 0,766 | 11,18% | 0,550 | 0,686 | 24,73% |
| Nova Roma do Sul (RS) | 0,677 | 0,741 | 9,45% | 0,533 | 0,602 | 12,95% |
| Paráí (RS) | 0,678 | 0,773 | 14,01% | 0,521 | 0,679 | 30,33% |
| Protásio Alves (RS) | 0,636 | 0,733 | 15,25% | 0,433 | 0,609 | 40,65% |
| Santa Tereza (RS) | 0,611 | 0,746 | 22,09% | 0,392 | 0,637 | 62,50% |
| São Jorge (RS) | 0,629 | 0,732 | 16,38% | 0,494 | 0,617 | 24,90% |
| São Marcos (RS) | 0,695 | 0,768 | 10,50% | 0,551 | 0,683 | 23,96% |
| São Valentim do Sul (RS) | 0,671 | 0,764 | 13,86% | 0,505 | 0,677 | 34,06% |
| Serafina Corrêa (RS) | 0,678 | 0,760 | 12,09% | 0,531 | 0,690 | 29,94% |
| União da Serra (RS) | 0,664 | 0,733 | 10,39% | 0,495 | 0,587 | 18,59% |
| Veranópolis (RS) | 0,702 | 0,773 | 10,11% | 0,554 | 0,692 | 24,91% |
| Vila Flores (RS) | 0,621 | 0,742 | 19,48% | 0,452 | 0,650 | 43,81% |
| Vista Alegre do Prata (RS) | 0,689 | 0,780 | 13,21% | 0,564 | 0,692 | 22,70% |
| Corede Serra | 0,669 | 0,759 | 13,41% | 0,506 | 0,660 | 30,39% |

Fonte: PNUD, 2013.

No COREDE Serra apresentado na Tabela 32, o município que mais se destacou pela evolução entre 2000 e 2010 no IDHM Educação foi Montauri, e o que apresentou o melhor indicador no ano de 2010 foi a cidade de Carlos Barbosa. Ambos os indicadores se encontram em 2010 em médio desenvolvimento, porém o indicador de educação evolui mais do que o dobro em comparação com o IDHM.

Vale considerar que o COREDE Serra possui 31 municípios, foi criado em 1991 e abrange uma área de 6.947,5 km² de extensão (2015) com uma população de 938.833 habitantes (2015). Sua Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) representa 2,66% da população e o coeficiente de mortalidade infantil representa 12,29 (2013) por mil nascidos vivos (FEE, 2015).

TABELA 33 - COREDE Sul

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Amaral Ferrador (RS) | 0,507 | 0,624 | 23,08% | 0,274 | 0,457 | 66,79% |
| Arroio do Padre (RS) | 0,560 | 0,669 | 19,46% | 0,348 | 0,461 | 32,47% |
| Arroio Grande (RS) | 0,588 | 0,657 | 11,73% | 0,422 | 0,522 | 23,70% |
| Canguçu (RS) | 0,516 | 0,650 | 25,97% | 0,294 | 0,491 | 67,01% |
| Capão do Leão (RS) | 0,542 | 0,637 | 17,53% | 0,348 | 0,480 | 37,93% |
| Cerrito (RS) | 0,574 | 0,649 | 13,07% | 0,413 | 0,504 | 22,03% |
| Chuí (RS) | 0,654 | 0,706 | 7,95% | 0,523 | 0,658 | 25,81% |
| Herval (RS) | 0,548 | 0,687 | 25,36% | 0,348 | 0,527 | 51,44% |
| Jaguarão (RS) | 0,620 | 0,707 | 14,03% | 0,458 | 0,608 | 32,75% |
| Morro Redondo (RS) | 0,572 | 0,702 | 22,73% | 0,355 | 0,557 | 56,90% |
| Pedras Altas (RS) | 0,482 | 0,640 | 32,78% | 0,256 | 0,493 | 92,58% |
| Pedro Osório (RS) | 0,595 | 0,678 | 13,95% | 0,419 | 0,551 | 31,50% |
| Pelotas (RS) | 0,660 | 0,739 | 11,97% | 0,506 | 0,632 | 24,90% |
| Pinheiro Machado (RS) | 0,584 | 0,661 | 13,18% | 0,394 | 0,499 | 26,65% |
| Piratini (RS) | 0,550 | 0,658 | 19,64% | 0,350 | 0,517 | 47,71% |
| Rio Grande (RS) | 0,652 | 0,744 | 14,11% | 0,491 | 0,637 | 29,74% |
| Santa Vitória do Palmar (RS) | 0,626 | 0,712 | 13,74% | 0,474 | 0,591 | 24,68% |
| Santana da Boa Vista (RS) | 0,553 | 0,633 | 14,47% | 0,376 | 0,503 | 33,78% |
| São José do Norte (RS) | 0,481 | 0,623 | 29,52% | 0,266 | 0,461 | 73,31% |
| São Lourenço do Sul (RS) | 0,589 | 0,687 | 16,64% | 0,396 | 0,528 | 33,33% |
| Tavares (RS) | 0,543 | 0,656 | 20,81% | 0,315 | 0,492 | 56,19% |
| Turuçu (RS) | 0,528 | 0,629 | 19,13% | 0,333 | 0,446 | 33,93% |
| Corede Sul | 0,569 | 0,670 | 17,76% | 0,380 | 0,528 | 38,95% |

Fonte: PNUD, 2013.

Das cidades representadas pelo COREDE Sul a que mostrou o melhor indicador do IDHM Educação foi Chuí e a que apresentou a maior variação de um período para o outro com crescimento de 92,58% foi Pedras Altas.

Embora esse COREDE tenha alcançado médio desenvolvimento em ambos os indicadores, no IDHM Educação em 2010 ainda possuía 9 municípios em baixo desenvolvimento, o que o difere do IDHM para o mesmo ano.

O presente COREDE que foi criado em 1991, possui 22 cidades as quais abrangem uma área total de 34.938,2 km² de extensão (2015) e uma população de 878.344 habitantes (2015). Sua Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) representa 5,99% da população e o coeficiente de mortalidade infantil representa 11,69 (2013) por mil nascidos vivos (FEE, 2015).

TABELA 34 - COREDE Vale do Caí

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|----------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Alto Feliz (RS) | 0,640 | 0,734 | 14,69% | 0,468 | 0,603 | 28,85% |
| Barão (RS) | 0,622 | 0,748 | 20,26% | 0,445 | 0,652 | 46,52% |
| Bom Princípio (RS) | 0,670 | 0,746 | 11,34% | 0,535 | 0,661 | 23,55% |
| Brochier (RS) | 0,566 | 0,699 | 23,50% | 0,340 | 0,554 | 62,94% |
| Capela de Santana (RS) | 0,534 | 0,661 | 23,78% | 0,311 | 0,525 | 68,81% |
| Feliz (RS) | 0,659 | 0,750 | 13,81% | 0,504 | 0,658 | 30,56% |
| Harmonia (RS) | 0,663 | 0,749 | 12,97% | 0,498 | 0,668 | 34,14% |
| Linha Nova (RS) | 0,611 | 0,749 | 22,59% | 0,459 | 0,662 | 44,23% |
| Maratá (RS) | 0,591 | 0,697 | 17,94% | 0,390 | 0,540 | 38,46% |
| Montenegro (RS) | 0,668 | 0,755 | 13,02% | 0,491 | 0,654 | 33,20% |
| Parei Novo (RS) | 0,660 | 0,749 | 13,48% | 0,499 | 0,668 | 33,87% |
| Salvador do Sul (RS) | 0,665 | 0,740 | 11,28% | 0,503 | 0,641 | 27,44% |
| São José do Hortêncio (RS) | 0,624 | 0,707 | 13,30% | 0,470 | 0,597 | 27,02% |
| São José do Sul (RS) | 0,576 | 0,725 | 25,87% | 0,356 | 0,590 | 65,73% |
| São Pedro da Serra (RS) | 0,639 | 0,739 | 15,65% | 0,477 | 0,634 | 32,91% |
| São Sebastião do Caí (RS) | 0,662 | 0,739 | 11,63% | 0,483 | 0,646 | 33,75% |
| São Vendelino (RS) | 0,655 | 0,754 | 15,11% | 0,488 | 0,677 | 38,73% |
| Tupandi (RS) | 0,654 | 0,718 | 9,79% | 0,506 | 0,597 | 17,98% |
| Vale Real (RS) | 0,604 | 0,737 | 22,02% | 0,424 | 0,636 | 50,00% |
| Corede Vale do Caí | 0,630 | 0,731 | 16,16% | 0,455 | 0,624 | 37,19% |

Fonte: PNUD, 2013.

Na análise feita para o COREDE Vale do Caí o indicador que mais se destacou no IDHM Educação foi a cidade de São Vendelino e o que apresentou maior variação de 2000 para 2010 foi Capela de Santana com uma evolução de 68,81% de crescimento. Todos os municípios de ambos os índices apresentaram médio crescimento de um período para o outro.

Esse COREDE representado na Tabela 34 possui 19 cidades e foi criado no ano de 1992. Ele abrange uma área total de 1.854,4 km² de extensão (2015) e uma população de 183.721 habitantes (2015). Sua Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) representa 3,06% da população e o coeficiente de mortalidade infantil representa 12,69 (2013) por mil nascidos vivos. (FEE, 2015).

De acordo com a Tabela 35, o COREDE de Vale do Jaguarí apresentou crescimento nos dois indicadores, sendo que Nova Esperança do Sul foi o município que indicou maior evolução do IDHM Educação de um período para outro. Já no quesito de melhor indicador a cidade de Santiago apresentou o melhor desempenho nos dois índices no ano de 2010.

Esse COREDE foi criado em 2008 e abrange uma área de 11.254,1 km² de extensão (2015) e uma população de 116.976 habitantes (2015) em suas 9 cidades. Sua taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) representa

6,25% da população e o coeficiente de mortalidade infantil representa 10,37 (2013) por mil nascidos vivos. (FEE, 2015). Os dados sobre IDHM e IDHM Educação podem ser verificados na tabela a seguir:

TABELA 35 - COREDE Vale do Jaguarí

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|-------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Cacequi (RS) | 0,580 | 0,700 | 20,69% | 0,433 | 0,626 | 44,57% |
| Capão do Cipó (RS) | 0,561 | 0,672 | 19,79% | 0,354 | 0,552 | 55,93% |
| Jaguari (RS) | 0,601 | 0,712 | 18,47% | 0,420 | 0,567 | 35,00% |
| Mata (RS) | 0,551 | 0,656 | 19,06% | 0,371 | 0,529 | 42,59% |
| Nova Esperança do Sul (RS) | 0,593 | 0,735 | 23,95% | 0,414 | 0,647 | 56,28% |
| Santiago (RS) | 0,696 | 0,766 | 10,06% | 0,583 | 0,682 | 16,98% |
| São Francisco de Assis (RS) | 0,558 | 0,675 | 20,97% | 0,367 | 0,552 | 50,41% |
| São Vicente do Sul (RS) | 0,589 | 0,685 | 16,30% | 0,384 | 0,553 | 44,01% |
| Unistalda (RS) | 0,552 | 0,649 | 17,57% | 0,389 | 0,542 | 39,33% |
| Corede Vale do Jaguarí | 0,587 | 0,694 | 18,35% | 0,413 | 0,583 | 41,32% |

Fonte: PNUD, 2013.

O COREDE Vale do Rio dos Sinos, apresentado na Tabela 36, obteve como destaque no IDHM Educação o município de Sapiranga, o qual apresentou evolução de 51,39% de crescimento de um período para o outro. Na análise dos indicadores foi observado que ambos os índices atingiram o médio desenvolvimento em 2010, sendo a cidade de Ivoti a que apresentou o melhor desempenho para o IDHM e o IDHM Educação.

TABELA 36 - COREDE Vale do Rio dos Sinos

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|-------------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Araricá (RS) | 0,565 | 0,679 | 20,18% | 0,367 | 0,547 | 49,05% |
| Campo Bom (RS) | 0,669 | 0,745 | 11,36% | 0,504 | 0,643 | 27,58% |
| Canoas (RS) | 0,665 | 0,750 | 12,78% | 0,500 | 0,636 | 27,20% |
| Dois Irmãos (RS) | 0,676 | 0,743 | 9,91% | 0,522 | 0,633 | 21,26% |
| Estância Velha (RS) | 0,674 | 0,757 | 12,31% | 0,510 | 0,652 | 27,84% |
| Esteio (RS) | 0,693 | 0,754 | 8,80% | 0,560 | 0,662 | 18,21% |
| Ivoti (RS) | 0,697 | 0,784 | 12,48% | 0,552 | 0,729 | 32,07% |
| Nova Hartz (RS) | 0,578 | 0,689 | 19,20% | 0,374 | 0,563 | 50,53% |
| Nova Santa Rita (RS) | 0,609 | 0,718 | 17,90% | 0,435 | 0,606 | 39,31% |
| Novo Hamburgo (RS) | 0,671 | 0,747 | 11,33% | 0,499 | 0,629 | 26,05% |
| Portão (RS) | 0,618 | 0,713 | 15,37% | 0,427 | 0,584 | 36,77% |
| São Leopoldo (RS) | 0,656 | 0,739 | 12,65% | 0,482 | 0,612 | 26,97% |
| Sapiranga (RS) | 0,597 | 0,711 | 19,10% | 0,395 | 0,598 | 51,39% |
| Sapucaia do Sul (RS) | 0,633 | 0,726 | 14,69% | 0,474 | 0,624 | 31,65% |
| Corede Vale do Rio dos Sinos | 0,643 | 0,733 | 13,93% | 0,472 | 0,623 | 32,07% |

Fonte: PNUD, 2013.

Vale ressaltar que o COREDE Rio dos Sinos possui 14 municípios, foi criado em 1994 e abrange uma área de 1.398,5 km² de extensão (2015) com uma população de 1.375.145 habitantes (2015). Sua Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) representa 3,10% da população e o coeficiente de mortalidade infantil representa 9,82 (2013) por mil nascidos vivos (FEE, 2015).

TABELA 37 - COREDE Vale do Rio Pardo

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|---------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Arroio do Tigre (RS) | 0,568 | 0,707 | 24,47% | 0,382 | 0,589 | 54,19% |
| Boqueirão do Leão (RS) | 0,563 | 0,700 | 24,33% | 0,355 | 0,562 | 58,31% |
| Candelária (RS) | 0,561 | 0,674 | 20,14% | 0,355 | 0,521 | 46,76% |
| Encruzilhada do Sul (RS) | 0,551 | 0,657 | 19,24% | 0,332 | 0,478 | 43,98% |
| Estrela Velha (RS) | 0,535 | 0,679 | 26,92% | 0,306 | 0,560 | 83,01% |
| General Câmara (RS) | 0,619 | 0,686 | 10,82% | 0,454 | 0,552 | 21,59% |
| Herveiras (RS) | 0,441 | 0,616 | 39,68% | 0,191 | 0,441 | 130,89% |
| Ibarama (RS) | 0,528 | 0,652 | 23,48% | 0,335 | 0,511 | 52,54% |
| Lagoa Bonita do Sul (RS) | 0,533 | 0,670 | 25,70% | 0,333 | 0,539 | 61,86% |
| Mato Leitão (RS) | 0,623 | 0,746 | 19,74% | 0,493 | 0,676 | 37,12% |
| Pantano Grande (RS) | 0,589 | 0,661 | 12,22% | 0,436 | 0,524 | 20,18% |
| Passa Sete (RS) | 0,503 | 0,622 | 23,66% | 0,310 | 0,482 | 55,48% |
| Passo do Sobrado (RS) | 0,601 | 0,698 | 16,14% | 0,397 | 0,551 | 38,79% |
| Rio Pardo (RS) | 0,609 | 0,693 | 13,79% | 0,435 | 0,560 | 28,74% |
| Santa Cruz do Sul (RS) | 0,682 | 0,773 | 13,34% | 0,529 | 0,693 | 31,00% |
| Segredo (RS) | 0,530 | 0,659 | 24,34% | 0,357 | 0,525 | 47,06% |
| Sinimbu (RS) | 0,513 | 0,631 | 23,00% | 0,289 | 0,456 | 57,79% |
| Sobradinho (RS) | 0,650 | 0,743 | 14,31% | 0,532 | 0,647 | 21,62% |
| Tunas (RS) | 0,484 | 0,657 | 35,74% | 0,288 | 0,541 | 87,85% |
| Vale do Sol (RS) | 0,496 | 0,624 | 25,81% | 0,261 | 0,439 | 68,20% |
| Vale Verde (RS) | 0,549 | 0,646 | 17,67% | 0,342 | 0,497 | 45,32% |
| Venâncio Aires (RS) | 0,610 | 0,712 | 16,72% | 0,438 | 0,600 | 36,99% |
| Vera Cruz (RS) | 0,582 | 0,737 | 26,63% | 0,403 | 0,643 | 59,55% |
| Corede Vale do Rio Pardo | 0,562 | 0,680 | 21,08% | 0,372 | 0,547 | 47,16% |

Fonte: PNUD, 2013.

No COREDE Vale do Rio Pardo, a cidade com maior crescimento no IDHM Educação e no IDHM foi Herveiras com uma evolução de respectivamente 130,89% e 39,68% de um período para o outro, sendo que a cidade de Santa Cruz do Sul foi a que obteve maior resultado desses indicadores no período de 2010. Observasse que apesar do presente COREDE ter atingido o médio desenvolvimento, 6 municípios ainda se encontravam em baixo desenvolvimento em 2010, inclusive a cidade de Herveiras que conseguiu evoluir mas não ao ponto de mudar seu patamar.

O referido COREDE, apresentado na Tabela 37 foi criado em 1991 e tem como características conforme (FEE), uma área total de 13.171,7 km² (2015) e

população de 434.258 habitantes (2015). Assim como uma taxa de analfabetismo de 6,35% (2010) para pessoas com quinze anos ou mais e uma taxa de mortalidade infantil de 11,75 por mil nascidos vivos.

TABELA 38 - COREDE Vale do Taquari

| Município | IDHM | | | IDHM Educação | | |
|-------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2000 | 2010 | % 2000-2010 | 2000 | 2010 | % 2000-2010 |
| Anta Gorda (RS) | 0,642 | 0,740 | 15,26% | 0,470 | 0,630 | 34,04% |
| Arroio do Meio (RS) | 0,690 | 0,769 | 11,45% | 0,555 | 0,706 | 27,21% |
| Arvorezinha (RS) | 0,593 | 0,694 | 17,03% | 0,414 | 0,575 | 38,89% |
| Bom Retiro do Sul (RS) | 0,639 | 0,739 | 15,65% | 0,502 | 0,649 | 29,28% |
| Canudos do Vale (RS) | 0,556 | 0,713 | 28,24% | 0,343 | 0,574 | 67,35% |
| Capitão (RS) | 0,614 | 0,746 | 21,50% | 0,433 | 0,661 | 52,66% |
| Colinas (RS) | 0,625 | 0,765 | 22,40% | 0,442 | 0,678 | 53,39% |
| Coqueiro Baixo (RS) | 0,582 | 0,692 | 18,90% | 0,363 | 0,532 | 46,56% |
| Cruzeiro do Sul (RS) | 0,637 | 0,723 | 13,50% | 0,474 | 0,607 | 28,06% |
| Dois Lajeados (RS) | 0,694 | 0,757 | 9,08% | 0,552 | 0,670 | 21,38% |
| Doutor Ricardo (RS) | 0,575 | 0,724 | 25,91% | 0,376 | 0,593 | 57,71% |
| Encantado (RS) | 0,700 | 0,767 | 9,57% | 0,561 | 0,687 | 22,46% |
| Estrela (RS) | 0,676 | 0,767 | 13,46% | 0,531 | 0,684 | 28,81% |
| Fazenda Vilanova (RS) | 0,548 | 0,698 | 27,37% | 0,340 | 0,557 | 63,82% |
| Forquetinha (RS) | 0,553 | 0,683 | 23,51% | 0,326 | 0,484 | 48,47% |
| Ilópolis (RS) | 0,613 | 0,730 | 19,09% | 0,407 | 0,595 | 46,19% |
| Imigrante (RS) | 0,690 | 0,743 | 7,68% | 0,565 | 0,635 | 12,39% |
| Lajeado (RS) | 0,715 | 0,778 | 8,81% | 0,592 | 0,704 | 18,92% |
| Marques de Souza (RS) | 0,627 | 0,687 | 9,57% | 0,431 | 0,515 | 19,49% |
| Muçum (RS) | 0,641 | 0,746 | 16,38% | 0,462 | 0,654 | 41,56% |
| Nova Bréscia (RS) | 0,695 | 0,778 | 11,94% | 0,523 | 0,666 | 27,34% |
| Paverama (RS) | 0,540 | 0,683 | 26,48% | 0,313 | 0,541 | 72,84% |
| Poço das Antas (RS) | 0,645 | 0,744 | 15,35% | 0,515 | 0,634 | 23,11% |
| Pouso Novo (RS) | 0,625 | 0,715 | 14,40% | 0,415 | 0,566 | 36,39% |
| Progresso (RS) | 0,535 | 0,683 | 27,66% | 0,312 | 0,525 | 68,27% |
| Putinga (RS) | 0,577 | 0,715 | 23,92% | 0,383 | 0,563 | 47,00% |
| Relvado (RS) | 0,588 | 0,731 | 24,32% | 0,395 | 0,588 | 48,86% |
| Roca Sales (RS) | 0,627 | 0,729 | 16,27% | 0,458 | 0,602 | 31,44% |
| Santa Clara do Sul (RS) | 0,612 | 0,740 | 20,92% | 0,434 | 0,644 | 48,39% |
| Sério (RS) | 0,522 | 0,652 | 24,90% | 0,310 | 0,471 | 51,94% |
| Tabaí (RS) | 0,602 | 0,701 | 16,45% | 0,457 | 0,595 | 30,20% |
| Taquari (RS) | 0,641 | 0,733 | 14,35% | 0,491 | 0,629 | 28,11% |
| Teutônia (RS) | 0,664 | 0,747 | 12,50% | 0,512 | 0,650 | 26,95% |
| Travesseiro (RS) | 0,569 | 0,701 | 23,20% | 0,385 | 0,559 | 45,19% |
| Vespasiano Correa (RS) | 0,639 | 0,723 | 13,15% | 0,467 | 0,584 | 25,05% |
| Westfalia (RS) | 0,680 | 0,752 | 10,59% | 0,504 | 0,630 | 25,00% |
| Corede Vale do Taquari | 0,621 | 0,727 | 17,06% | 0,445 | 0,607 | 36,37% |

Fonte: PNUD, 2013.

Os resultados do COREDE Vale do Taquari indicam que ambos os índices evoluíram de um período para o outro, sendo o que apresentou maior variação foi o IDHM Educação. Nesse indicador o município que mais se destacou em evolução foi Paverama com crescimento de 72,84% de 2000 para 2010 e o que indicou o melhor índice para o mesmo período foi Arroio do Meio. Já no IDHM o que obteve maior

evidência evolutiva no ano de 2010 foi Canudos do Vale e os que apresentaram maior variação foram os municípios de Lajeado e Nova Bréscia. Na análise observasse que dos 32 municípios que integram o presente COREDE 25 apresentavam baixo desenvolvimento em IDHM Educação no ano 2000, entretanto após dez anos apenas dois deles não conseguiram elevar o seu indicador para médio desenvolvimento, que foram as cidades de Forquetinha e Sério.

O COREDE da Tabela 38, Vale do Taquari, foi criado em 1991 e abrange uma área total de 4.826,4 km² de extensão (2015) e uma população de 352.943 habitantes (2015) no seu território. Também conta com um coeficiente de mortalidade infantil de 9,17 por mil nascidos vivos (2013) e uma taxa de analfabetismo de 4,06% (2010) referente a pessoas com 15 anos ou mais (FEE, 2015).

Com a análise do IDHM Educação e do IDHM feita para os COREDES, percebesse, portanto, que em 2010 no IDHM Educação houve 238 municípios que se encontraram em muito baixo ou baixo desenvolvimento. Não obstante diante da descentralização do estado o COREDE que obteve o melhor desenvolvimento do índice de desenvolvimento humano na educação para 2010 foi Alto do Jacuí, e em evolução de um período para o outro foi Campos de Cima da Serra. Já no indicador IDHM o que apresentou o melhor desempenho foi o COREDE Serra e o que obteve o maior crescimento percentual foi Alto da Serra do Botucaraí. Todos os COREDES se encontraram em médio desenvolvimento no último período e de todos os municípios o único que atingiu o alto desenvolvimento foi Porto Alegre no indicador IDHM.

Outro indicador utilizado para mensurar o processo evolutivo dos COREDES é o IDESE. Esse como foi explicado anteriormente é um Índice de Desenvolvimento Socioeconômico inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Sua diferenciação se dá por considerar apenas as especificações da região gaúcha para sua formulação.

Baseado na série histórica da nova metodologia referente a pesquisa mais recente feita pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), os COREDES que alcançaram a primeira e a última posição do IDESE entre 2009 a 2013 no bloco educação foram respectivamente :

TABELA 39 - Primeiras e últimas posições - IDESE Bloco Educação

| Ano | COREDE | Educação | | IDESE |
|------|-----------------|----------|--------|-------|
| | | Ordem | Índice | Ordem |
| 2009 | Vale do Taquari | 1° | 0,714 | 3° |
| 2010 | Vale do Taquari | 1° | 0,720 | 2° |
| 2011 | Norte | 1° | 0,733 | 2° |
| 2012 | Norte | 1° | 0,746 | 4° |
| 2013 | Norte | 1° | 0,768 | 3° |
| 2009 | Centro Sul | 28° | 0,548 | 28° |
| 2010 | Centro Sul | 28° | 0,564 | 28° |
| 2011 | Centro Sul | 28° | 0,589 | 27° |
| 2012 | Centro Sul | 28° | 0,606 | 27° |
| 2013 | Centro Sul | 28° | 0,622 | 28° |

Fonte: FEE, 2015.

Conforme Tabela 39 constatasse que os primeiros colocados no bloco educação ocupam também as primeiras posições do IDESE e que todos independentes da posição estão em médio desenvolvimento. Porém também observasse que nos cinco anos analisados o COREDE Centro Sul manteve-se nas últimas posições em ambos indicadores. Esse fato demonstra o quanto a influência da educação é importante para o bem-estar social do estado.

Baseada na Tabela 40 notasse que entre os indicadores do IDESE apresentados no período de 2009 e 2010 onze COREDES obtiveram variação negativa no bloco educação. O COREDE que indicou o pior desenvolvimento entre os períodos com -2,52% de regressão de índice foi o Médio Alto Uruguai. Esse por sua vez apresentou IDESE de 0,672 ocupando a 22° posição de destaque entre os 28 COREDES existentes. Em contrapartida a região que apresentou a melhor variação foi o COREDE Serra com 3,48% de evolução de um período para o outro, contribuindo com isso para a ocupação do 1° lugar no IDESE de 2010. Baseado na FEE, também ocorreu uma diminuição de municípios que atingiram o alto desenvolvimento no bloco educação, passando de quatro cidades em 2009 para duas cidades em 2010.

Entre o período de 2010 e 2011 apenas um COREDE indicou variação negativa, que foi a região do Vale do Taquari. A variação em questão não foi muito significativa representando -0,10% entre os períodos. Vale do Taquari em 2011 apesar de não obter crescimento ainda ocupou a posição de 3° lugar no bloco

educação e o 4º lugar no IDESE, refletindo nesse último em um índice de 0,762 em 2011. No quesito de melhor variação entre esses períodos o COREDE Médio Alto Uruguai se superou, atingindo 5,86% de melhora na educação. O presente COREDE obteve o 13º lugar no bloco educacional e o 20º lugar no IDESE de 2011 representado por 0,693 de índice. Houve também, conforme FEE, um aumento de municípios que conseguiram chegar no patamar de alto desenvolvimento no bloco educação, passando de dois municípios em 2010 para cinco municípios em 2011. As presentes constatações podem ser verificadas conforme a tabela a seguir:

TABELA 40 - IDESE Bloco Educação (2009-2013).

| IDESE- Bloco Educação | | | | | |
|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| COREDES | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Norte | 0,698 | 0,703 | 0,733 | 0,746 | 0,768 |
| Vale do Taquari | 0,714 | 0,720 | 0,720 | 0,740 | 0,764 |
| Fronteira Noroeste | 0,699 | 0,692 | 0,709 | 0,736 | 0,760 |
| Noroeste Colonial | 0,707 | 0,716 | 0,732 | 0,740 | 0,751 |
| Serra | 0,659 | 0,681 | 0,696 | 0,709 | 0,728 |
| Missões | 0,652 | 0,649 | 0,677 | 0,714 | 0,724 |
| Celeiro | 0,654 | 0,663 | 0,698 | 0,722 | 0,724 |
| Alto Jacuí | 0,669 | 0,671 | 0,673 | 0,693 | 0,720 |
| Vale do Caí | 0,667 | 0,687 | 0,707 | 0,711 | 0,717 |
| Rio da Várzea | 0,667 | 0,662 | 0,679 | 0,684 | 0,717 |
| Produção | 0,663 | 0,677 | 0,698 | 0,708 | 0,713 |
| Médio Alto Uruguai | 0,636 | 0,620 | 0,656 | 0,673 | 0,710 |
| Vale do Jaguarí | 0,629 | 0,626 | 0,638 | 0,657 | 0,702 |
| Central | 0,650 | 0,650 | 0,674 | 0,687 | 0,694 |
| Litoral | 0,649 | 0,644 | 0,651 | 0,657 | 0,688 |
| Paranhana Encosta da Serra | 0,618 | 0,640 | 0,645 | 0,661 | 0,679 |
| Campanha | 0,654 | 0,645 | 0,655 | 0,659 | 0,678 |
| Hortênsias | 0,632 | 0,620 | 0,650 | 0,670 | 0,678 |
| Vale do Rio Pardo | 0,615 | 0,625 | 0,645 | 0,657 | 0,674 |
| Fronteira Oeste | 0,626 | 0,628 | 0,631 | 0,653 | 0,674 |
| Alto da Serra do Botucaraí | 0,606 | 0,606 | 0,635 | 0,647 | 0,672 |
| Nordeste | 0,620 | 0,628 | 0,655 | 0,656 | 0,669 |
| Jacuí Centro | 0,596 | 0,599 | 0,612 | 0,635 | 0,662 |
| Vale do Rio dos Sinos | 0,629 | 0,630 | 0,640 | 0,654 | 0,662 |
| Metropolitano do Delta do Jacuí | 0,635 | 0,633 | 0,638 | 0,647 | 0,653 |
| Campos de Cima da Serra | 0,584 | 0,586 | 0,604 | 0,622 | 0,639 |
| Sul | 0,595 | 0,594 | 0,604 | 0,615 | 0,627 |
| Centro Sul | 0,548 | 0,564 | 0,589 | 0,606 | 0,622 |
| Rio Grande do Sul | 0,638 | 0,640 | 0,651 | 0,664 | 0,679 |

Fonte: FEE, 2015.

Para a análise do período de 2011 a 2012 da presente tabela, observou-se que não houve variação negativa para nenhum COREDE. A região que se destacou por sua evolução entre os dois períodos foi o COREDE Missões. Esse por sua vez alcançou 5,38% de crescimento entre os períodos analisados, sendo em 2012 o 6º que mais evoluiu. Já no índice de desenvolvimento socioeconômico para esse mesmo ano a região de Missões ficou em 17º lugar com o indicador de 0,711. Conforme a Fundação de Economia e Estatística em seu relatório anual, a possível explicação para o crescimento do bloco educação entre os dois períodos foi o foco das políticas na área da educação infantil.

A última análise a ser feita é referente ao período de 2012 a 2013. Entre esses dois períodos o COREDE que mais evoluiu foi Vale do Jaguari com 6,83% de crescimento. O presente COREDE saiu da posição 17º no bloco educação em 2012 para a posição 13º em 2013, atingindo para esse último ano a 21ª posição no IDESE.

Baseado na Fundação da Economia e Estatística em seu relatório anual de 2013 o aumento do indicador no bloco educação deu-se por conta do aumento das matrículas na pré-escola derivadas das diretrizes das políticas públicas na área educacional. Vale salientar que conforme FEE quinze municípios em 2013 atingiram o alto desenvolvimento enquanto que em 2012 foram apenas nove que conseguiram chegar a esse patamar.

Na presente análise do IDHM, IDHM Educação e IDESE bloco educação, observasse que independente da metodologia utilizada existiu evolução dos resultados na média entre os COREDES. Faz-se necessário salientar que muitos municípios obtiveram uma melhoria nos seus resultados e elevaram seu patamar para o médio desenvolvimento. Um indicador a ser destacado é o IDESE bloco educação, o qual se observou que houve um crescente número de municípios que atingiram o alto índice de desenvolvimento durante os anos de 2009 a 2013. Contudo a média entre os indicadores dos COREDES ainda não são suficientes para atingir um alto nível de desenvolvimento e bem estar social. Esse fato se explica, conforme a observação dos dados da FEE, que mesmo que os COREDES apresentem indicadores acima de 0,500, dentro de suas matrizes ainda existem municípios com baixo desenvolvimento no fator educacional.

O panorama indica que é necessário que as políticas educacionais atuem de forma mais eficiente, em prol de priorizar as regiões que apresentem os piores índices, elevando conseqüentemente seus indicadores. Contudo também se constatou que os indicadores de qualidade da educação são realmente importantes para o desenvolvimento econômico da população.

6 CONCLUSÃO

Este estudo buscou analisar a relevância dos gastos públicos com a educação entre 2005 e 2015, comparando sua evolução com o desenvolvimento educacional, sendo esse último fator importante para o bem-estar da sociedade gaúcha.

Para esse fim buscou-se primeiramente evidenciar a importância que possui a educação para o desenvolvimento dos indivíduos, assim como para a economia. Já em um segundo momento traçou-se, a partir de uma análise descritiva, um panorama do Estado verificando os investimentos educacionais implantados no período supracitado e a qualidade do ensino através de indicadores de desenvolvimento.

Com isso mediante a análise dos dados apresentados no trabalho observou-se que os gastos públicos com educação através da manutenção de desenvolvimento do ensino aumentou 4,13% em dez anos, apresentando caráter evolutivo a partir de 2010. Nessa questão vale ressaltar que o mínimo exigido pela Constituição Federal em aplicação na educação foi cumprido, porém o que foi estabelecido pela Constituição Estadual não foi alcançado. Contudo percebeu-se que apesar da variação percentual de investimento entre os anos estar cada vez menores, houve um esforço por parte do estado para alcançar as exigências presentes na lei.

No quesito qualidade educacional foi escolhido analisar a educação básica por conta da participação de recursos do estado estar mais voltado a esse nível de ensino. Com isso o primeiro caráter analisado foi a quantidade de matrículas. Constatou-se que entre o período de 2005 a 2015 houve redução de matrículas em todas as etapas da educação básica. Esse fato segundo estudos se justifica por conta da taxa de natalidade estar diminuindo.

O segundo caráter observado é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o seu indicador de educação (IDHM Educação). Como visto o fator educacional representa no IDHM 1/3 do total do índice, sendo ele também

influyente de forma indireta nos outros dois blocos que participam do indicador, no caso saúde e renda. Na análise feita para os anos disponibilizados, 1991, 2000 e 2010 verificou-se que no primeiro ano a educação do Rio Grande do Sul estava em baixo desenvolvimento, mostrando-se em grande defasagem em comparação ao IDHM, o qual apresentava médio desenvolvimento. No ano de 2000 e 2010 o IDHM Educação alcançou o médio desenvolvimento se aproximando do IDHM total, o qual se encontrava no mesmo patamar. Porém sua posição ainda se distancia quando se trata no limite mínimo do alto desenvolvimento.

O terceiro ponto analisado foi o desenvolvimento do IDESE Bloco Educação. Em comparação com os outros blocos do presente indicador, a educação é a que possui o pior desenvolvimento. Vale ressaltar que o IDESE foi o segundo bloco que mais evoluiu entre 2007 e 2013 se mostrando, com exceção de 2008, em processo evolutivo. Contudo o progresso obtido não foi o suficiente para alcançar o alto desenvolvimento.

O quarto quesito observado foi referente ao índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) do ano de 2005 a 2015. Esse por sua vez mostrou-se preocupante na última etapa do ensino fundamental e no ensino médio, os quais obtiveram o pior desenvolvimento. Cabe ressaltar que o ensino médio apresentou em 2015 o pior índice desde 2005, cumprindo a meta estipulada para o estado apenas em 2009.

Por último foi analisado de forma individual as cidades e os COREDES do estado pelo indicador IDHM e IDHM Educação e o indicador IDESE Bloco Educação para os COREDES. Foi verificado que apesar da política de descentralização favorecer um melhor desenvolvimento regional ainda existe cidades com baixo desenvolvimento educacional, assim como Conselhos com desempenho inferior ao esperado.

Dessa forma pode-se concluir, para o período analisado, que o investimento financeiro realizado na educação não apresenta proporcionalidade com a qualidade do ensino e nem tão pouco com os índices de IDHM Educação, IDEB e IDESE Bloco Educação. Observa-se que existe uma correlação positiva entre os gastos do governo e os indicadores socioeconômicos e educacionais, porém não de forma equivalente. A análise descritiva mostra que existe alguns pontos de ineficiência ou fraqueza, assim como algumas falhas na condução das políticas públicas. Esse fato se justifica quando se observa que embora se cumpra as metas federais de

investimento de gasto com a educação as metas educacionais nem sempre são cumpridas em todas as regiões e períodos analisados, assim como a proporcionalidade do processo evolutivo dos indicadores. Com isso constata-se que o gasto público na educação é relevante quando há alocação de recursos nas áreas de maior necessidade, visto que os indicadores de qualidade da educação são realmente importantes para o desenvolvimento econômico da população. Sendo assim percebe-se que as políticas públicas no estado do Rio Grande do Sul necessitam de uma análise aprofundada quanto ao melhor aproveitamento dos recursos em prol da melhoria dos índices de desenvolvimento educacional. Dessa forma seria interessante sugerir para trabalhos futuros uma análise dos outros indicadores socioeconômicos de forma individual, em prol de evidenciar qual a influência que os mesmos possuem para o bem-estar social.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz Felipe Leite Estanislau do; MENEZES-FILHO, Naércio. A Relação entre gastos educacionais e desempenho escolar. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36, 2008, Salvador: Anais.Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807201800160-.pdf>. Acesso em: 10/10/ 2016.

ATLAS. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br>>. Acessado em: 23/10/2016

AVILA, L.V; WESENDOCK, C.C; MADRUGA, L.R.R.G; SILVEIRA, J.S.T. DA; SILVA, R.B. A experiência de um conselho regional de desenvolvimento-COREDE- no estado do Rio Grande do Sul. HOLOS, Ano 29, Vol 2, p. 115-132, 2013.

BANDEIRA, Pedro S. Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. In: BECKER, Dinizar F. & BANDEIRA, Pedro S. Desenvolvimento Local/Regional – Determinantes e Desafios Contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 1, p. 23-128, 2000.

BARBOSA-FILHO, F. H.; PESSÔA, S. A. Educação e crescimento. O que a evidência empírica e teórica mostra. **Revista de Economia**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 265-303, 2010.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane. A Evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. (Texto para Discussão 286 - Série IPEA).

BAYER, F. F. A. **O capital humano e a economia do conhecimento**: o caso da federação da universidade regional de Blumenau (FURB). 2011. 65 f. Dissertação de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011.

BECKER, G. S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.

BLAUG, M. **Introdução à Economia da Educação**. Porto Alegre: Globo, 1975.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. 12. Ed. Brasília: UNB, 2002.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 10/05/2016.

BRASIL. LEI 12.796/2013 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12796.htm>. Acessado em : 06/11/2016.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9424.htm. Acessado em: 10/05/2016.

BRASIL. Lei 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das **Disposições Constitucionais Transitórias**; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm. Acessado em: 10/05/2016.

BRITO, Mauricio Mortagua. Os determinantes do desempenho escolar em Rio Grande: Uma análise empírica do ensino fundamental no ano de 2011. Dissertação parcial de conclusão de curso (Bacharel em ciências econômicas). Curso de ciências econômicas. Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2014, 64p.

BUTTENBENDER, P. L.; SIEDENBERG D. R.; ALLEBRANDT S. L. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) RS: articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas, vol. 1, n. 1, p. 81-106, 2011.

CADAVAL, André Ivo Lopes. **Análise do desempenho do IDEB e a evolução dos gastos públicos em educação no estado do Rio Grande do Sul**. 2015 65 f. Dissertação de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.

CADAVAL, Audrei Fernandes. **Qualidade da educação fundamental e sua relação com o crescimento econômico**. Tese (Doutorado em economia). Programa de pós graduação em economia. Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). Porto Alegre, 2010, 212 p.

CASARI, Priscila. **Retorno esperado e escolha profissional: Fatores associados a escolha da carreira dos alunos da universidade de São Paulo**. 2006. 68 f. Dissertação (mestrado)- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano**. São Paulo: Atlas, 1994.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BUTTENBENDER, Pedro Luiz; BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. A experiência de descentralização político-administrativa dos estados de SC e RS: concepções e síntese avaliativa. Revista desenvolvimento regional em debate, Ano 1, n. 1, dez. 2011, p.40-64.

DORNBUSCH, Rudiger, FISCHER, Stanley. **Introdução à macroeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1992.

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Perfil Socioeconômico 2013. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br>>. Acessado em 23/10/2016.

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. COREDES 2011. Disponível:<<http://www.fee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/coredes/detalhe/?corede>> Acessado em: 25/10/2016.

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. IDESE 2015. Disponível em:<<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico>>. Acessado em: 18/10/2016.

Filho, Jair; Campelo, Ana Neiva; **A Macroeconomia do Crescimento Econômico: Progresso Tecnológico, Capital Humano e o Papel do Gasto Público Produtivo na geração de Crescimento Econômico Sustentável**. Recife. V Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, 5 - 7 de novembro de 2003.

FONSECA, E. G. O Capital Humano na Filosofia Social de Marshall. **Revista Economia Política**, v. 12, n. 2, abr/jun, p. 64-87, 1992.

FRANCA, Máira Penna; Perspectiva do investimento público em educação: é possível alcançar 10% do PIB? .Cede .Texto para Discussão nº 74-Março 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993

GORCZEVSKI, C. **Direitos humanos, educação e cidadania**. In: LEAL, R; REIS, J. R.. Direitos sociais & políticas públicas: desafios contemporâneos. Tomo 5. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

IBGE. Censo Demográfico 2013. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: 20/10/2016.

INEP. Investimento Público em Educação, 2015. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acessado em: 22/10/2016.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2005-2015. Brasília: Inep,2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 15/10/2016.

INEP. Nota Técnica – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

IPEADATA. <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 14/10/2016.

JANNUZZI, P. M; BARRETO, R. S.; SOUSA, M. F. Monitoramento e Avaliação do Desenvolvimento Humano: a insensibilidade do Índice de Desenvolvimento Humano às políticas de desenvolvimento social. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 5, 2014, p. 60-79.

KANG, Thomas H.; BERNARDINI, Rafael; WINK JR, Vinicio; AFFELDT, Brenda. O novo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Novo Idese): aspectos metodológicos. Textos para discussão FEE n.127 (2014).

MACEDO, M. S. L. **Capital Humano em modelo neoclássico: Um estudo comparado da produtividade total dos fatores do Brasil e Chile.** 2013 77 f. Dissertação de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Econômicas). Faculdade de ciências econômicas da UnB. Brasília. 2013.

MANKIW, N. G.; ROMER, D.; WEIL, D.N. **A contribution to the empirics of economic growth.** *Quartely Journal of Economics*, n. 107, v. 2, p. 407-437,1992.

MANKIW, N. Gregory. **Principles of Macroeconomics.** 2003.

MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. MEC – Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 13/10/2016.

MENDES, M. J. A Despesa Federal em Educação: 2004-2014. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, abril/2015 (**Boletim Legislativo nº 26, de 2015**). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 16/10/2016.

MORAES, Silvana Maria do Amaral. **Discriminação salarial por gênero nos segmentos industriais do Brasil: Uma análise para os anos de 1993, 1993 e 2003.** 2005. 115 f. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

MORETTO, C. F. O capital humano e a ciência econômica: algumas considerações. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 5, n.9, p. 65-78, 1997.

PINDYCK, Robert S; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia 7º edição. São Paulo, 2010.

PNUD. <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em 13/10/2016.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA RS. Comparativo gasto com educação e saúde. Disponível em: <<http://www.transparencia.rs.gov.br>>. Acessado em: 02/10/2016.

PORTER, M. E.; 1947 – **A vantagem competitiva das nações** / Michael E. Porter; tradução Waltensir Dutra – Rio de Janeiro: Campus, 1993.

Qedu. <www.qedu.org.br>. Acessado em 01/10/2016

RIO GRANDE DO SUL. LEI 10.283/94. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/site>>
Acesso em: 01/10/2016.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição Do Estado Do Rio Grande Do Sul de 1989. Texto constitucional de 3 de outubro de 1989 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n.º 1, de 1991, a 70, de 2014. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br>>. Acesso em: 11/10/2016.

RIO GRANDE DO SUL. Prestação de Contas do Governador. Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governador do Estado 2014. Disponível em: <<http://www1.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 02/10/2016.

SANTOS, R. A. Teoria do capital humano: Uma análise do caso brasileiro. **Análise**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 18-30, jul./dez. 2008.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. Justificativa. Acessado em: 09/10/2016.
<http://www.educacao.rs.gov.br/dados/forum_est_educ_justificativa_pee.pdf>

SENADO FEDERAL. Educação: Salto de qualidade é urgente. Revista de audiências públicas do Senado Federal. Ano 4, nº14, 2013. Disponível em:<www.senado.leg.br/emdiscussão>. Acessado em: 10/10/2016.

SIEDENBERG, D. R.. **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz: Edunisc, 2006.

SILVA, Leonardo Soares Quirino da. **FUNDEB x FUNDEF: qual a diferença?** 2006. Disponível em: [<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/jornal/materias/0298.html>]. Acesso em 10/05/2016

SCHULTZ, T. W. **Investment in human capital**. American Economic Review, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VASCONCELLOS, M. A. S.; OLIVEIRA, R. G.; BARBIERI, F. **Manual de Microeconomia**. 3ª edição. Editora Atlas. 2011.

VASCONCELLOS, Marco A. S. Economia micro e macro: teoria e exercícios, glossário com 260 principais conceitos econômicos. São Paulo: Atlas, 2000.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferreira de. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 2 p. 137-148, jul./dez. 2010.

VIEIRA, Cilane R; ALBERT, Carla E; BAGOLIN, Izete P. **Crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil**: Uma análise comparativa da desigualdade de renda per capita dos níveis educacionais. Rio Grande do Sul: Texto para discussão no. 03, PUCRS. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/2467/3213>>. Acesso em: 21/09/ 2016.

WALTENBERG, F. D. **Análise econômica de sistemas educativos**: Uma resenha crítica da literatura e uma avaliação empírica da inequidade do sistema educativo brasileiro. 2002. 159 f. Dissertação de mestrado em economia- Faculdade de economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.